

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

SILAS RAASCH

**A COLÔNIA DE SANTA ISABEL
E SEUS IMIGRANTES (1847-1889)**

VITÓRIA – ES

2010

SILAS RAASCH

**A COLÔNIA DE SANTA ISABEL
E SEUS IMIGRANTES (1847-1889)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito final para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Antonio Soares

VITÓRIA – ES

2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R111 Raasch, Silas, 1984-
c A colônia de Santa Isabel e seus imigrantes (1847-1889) / Silas
Raasch. – 2010.
189 f. : il.

Orientador: Geraldo Antonio Soares.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo,
Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Alemães - Espírito Santo (Estado) - História. 2. Imigrantes - Espírito Santo (Estado) - História. 3. Alemães - Domingos Martins (ES) - História. 4. Imigrantes - Domingos Martins (ES) - História. I. Soares, Geraldo Antonio. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

SILAS RAASCH
A COLÔNIA DE SANTA ISABEL
E SEUS IMIGRANTES (1847-1889)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em História.

APROVADA POR:

Prof. Dr. Geraldo Antonio Soares (Orientador)
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Prof. Dr. Jadir Peçanha Rostoldo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES

Prof.^a Dr.^a Nara Saletto da Costa
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Prof.^a Dr.^a Adriana Pereira Campos
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Vitória, 5 de Agosto de 2010.

A única concordância quanto à imigração é que ela é um “fato social total”. Assim há o “emigrante”, aquele que saiu de sua própria sociedade, e há o imigrante, aquele que chegou a uma terra de estranhos: o paradoxal é que ambos são a mesma e única pessoa.

Abdelmalek Sayad (com adaptações)

Dedico a meus pais Alcebides e Nadir

À minha companheira Carla Caliman

AGRADECIMENTOS

Iniciar os agradecimentos não é tarefa fácil, simplesmente por não saber por quem começar. Muitas pessoas, direta ou indiretamente, contribuíram para a versão final deste trabalho e sempre estiveram dispostos a ajudar da maneira que pudessem. Assim, só é possível começar explicando que a ordem não influencia na importância, pois todos tiveram papel fundamental em minha vida durante esse período.

Iniciemos, então, com aqueles sem os quais nada disso teria sido possível: meus pais Alcebides e Nadir. Sempre zelosos e preocupados com seu filho caçula, suas presenças foram essenciais em toda minha formação pessoal e acadêmica. Lembro com todo carinho dos mimos que recebi em todas as vezes que os visitei desde que decidi sair da pequena cidade de Itaguaçu para estudar. Sem o cuidado e a dedicação deles, não teria chegado até o fim.

Agradeço também à minha inseparável (e insuperável) companheira, amiga, namorada e mulher Carla Caliman. Presente nas alegrias e tristezas teve que aguentar, firme e confiante, todos os momentos de angústia que me acompanharam nesse período. Todo o amor e carinho dedicados a mim, foram de grande importância e nunca serão esquecidos.

Também gostaria de agradecer a meus irmãos Alcy e Nancy, e sobrinhos Laila, Lucas e Izabela pelo incentivo. Minha sogra Aldi, que me adotou como filho, e meu cunhado Emílio, também merecem meus agradecimentos, pois nunca mediram esforços para me ajudar a superar as dificuldades emocionais que enfrentei.

Aos membros de minha turma de mestrado que, diga-se de passagem, “não é biscoito”. Em especial gostaria de citar Lorena, grande amiga desde a graduação em Viçosa, Tatyana, Sílvia, José Guilherme, Diego, Roney e Thiago, pessoas com quem tive mais contato e pude não apenas debater ideias e tomar algumas cervejas, mas construir verdadeiras amizades.

A César, Rerinsthain, Flávio, Zózimo, Thiago, Natália e Reinaldo (Matipó) pela companhia na época de graduação, discussões intelectuais (algumas nem tanto, é verdade) e pela verdadeira amizade que construímos.

Não poderia esquecer também de todos os funcionários do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APEES – com quem compartilhei o ambiente de trabalho e, mesmo depois de minha saída, atenderam com muita atenção às minhas solicitações de materiais de pesquisa. Menciono especialmente o Diretor-Geral Agostino Lazzaro e o Diretor Técnico Cilmar Cesconetto Francheschetto, pois entenderam os motivos que me fizeram “abandonar” a instituição para dedicar-me à pesquisa e, além disso, se mostraram solícitos ao ouvir minhas inquietações quanto ao estudo de imigração no Espírito Santo. Também destaco os companheiros e amigos Rogério, Klauz, Michel, Juliana, Sérgio, Cristiane, Ivana, Débora, Jocimar, “Dona Zélia”, Rosângela, Josiane, Deynel, Arthur e Ivens, pois acompanharam minha trajetória e, da maneira que podiam, me ajudaram no trabalho.

Agradeço muitíssimo ao Prof. Dr. Geraldo Antonio Soares, que aceitou orientar-me no trabalho e, principalmente, por ter sido sempre solícito e compreensivo quando precisei. Sem a sua ajuda intelectual, leitura crítica e confiança, eu não teria conseguido chegar ao fim do trabalho.

Gostaria de agradecer às Professoras Doutoras Adriana Pereira Campos e Nara Saletto da Costa, membros da banca de qualificação, que fizeram críticas pertinentes ao trabalho contribuindo para seu desenvolvimento. Ao Prof. Dr. Jadir Peçanha Rostoldo agradeço por ter gentilmente aceitado o convite para compor a Banca Examinadora, juntamente com as professoras acima citadas.

Agradecimento especial deixo à amiga Enaile Flauzina Carvalho pelas conversas tranqüilizadoras, ajuda na leitura e organização das fontes e do texto. Também à Renata Peixoto* que acompanhou minha caminhada e se dispôs a fazer a revisão ortográfica.

Aos grandes amigos, Glaucos, Thaiz, Ralph, Nicole, Nezito e Roberta, agradeço por compreenderem minha ausência em momentos importantes e por sempre me incentivarem a continuar. Em especial agradeço a Winston Spencer, amigo de longa data, que além da amizade ajudou-me com a versão final do abstract.

* Licenciada em Letras Português pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Agradeço aos professores do programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo pelas aulas ministradas, que foram de grande importância para o crescimento intelectual. Em especial, deixo meu agradecimento à funcionária Ivana que sempre me atendeu com muita atenção.

Tenho ainda que agradecer a todos, em especial Joel Guilherme Velten, que me atenderam nas Igrejas Católica e Luterana, bem como na Casa da Cultura de Domingos Martins e permitiram que eu, pelo pouco tempo que dispunha, fotografasse o acervo.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pelo financiamento parcial da pesquisa, através da concessão de bolsa.

Por fim, deixo meu muito obrigado a todas as pessoas que rezaram por mim – em especial Fátima – e a Deus, que atendeu a todas as orações e nunca falhou quando precisei.

RESUMO

A Dissertação – A Colônia de Santa Isabel e seus imigrantes – pretende discutir a instalação e aspectos da vida dos imigrantes teutos na Colônia de Santa Isabel, primeira fundada no Espírito Santo, no período entre 1847 e 1889. Para tanto, foram confrontadas informações encontradas em diversas fontes primárias: Relatórios de Presidente de Província, relatórios de cônsules de países estrangeiros, documentos relativos à administração da Colônia, registros de casamentos e processos criminais. A pesquisa em si teve o intuito de compreender como os estrangeiros, e seus descendentes, (re)construíram suas existências em uma terra totalmente diferente da que estavam habituados. Busca-se entender também, como alguns espaços de sociabilidade foram marcados pelas diferenças do grupo que ali se instalou. Sob a denominação homogeneizante de colono (imigrante), ou mais especificamente de colono alemão, subsistiam fortes diferenças religiosas que refletiam em vários aspectos de vida dessas pessoas, inclusive territorialmente, marcando o traço da localidade como “território” de católicos e de protestantes. Percebe-se também que o princípio de tolerância religiosa norteou as ações dos administradores da Província e do Império provavelmente, diante da importância econômica creditada ao empreendimento da imigração. Ou seja, mais do que a instalação de uma Colônia Teuta, Santa Isabel representa a imagem cultural dinâmica dos “alemães” no Espírito Santo.

Palavras-Chave: Imigração, Imigrantes Alemães, Colônia Santa Isabel.

ABSTRACT

This present Dissertation - The Colony of Santa Isabel and its immigrants – intend to discuss the installation and aspects of life of Teutons immigrants in the colony of Santa Isabel, the first founded in the Espírito Santo, in the period between 1847 and 1889. To this end, we compare information found in the reports of the President of the Province, reports of the consuls of foreign countries, documents relating to the administration of the colony, records of marriages and criminal's process. The research itself has the intention to understand how foreigners, and their descendants, (re)build their existences in a land is completely different from what they were accustomed. We also try to understand, as some spaces of sociability were marked by differences of the group that settled there. Under the name of settler homogenizing (immigrant), or more specifically German settler, who remained strong religious differences reflected in various aspects of life such persons, including territorial, marking the trace of the location as "territory" of Catholics and Protestants. We also observe that the principle of religious tolerance has guided the actions of officers in the Province and the Empire, probably given the economic importance credited for the development of immigration. That means more than installing a Teuta's Colony, Santa Isabel is the cultural dynamic image of the "Germans" in the Espírito Santo.

Keywords: Immigration, German immigrants, Colony Santa Isabel.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 O BRASIL E O PROCESSO IMIGRATÓRIO	23
1.1 Escravos ou imigrantes: a produção cafeeira nas grandes fazendas	23
1.2 Colonização Alemã: a ocupação da fronteira Sul	33
1.3 O Contexto do Século XIX no Espírito Santo	37
1.4 Café, Imigração e Colonização no Espírito Santo do Século XIX	44
2. A Colônia de Santa Isabel	67
2.1 A Fundação da Colônia: a chegada dos alemães no Espírito Santo	67
2.2 Desenvolvimento da Colônia Santa Isabel	75
2.3 A diversidade religiosa e as diferenças culturais	85
3. Aspectos Culturais em Santa Isabel	102
3.1 Crimes e Sociabilidades: Autos Criminais	102
3.2 Relações Sociais e Espaços Públicos	110
3.3 Família e Propriedade: a vida privada dos teutos em Santa Isabel	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
REFERÊNCIAS	178
FONTES PRIMÁRIAS	178
BIBLIOGRAFIA	184

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Localização de Santa Isabel.....	67
Figura 2: Cópia da Planta Ampliada da Colônia de Santa Isabel – 1º de dezembro de 1915	83
Figura 3: Projeto da Capela Evangélica na Colônia de Santa Isabel, de Adalberto Jahn, 1858-1859	112
Figura 4: Planta da Casa de Oração Protestante da Colônia de Santa Isabel, 1864.....	113
Figura 5: Projeto de uma Povoação na Colônia de Santa Isabel. Engenheiro Adalberto Jahn, 1860	116
Figura 6: Projeto de uma Povoação e do Pasto da Colônia de Santa Isabel. Engenheiro Adalberto Jahn, 1861.....	117
Figura 7: Planta da Colônia Santa Isabel, de Adalberto Jahn, 1861	119
Figura 8: Comércio de Carlos Vicke e Jacob Gehardt, Santa Isabel.....	128
Figura 9: Lote e habitação do colono Christoph Werner em Santa Isabel, Espírito Santo, 1860.	157
Figura 10: Casa do Diretor da Colônia em Santa Isabel, Espírito Santo, 1860.....	158

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Chegada de Imigrantes no Brasil (1880-1939)	27
TABELA 2: Exportação de café dos Núcleos Coloniais em Arrobas (1864-1885)	64
TABELA 3: Imigrantes instalados em Santa Isabel:	70
TABELA 4: Processos Crimes Envolvendo Imigrantes de Santa Isabel	104
TABELA 5: Delitos Cometidos em Santa Isabel.....	105
TABELA 6: População Católica e Protestante – Santa Isabel, 1857, 1863-1866	110
TABELA 7: Alunos Católicos e Protestantes – Santa Isabel, 1863-1866.....	123
TABELA 8: Registros de casamento Campinho: Cônjuges masculinos em relação aos cônjuges femininos	167
TABELA 9: Registros de casamento em Santa Isabel: Cônjuges masculinos em relação aos cônjuges femininos	169

INTRODUÇÃO

O presente estudo possui como principal objeto a análise da comunidade germânica instalada no Espírito Santo, propiciando a fundação da Colônia Santa Isabel¹, em meados do século XIX. O recorte temporal desta Dissertação se inicia na fundação da Colônia, em 1847, e se conclui no ano de 1889, ou seja, final do Período Imperial.

Este período se justifica na medida em que a política imigratória foi marcante não apenas para o Espírito Santo, mas também para várias províncias do Império, dentre as quais se destacam as três províncias do Sul, além de Rio de Janeiro e São Paulo. Acrescenta-se que a imigração germânica provocou, tanto no contexto nacional quanto local, uma discussão sobre a religião. A maior parte dos imigrantes germânicos possuía religiões diferentes da adotada pelo Estado Imperial brasileiro. Neste sentido, o advento da República, a laicização do Estado, bem como a discussão sobre legislação e cidadania dos imigrantes, provocaram alterações significativas no que tange à imigração.

Deste modo, para um estudo sobre a comunidade de imigrantes alemães no Espírito Santo, tornou-se premente a busca de fontes que permitissem a abordagem sobre o modo de vida dos imigrantes, em um período de tempo considerável, a fim de se desvendar algumas das características de sociabilidade por eles cunhada na terra que os recebera.

Destarte, entre o final do século XIX e início do XX, houve em âmbito nacional uma discussão no meio político e acadêmico sobre a necessidade de formação de uma identidade nacional. José Murilo de Carvalho relata a respeito da luta de grupos políticos na nascente República Brasileira, que tinha por fim definir uma identidade brasileira, pautada na criação dos símbolos nacionais como bandeira e hino, entre outros (CARVALHO, 1990). Segundo o autor, o movimento ideológico que alcançou

¹ Existe diferença entre as grafias do nome da colônia e a localidade atual. Nos documentos da época encontramos, na maioria das vezes, Santa Isabel (grafada com “z”). Atualmente o nome da povoação, pertencente ao Município de Domingos Martins, se denomina Santa Isabel (grafada com “s”). Optamos por adaptar o nome da Colônia à grafia atual, ou seja, grafada com “s”.

maior êxito na definição de símbolos nacionais foi a doutrina Positivista e seu lema, definido segundo as proposições de Augusto Comte, amplamente conhecido como o de “Ordem e Progresso”, visando o desenvolvimento do país.

Ainda no Período Imperial, alguns estudos, desenvolvidos no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), se esforçavam por definir como a história do Brasil deveria ser escrita chegando, inclusive, a realizar um concurso para este fim. Tal concurso foi vencido por um alemão, Von Martius, defendendo a ideia de que a história do país deveria estar pautada na relação existente entre as três principais ‘raças’ que o habitavam: brancos, negros e índios (GUIMARÃES, 1988). Apesar disso, pouco mudou, continuando os negros e índios relegados a um plano secundário perante os historiadores, pelo menos até os anos de 1930.

Apesar de tanto se falar em valorização das ‘raças’, no Brasil, ao se iniciar o século XX, como demonstram alguns trabalhos, ganhavam força as ideias eugenistas que apregoavam a necessidade da pureza racial para que o país alcançasse um maior desenvolvimento. Para os eugenistas, a raça pura seria representada pelos brancos, à semelhança dos europeus.

Desta forma, tendo em vista as discussões intelectuais e políticas que marcaram o Império, bem como o início do Período Republicano no Brasil, observa-se que uma das questões centrais para a construção da nação era referente à ‘raça’, e uma das possibilidades colocadas para a resolução do problema era a facilitação da entrada de imigrantes, principalmente europeus, em território brasileiro.

Outro problema, não de natureza ideológica, mas sim de natureza econômica, se colocava para o país em fins do século XIX, e também suscitava o interesse das elites com relação ao incentivo à imigração: o fim da escravidão. A necessidade de substituição dos braços escravos por trabalhadores livres foi tema recorrente entre as elites do Império e da República, tanto o governo quanto a iniciativa privada tentaram resolver o problema criando meios para facilitar a imigração. As origens dos imigrantes eram diversas, porém, de acordo com o pensamento eugenista, os preferidos eram os europeus, considerados mais laboriosos e intelectualmente mais desenvolvidos.

A política de facilitação da entrada de imigrantes, tendo por base o princípio da necessidade de substituição da mão de obra, foi amplamente discutida pela historiografia que trata da imigração, abordando quase sempre os contextos de São Paulo ou do Rio de Janeiro. Isto se deve à existência de enormes lavouras de café e do grande contingente de escravos situados nestas Províncias, depois Estados brasileiros (HALL, 1983).

No entanto, a partir da análise de outros espaços, observa-se a entrada de imigrantes em quase todo o país e, portanto, este fato pode ser visto em diferentes locais e de diferentes formas. O Espírito Santo, por exemplo, apesar de figurar entre as províncias mais pobres do Império e contar com grandes lavouras de café apenas em áreas específicas de seu território, recebeu vários navios trazendo imigrantes atraídos pela promessa de terras e grandes lucros com o trabalho no campo.

Deste modo, a partir de meados do século XIX, atraídos pela promessa de terras férteis e progresso econômico, vários grupos de imigrantes europeus vieram para o Espírito Santo, dentre os quais estavam alemães, suíços, holandeses, belgas, italianos, entre outros.

A primeira Colônia oficial criada em território capixaba foi a de Santa Isabel em 1847. Posteriormente foram criadas as Colônias de Rio Novo, 1855, Santa Leopoldina, em 1857 e Castelo em 1880. Santa Isabel e Santa Leopoldina, colônias que receberam os maiores contingentes de imigrantes teutos, situavam-se na chamada região serrana ou como comumente foi denominada, região de terra fria. Foram criadas por iniciativa do Império e muito bem recebidas pelas autoridades da Província, que viam na imigração uma forma de acelerar o seu desenvolvimento. Mais tarde, nos primeiros anos do Período Republicano também foram criados outros empreendimentos coloniais, porém, sob supervisão do Estado e não mais do Império.

De acordo com relatos de enviados de governos dos países de origem desses imigrantes, caso do Barão de Tschudi (2004)², enviado suíço, os primeiros anos nas colônias não foram fáceis e a perspectiva de desenvolvimento não era tão animadora. Vários problemas foram enfrentados para a instalação dos imigrantes, pois os locais escolhidos como núcleos coloniais encontravam-se em áreas de mata nativa, o que dificultava o acesso às colônias e facilitava o alastramento de doenças.

Assim, o trabalho de olhar para imigração alemã no Espírito Santo, tendo como foco a Colônia de Santa Isabel, necessariamente passa pela ótica de fatores econômicos e sociais que motivaram a mudança destas pessoas da Europa, bem como procura abarcar a construção ou reconstrução de seu modo de vida em uma terra totalmente diferente. Assim, podemos perceber que na maioria dos locais onde foram instalados os núcleos coloniais, os descendentes desses imigrantes ainda guardam, não sem modificações, a língua, hábitos alimentares, estilos de construção, enfim, tradições dos países de origem de seus ascendentes.

Nesta perspectiva, segundo Abdelmalek Sayad (1998:14-15) emigração e imigração são fenômenos ligados, faces de uma mesma moeda, pois está no “[...] estatuto do imigrante (estatuto ao mesmo tempo social, jurídico, político e também científico) e, por conseguinte, na própria natureza da imigração, só poderem ser nomeados, só poderem ser captados e tratados através dos diferentes problemas a que estão associados”.

Quanto à existência de alguns traços culturais de identificação com sua origem germânica nestas comunidades, podemos constatar que o calendário festivo das Cidades de Domingos Martins e Santa Maria de Jetibá, antigas Colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina, possuem festas cujo título é em alemão ou fazem referências aos povos que ali se instalaram. Exemplo é a “*Sommerfest*”, que acontece no mês de janeiro, em Domingos Martins. Nela há um desfile com carros enfeitados que remetem às experiências do imigrante no Brasil, além de

² Cabe esclarecer que a referência da obra do Barão Tschudi é relativa à publicação da fonte pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, sendo que sua viagem ao Espírito Santo se deu em 1860.

apresentação de danças típicas germânicas e competições que relembram trabalhos manuais realizados pelos imigrantes para construir suas casas. Outro exemplo, a “Festa Pomerana” que ocorre em Santa Maria de Jetibá. Na ocasião da festa, a cidade recebe decoração nas cores da Pomerânia – azul, branco e vermelho –, e há apresentações de grupos de danças, desfiles e a encenação de um ritual de casamento pomerano.

Talvez por serem organizadas pela municipalidade e, portanto, manifestarem não somente interesses culturais, as festividades acabam por imprimir um caráter folclórico aos imigrantes e seus descendentes – trajados com roupas específicas onde são servidas comidas alemãs, características do tempo e espaço de sua partida. Tais manifestações remetem a um passado muito mais distante do que a realidade encontrada no Brasil onde as casas, o vestuário, a culinária e a vivência tiveram que ser repensados a partir do contato, tanto de imigrantes de confissões diferentes, quanto com brasileiros. O objetivo destas manifestações parece ser o de apresentar aos descendentes de imigrantes, as características de sua terra de origem que estariam se perdendo ao longo do tempo.

Referindo-se aos estudos sobre a imigração caribenha (mais especificamente barbadiana) para a Grã-Bretanha, Stuart Hall (2003:26) considera que o elo entre os imigrantes com seus locais de origem permanece forte. O autor sugere que, neste caso, entre as minorias étnicas permanece uma “identificação associativa” com as culturas de origem, mesmo na segunda ou terceira geração, embora os locais de origem não sejam mais a única fonte de identificação.

O imigrante apresentado nesta Dissertação possui sim traços de identificação entre si, bem como ligações com sua nação de origem que se perpetuam, porém, não sem a influência do meio em que se deram suas relações.

Assim, o idioma, por exemplo, apresenta-se como traço marcante das comunidades alemãs, até porque o processo de assimilação da língua portuguesa se faz tardiamente. Apesar do alemão oficial (ou o alto alemão como se referem os descendentes) não ser dominado pela maioria da população de descendentes dos imigrantes, perpetuam-se nas comunidades vários dialetos como o Hunsrück e o Pomerano, dependendo da região de origem do imigrante, ambos representados

entre os imigrantes alemães no Espírito Santo. Nos municípios de Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá, ambos pertencentes ao território da antiga Colônia de Santa Leopoldina, o dialeto predominante entre os imigrantes foi o pomerano, transmitido ao longo do tempo para seus descendentes. Já em Domingos Martins, Município que compreende o território da Colônia Santa Isabel, o dialeto predominante foi o Hunsrück, visto que os imigrantes dali, em sua maioria provinham da região alemã de mesmo nome. Não obstante, a constatação da instalação de colonos de outras regiões, como a do Hesse, o referido dialeto prevaleceu entre os colonos ali instalados.

Destacam-se, ainda, características físicas peculiares aos descendentes de imigrantes. Geralmente loiros e de olhos azuis, sua ascendência germânica fica evidente ainda hoje. Pode-se observar também, a forte presença da Igreja Luterana nas áreas em que foram instalados os colonos teutos no Espírito Santo. De fato, como aponta Martin Norberto Dreher (2003), no Brasil, aparentemente, a Igreja Luterana pode ser identificada como a igreja dos alemães e, no caso do Espírito Santo isso não é diferente. A confissão protestante encontra vários adeptos entre os descendentes de imigrantes teutos no Estado.

Os últimos traços destacados aparecem muito mais nas fontes pesquisadas. A influência do padre e do pastor na comunidade, a importância da família e o cumprimento das obrigações religiosas, estiveram bastante presentes na vivência do imigrante, pelo menos daqueles instalados em Santa Isabel.

Desta forma, ainda sob a perspectiva de Hall (2003:40), nota-se que a nação de origem “[...] vive através de diversos sinais e traços presentes na forma de se falar, de apropriar-se do [idioma], em ocasiões religiosas”, entre outras.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho, é ampliar a discussão de como se deram os primeiros anos da colonização teuta no Espírito Santo, em seus aspectos econômicos, políticos e, principalmente, sociais, uma vez que, segundo a perspectiva adotada, estes fatores não se encontram dissociados, cada um repercutindo de alguma forma no outro.

Busca-se compreender quais os possíveis fatores permitiram a manutenção, ou até mesmo o reforço, das características culturais dos colonos alemães que se instalaram na Colônia Santa Isabel. Dito de outro modo, o que se pretende é entender como se deu a transmissão da língua, dos hábitos, tradições e costumes. A partir da identificação do tema, procuramos respostas para as seguintes questões: Como era a organização da Colônia e como esta favoreceu a manutenção de certos traços culturais? Quais os reflexos do contato dos imigrantes com a população capixaba e sua influência na comunidade? Quais os principais conflitos e sua forma de reação a eles? Enfim, como foram tecidos os laços de sociabilidade nesta Colônia.

Desta forma, este estudo buscará abordar nas fontes, de maneira mais detida, as características sócio-culturais do grupo de imigrantes e de seus descendentes que se instalaram na Colônia Santa Isabel, enquanto os aspectos políticos e econômicos serão trabalhados principalmente a partir dos Relatórios de Presidente de Província e da bibliografia existente sobre a imigração no Espírito Santo.

Diante das especificidades da temática cultural, algumas das fontes escolhidas para a pesquisa, especialmente os registros matrimoniais, tiveram que ser observados em um período de tempo mais amplo para se chegar a considerações mais precisas sobre o objeto de pesquisa.

Com relação aos processos criminais, existentes no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, referentes aos imigrantes e seus descendentes nos primeiros quinze anos da Colônia, que também fazem parte das fontes observadas, não são encontrados em número satisfatório para uma pesquisa. Nesse sentido, a melhor opção foi não limitar a pesquisa apenas ao período em que Santa Isabel era uma Colônia Imperial, mas estendê-lo até o período da mudança de regime político no país, acompanhada também, por alterações na política provincial de instalação de imigrantes que se seguiu.

Cabe destacar que este trabalho tem por finalidade a identificação de alguns aspectos que permitiram a existência, ainda nos dias de hoje, ou seja, mais de 160 anos após o início dessa colonização, de traços de sociabilidade peculiares aos imigrantes e seus descendentes, por meio de diversos documentos como: registros

de casamentos, Relatórios de Presidente de Província, correspondências expedidas e recebidas pelos Diretores da Colônia, além de processos criminais envolvendo imigrantes. Antes de tudo, trata-se de um estudo sobre a comunidade e seu comportamento a fim de identificar sob que aspectos se deram os primeiros anos desta imigração e como estes indivíduos organizaram sua vida em uma realidade completamente diversa de seu local de origem, passando a seus filhos valores, tradições e hábitos, que se perpetuaram por gerações.

Assim, no primeiro capítulo demonstro, com base nos relatos dos enviados suíço e italiano, e de informações obtidas a partir da bibliografia, as políticas empreendidas pelos governos Imperial e Provincial, para o incentivo da imigração para o Espírito Santo. Nele veremos quando foram criados os núcleos coloniais e como estes se desenvolveram, apresentando uma peculiaridade em relação a outras regiões do país, pois baseavam-se num sistema de pequena propriedade, porém com produção voltada para o mercado externo. Nesse sentido, a imigração empreendida para o Espírito Santo parece seguir a “[...] regra quase geral de todos os movimentos migratórios”, conforme expõe Sayad (1998:67). Segundo o autor: “[...] toda imigração de trabalho contém em germe a imigração de povoamento que a prolongará; inversamente, pode-se dizer que não há imigração reconhecida como de povoamento [...] que não tenha começado com uma imigração de trabalho”.

O segundo capítulo será voltado para aspectos de formação da Colônia Santa Isabel. Tentarei esclarecer de maneira mais específica a procedência dos imigrantes ali instalados e a sua divisão interna, proveniente da diferença de confissão dos colonos. Desta forma, a discussão abarcará a realidade local, observada mais detidamente, evidenciando a perspectiva possuída pelas autoridades provinciais quanto ao desenvolvimento de Santa Isabel, bem como a preocupação e problemas enfrentados, muitas vezes ocasionados pelas convivências de católicos e protestantes.

Já no terceiro capítulo abordar-se-á a identificação do espaço geográfico da Colônia, com base em informações obtidas através de ofícios expedidos e recebidos pelos Diretores da Colônia, relacionando sua construção e a atuação dos indivíduos. Neste capítulo ficarão evidentes as diferenças existentes entre os colonos, principalmente no que tange à religião, e proporcionam a “divisão”, mesmo que de

forma não rígida, da Colônia em territórios de católicos e protestantes. Apresentaremos também casos existentes entre as fontes analisadas, quais sejam os processos criminais, a fim de esclarecer a dinâmica das relações sociais ali expressas, destacando os espaços, públicos e privados, onde se estabeleciam as relações sociais.

Esperamos com isso poder esclarecer as formas de organização daquela sociedade, bem como os códigos de conduta, costumes e os valores intrínsecos, muitas vezes expressos neste tipo de fonte.

Gostaria, ainda, de frisar que uma das maiores dificuldades enfrentadas durante o desenvolvimento do trabalho foi a falta de uma bibliografia específica que tratasse da Colônia Santa Isabel e da imigração teuta no Espírito Santo. No que tange às informações sobre a Colônia nos amparamos em fontes diversas no intuito de compreender o território físico, pois pareceu essencial para a análise dos casos que se desenvolveram em espaços públicos. Sobre imigração teuta, recorri à bibliografia sobre imigração germânica no Sul do Brasil e algumas poucas obras que tratam o caso do Espírito Santo.

Com a conclusão do trabalho, espero que o estudo contribua para o estudo da imigração teuta no Espírito Santo, bem como para o estudo das colônias de imigrantes instaladas no século XIX.

1 O BRASIL E O PROCESSO IMIGRATÓRIO

1.1 Escravos ou imigrantes: a produção cafeeira nas grandes fazendas

A primeira leva de imigrantes vindos para o Brasil se iniciou com a chegada dos portugueses, ainda nas primeiras décadas da colonização, no século XVI. Ao se estabelecer a economia mercantil, a partir das grandes fazendas de açúcar, se deu início à segunda leva imigrantista, esta involuntária, propiciada pelo tráfico de escravos africanos, que perdurou por mais de três séculos, sendo a principal responsável pelo abastecimento de mão de obra até o ano de 1854, quatro anos depois da proibição definitiva do tráfico negreiro. A terceira fase de imigração para o Brasil, que será abordada neste trabalho, foi aquela que teve, entre outras atribuições, a substituição de mão de obra cativa pela livre, com a entrada de famílias de diferentes partes do mundo, principalmente dos países europeus³ (COSTA, 1998).

Cabe ressaltar que apesar de constantes durante todo o Período Colonial, as mencionadas fases imigrantistas não foram suficientes para povoar todo o território do Brasil. Segundo Caio Prado Junior (1978), para o período, a colonização somente se efetivou em uma pequena parte do território que politicamente constituía o país. Assim, a empresa colonizadora se consolidou na estreita faixa litorânea até o século XVIII, quando a partir do estabelecimento da mineração, iniciou-se a interiorização de algumas partes do território. Alguns dados demonstram que a descoberta de minas nas Gerais incrementou o processo de imigração de portugueses que buscavam o enriquecimento rápido – de 100.000 indivíduos até 1700 e, 600.000 apenas no decorrer do Setecentos –, num processo que instaurou tanto modificações econômicas quanto estruturais da sociedade, passando a se concentrar nos núcleos urbanos formados aos redores das lavras.

³ Os principais receptores dos europeus que emigraram para as Américas no decorrer dos séculos XIX e XX, foram os respectivos países: Estados Unidos, Argentina e Brasil, em ordem decrescente do fluxo.

No que concerne ao Período Imperial, observa-se que a permanência dos pilares que ditavam a economia colonial – prevalecendo o trabalho escravo, sistema de latifúndios, produção voltada para um único produto destinado a exportação e ainda a permanência de um sistema político paternalista –, compõem o conjunto de fatores que viabilizavam a manutenção do sistema político monárquico. Entretanto, estes aspectos contribuíram também para a marginalização de significativa parte da sociedade, ocasionando o prolongamento da fase colonial no que diz respeito à utilização da mão de obra escrava.

Aos fazendeiros competiu a busca por alternativas como o tráfico interno de escravos, contratação de ex-cativos e livres pobres, ou até mesmo através da implantação do sistema de parceria com o propósito de estabelecer contratos de trabalhos no estrangeiro. Com estas estratégias, o setor produtivo conseguiu assegurar a produção agrícola, que permanecera como principal atividade econômica do Brasil, pautada, naquele momento, na produção cafeeira.

A opção de utilizar o imigrante europeu no trabalho agrícola, principalmente a partir de 1880, contribuiu para que os fazendeiros continuassem a exercer o controle social no que diz respeito ao trabalho nas lavouras. Garantia-se dessa maneira, o domínio e a hierarquia para aqueles que detinham as terras, ou seja, os fazendeiros.

Essa leva de imigrantes trouxe para o Brasil pessoas pobres originárias do norte e nordeste de Portugal, vindas principalmente do Minho, de Douro e de Trás-os-Montes, assim como de áreas rurais da Espanha e da Itália. Enquanto os italianos espalharam-se pela lavoura cafeeira, os portugueses concentraram suas atividades no pequeno comércio urbano ou ingressaram nas fileiras da massa operária que se formava no Rio e em São Paulo. Nesse mesmo período outra corrente imigratória chega ao centro-sul, vinda do Nordeste, onde uma grande seca levava os agricultores a abandonar suas terras. Temos, assim, no Rio de Janeiro, a coexistência de três grupos que chegavam quase simultaneamente à cidade – libertos, nordestinos e estrangeiros –, ajudando a criar o cenário dos conflitos urbanos que tiveram lugar na cidade (OLIVEIRA, 2002:28-29).

Destarte, o Brasil do século XIX viu sua população crescer, mudar de composição étnica, traços culturais e de situação funcional devido aos fortes impactos oriundos dos processos de abolição⁴, migração e imigração. Assim, a conjuntura do século XIX, apresenta modificações tanto no ambiente rural, ainda responsável pela principal fonte de renda do Brasil, como também nos espaços urbanos que passaram a absorver grande parte dos fluxos migratórios.

Para pesquisas acerca da migração neste período, são utilizados suportes documentais nem sempre muito ortodoxos. Segundo argumentação da pesquisadora Lúcia Helena Oliveira Silva (2009:3), os livros que realizavam os registros de presos da Casa de Detenção da cidade do Rio de Janeiro são exemplos desse tipo de fonte:

[...] estes registros ou fichas traziam uma descrição física pormenorizada dos presos com dados como nome, idade, naturalidade, nome dos pais, endereço, profissão e traços físicos como cor da pele formato do nariz, cor dos olhos além de trajés usados e qualificativos como liberto, livre, cabra, forro entre outros dados.

As análises dos fluxos migratórios devem considerar também, a existência de dificuldades quanto às distâncias a serem vencidas, aos escassos meios de transporte, às precárias fontes de informação acerca da região de destino, além dos poucos recursos financeiros dos migrantes. Mesmo assim, ampla bibliografia tem como consenso que os principais fluxos migratórios partiam do Norte-Nordeste em direção ao Sudeste-Sul do país, motivados pelo trabalho, principalmente nas lavouras de café.

No caso do Rio de Janeiro, a prática de convergência da população de escravos e ex-escravos, ampliada com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, se estabeleceu em espaços nitidamente definidos. Próximos ao porto ou nas

⁴ Aqui, deve-se considerar como parte do processo abolicionista as Leis voltadas para o fim do Tráfico Negreiro, estabelecidas entre 1831 e 1854; as Leis do Ventre Livre (1871), Lei dos Sexagenários (1885) e a Lei Áurea, de 1888, que determinou o fim ao trabalho escravo no Brasil.

adjacências das recém instaladas indústrias, os migrantes menos favorecidos encontraram o ambiente ideal no qual conciliavam a proximidade do local de trabalho com o da moradia.

Concomitantemente, para as autoridades, a política de imigração brasileira além de ajudar a incrementar o crescimento populacional, também respondia às necessidades de preencher "vazios demográficos". A legislação republicana favoreceu demasiadamente, a inserção estrangeira, no intuito de povoar o Brasil com imigrantes dispostos a assumir o trabalho nas lavouras.

Após a Proclamação da República, o governo decreta que sejam considerados brasileiros todos os estrangeiros aqui residentes a 15 de novembro de 1889 e aqueles que tiverem residência no país por dois anos. A Constituição de 1891 garantia a nacionalização automática de qualquer estrangeiro que vivesse no Brasil que, num prazo de seis meses, não se declarasse contrário à nacionalização (OLIVEIRA, 2002:18).

A literatura produzida acerca do movimento imigratório, ocorrido na virada do século XX no Brasil, relata imigrantes com um passado de miséria sustentando os sonhos de um Novo Mundo. A partida de milhões de estrangeiros, rumo ao Brasil, em grande parte, fez-se por necessidade, não por opção, assim, talvez não seja exagero afirmar que o perfil do imigrante aqui aportado era socialmente precário, com baixa qualificação profissional e raros conhecimentos acerca de códigos e valores urbanos.

A causa absoluta, e que atua de um modo idêntico e universal, é a miséria: as outras são causas transitórias e acidentais, que em determinadas épocas podem estimular e acelerar movimentos excepcionais de emigração, em razão de um excepcional desenvolvimento de pobreza (QUEIROZ, 1977:73).

Apesar de, no início do Período Republicano, terem aparecido algumas leis que favorecessem os imigrantes, como citado, não tardou e a legislação voltou-se rapidamente contra o novo pretendente que tinha a nobre missão de "civilizar e embranquecer a nação". Além da Lei Adolfo Gordo – que permitia expulsar do Brasil os estrangeiros envolvidos em atividades subversivas e criminosas – artigos

restritivos à imigração foram inseridos também nas constituições de 1934 e 1937. Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 1880 e 1939 o Brasil absorveu cerca de quatro milhões de imigrantes, conforme indica tabela abaixo.

TABELA 1
Chegada de Imigrantes no Brasil (1880-1939)

NACIONALIDADE	TOTAL	PORCENTAGEM (%)
Alemães	170.645	4,10
Espanhóis	581.718	13,99
Italianos	1.412.263	33,96
Japoneses	185.799	4,47
Portugueses	1.204.394	28,96
Sírios e turcos	98.962	2,38
Outros	504.936	12,14
TOTAL	4.158.717	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

São Paulo recebera, pelo Porto de Santos, o total de 2,3 milhões, possivelmente, absorvendo grande parte deste número como mão de obra nas lavouras de café. A apresentação dos dados até a década de 1930 é justificável por ser o período em que a cultura cafeeira entra em sua principal crise, esgotando, gradativamente, o processo de imigração em massa.

Portanto, podemos observar, no Brasil, mudanças durante o século XIX nos campos político, econômico e social. No que tange a economia, ainda no século XVIII, foram introduzidas novas formas de exploração da terra. A mineração, seguida pela indústria cafeeira, transferiu o foco econômico, principalmente para a região Sudeste do Brasil.

No que se refere ao presente estudo, a análise da cultura cafeeira permitirá conhecer as motivações iniciais para a implantação de uma política imigratória. Cabe destacar que, em termos de transporte, a implantação de ferrovias e abertura

de novas estradas, ampliou a fronteira econômica do Brasil, permitindo assim, a formação e expansão da cultura cafeeira para terras férteis e de fácil adaptação à lavoura, que exigia grandes extensões de terrenos e clima específico. Assim, se a chegada das primeiras mudas de café remonta ao século XVIII, seu desenvolvimento e primazia viria a ser alcançado no século posterior.

A demanda internacional pelo produto também contribuiu para que os grandes fazendeiros investissem nas plantações de café. A liderança brasileira na produção cafeeira se deveu ao acúmulo de capitais e de seu investimento em um produto que tinha mercado certo no exterior, além das crises que afetavam os maiores produtores, principalmente o Haiti.

No Brasil, destacaram-se dois grandes pólos produtores, caracterizados pela plantação do café, emprego de mão de obra escrava e pela grande propriedade, sendo estes o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista.

O desenvolvimento das lavouras de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, demonstram que mais de 70% da produção total do café era produzida na região sudeste do país. O caso paulista é singular visto a renovação de terras férteis constantes, possibilitando uma transformação radical do processo produtivo.

A terra roxa, solo resultante da decomposição de rochas basálticas de origem vulcânica, apresenta-se como a mais propícia para o cultivo do café. Assim, a agricultura brasileira continuou a ser o principal pilar da economia, mantendo duas constantes, o latifúndio e a monocultura, agora pautada na cultura cafeeira.

Ao contrário do que se possa imaginar, não foi de imediato a adoção da mão de obra livre imigrante nas lavouras cafeeiras. No entanto, a política de facilitação da entrada de imigrantes tendo por base o princípio da necessidade de substituição da mão de obra foi amplamente discutida pela historiografia que trata da imigração, porém, quase sempre tendo como referência os estados de São Paulo ou Rio de Janeiro. Isto se deve, é claro, à existência de enormes lavouras de café e do grande contingente de escravos situados nestes Estados (HALL, 1983:80-120).

Assim como no Período Colonial, a principal opção para o trabalho na terra foi o escravo até os últimos anos do Império. Com as lavouras de café em expansão, o tráfico negreiro foi incrementado, com a diferença de não mais ter como foco os canaviais do nordeste.

Os indícios sobre o fim da escravidão no Brasil, apresentados lentamente por meio de diversas leis que garantiam alguns direitos aos cativos como, por exemplo, a Lei do Ventre Livre, a dos Sexagenários e as que, gradativamente, deram fim ao tráfico negreiro, fizeram com que alguns cafeicultores e autoridades, se preparassem para adotar novas alternativas de mão de obra. A principal opção de substituição da mão de obra cativa pela livre, passou a ser vislumbrada mediante uma política imigrantista que propiciasse a chegada em massa de imigrantes europeus para o trabalho nas grandes lavouras de café.

Para a Província de São Paulo, o sistema de parceria se estabeleceu a partir de 1848⁵, mediante a emergência de introduzir o trabalho livre nas lavouras de café, que naquela época, já se firmara como principal produto não somente da Província Paulista como de todo o país. O sistema era executado, inicialmente, por um representante do fazendeiro que se dirigia à Europa para fechar os contratos diretamente com os interessados a imigrarem para o Brasil, tendo como destino certo as terras dos produtores de café. Em 1852, autorizado pela Assembléia Provincial de São Paulo, 25 contos de réis anuais passam a compor o orçamento das despesas provinciais para promover a colonização.

⁵ As primeiras experiências com o trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo, começam em 1847, por iniciativa particular do senador Nicolau de Campos Vergueiro, político e latifundiário paulista. Vergueiro trouxe para sua fazenda de Ibicaba, no município de Limeira, 177 famílias de colonos suíços e alemães para trabalhar em regime de parceria, ao lado dos escravos. O sistema de parceria na fazenda de Campos Vergueiro, apesar de ter servido como modelo para a implantação da política de incentivo à imigração, fracassou, assim como nas demais fazendas, mediante acusações feitas pelos colonos, entre as quais a de má fé na pesagem do café e na distribuição de roças. A experiência de incentivo de imigrações via contrato de parcerias acabou por ser abandonado em 1850 (COSTA, 1998).

O projeto inicial, apresentado a 3 de junho por Gabriel Rodrigues dos Santos, destinava-se a estabelecer auxílio para transporte de famílias de trabalhadores do norte da Europa, devendo os lavradores interessados requererem ao governo uma prestação correspondente à metade do custo do transporte até o porto de Santos. Essa importância era dada sob a forma de um empréstimo resgatável num prazo de seis anos, sem juros (COSTA, 1998:123).

Para a historiadora Emilia Viotti da Costa (1998), o sistema de parceria transferia para iniciativa privada parte do ônus da imigração. À parte, os produtores que investiam nesse sistema, buscavam a compensação com as cobranças dos gastos junto aos colonos, o que acabou por tornar o sistema inviável tanto para a chegada de novas levas de imigrantes, quanto para os fazendeiros, que ainda contavam com a opção do tráfico interno de escravos.

A mesma historiadora enumera alguns fatores que contribuíram para o fracasso do sistema de parcerias nas grandes fazendas de café, principalmente no oeste paulista:

Os colonos eram contratados na Europa e encaminhados para as fazendas de café. Tinham sua viagem paga, bem como o transporte até as fazendas. Essas despesas, assim como o necessário à manutenção, entravam como adiantamento até que pudessem sustentar-se pelo próprio trabalho. Atribuía-se a cada família uma porção de cafeeiros na proporção da sua capacidade de cultivar, colher e beneficiar. Era-lhes facultado o plantio de víveres necessários ao próprio sustento entre as filas de café, enquanto as plantas eram novas. Quando isso não era mais possível, podiam plantar em locais indicados pelos fazendeiros. Em caso de alienação de parte dos víveres caberia ao fazendeiro a metade. Vendido o café, obrigava-se este a entregar ao colono metade do lucro líquido, deduzidas todas as despesas com o beneficiamento, transporte, comissão de venda, impostos, etc. Sobre os gastos feitos pelos fazendeiros em adiantamento aos colonos, cobravam-se juros de 6%, que corriam a partir da data do adiantamento. Os colonos eram considerados solidariamente responsáveis pela dívida (COSTA, 1998:124).

Pela citação, verifica-se que enquanto os fazendeiros adquiriam empréstimos com o Governo, sem juros e passíveis de pagamento em seis anos, os colonos que assinavam contratos de parceria ficavam comprometidos com a dívida do fazendeiro, que a transferia em forma de adiantamento do pagamento pelo trabalho. O resultado desta política foi o desinteresse dos imigrantes em se estabelecerem nas grandes fazendas, até porque estavam submetidos às mesmas exigências de trabalho que os escravos, ainda predominantes na maioria destas fazendas. Iludidos por promessas de riquezas e aquisição de terras, estes imigrantes se dirigiam para o Brasil, porém, na maioria dos casos, não alcançavam seus objetivos e tinham que se submeter aos cafeicultores, trabalhando em suas fazendas mesmo ganhando pouco.

Entre os imigrantes europeus, os italianos foram os que chegaram em maior número, conforme a Tabela 1, nessa onda de imigração do final do século XIX, seguidos de perto por espanhóis e portugueses. Em menor número, porém com relevância significativa, chegaram alemães, poloneses, austríacos, holandeses, luxemburgueses, entre outros. Houve, também, imigrantes não europeus como, por exemplo, os asiáticos dos quais podem ser destacados os chineses e japoneses, além dos sírio-libaneses.

O fenômeno da imigração transcende as grandes áreas produtoras de café. Segundo Vânia Herédia (2001), a Política de Imigração tem seu marco com a chegada de D. João VI, momento em que a colonização ganha um caráter inovador, com a pretensão de renovar as estruturas pré-existentes.

Pela proposta colonizatória se pretendia criar novas condições econômicas, políticas e sociais, formando uma mentalidade que permitisse ao país superar todos os obstáculos decorrentes de sua formação inicial, sustentada pelo tripé: latifúndio, monocultura e escravidão (HERÉDIA, 2001).

A mesma pesquisadora elenca os fatores que motivavam o Estado criar incentivos à imigração: defesa territorial com a formação de um exército capaz de assegurar o controle das fronteiras e conseqüentemente da própria hegemonia; a ocupação dos espaços vazios que propiciasse o desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria, criando classes sociais intermediárias entre o senhor de terras e o escravo; a substituição da mão de obra escrava pela mão de obra livre, assalariada

devido à expansão da causa abolicionista e à implantação do trabalho livre que desenvolveriam as cidades, estimulariam o comércio e fomentariam a criação de serviços de infraestrutura, gerando um desenvolvimento para o país (HERÉDIA, 2001).

Com poucas áreas povoadas, e essas situadas principalmente no litoral, o interior do país apresenta-se praticamente inexplorado. Assim, a terceira leva de imigrantes, quando de sua estruturação, possuía como característica principal solucionar os problemas de povoamento e exploração econômica do território.

Conclui-se que a partir da Independência até a década de 1880, a Política Imperial de incentivo à imigração, em grande parte, tinha como objetivo a ocupação de terras devolutas, mediante a formação de núcleos coloniais, principalmente na Região Sul, efetivando desta maneira, a exploração econômica do território. Durante este período, o incentivo à imigração, pelo Estado Imperial, se modificou de tempos em tempos, conforme os interesses sociais e econômicos do país. Até 1850, o Estado concedia aos imigrantes terras, sementes, animais e uma remuneração, para assim conseguirem se fixar e iniciar o trabalho da terra. Com a publicação das Leis de Terras⁶, se finda a política de doação de terrenos, passando, em tese, a aquisição de propriedades rurais serem feitas mediante a compra.

⁶ Em 1848, foi instituída a Lei Geral nº. 514, de 28 de outubro, concedendo a cada província 36 léguas quadradas de terras devolutas para uso exclusivo de colonização. Dois anos mais tarde, a Lei de Terras nº. 601, de 18 de setembro de 1850, estabelecia os critérios para a estruturação das colônias agrícolas como também a legitimação das sesmarias existentes. A referida Lei de 1850, complementada pela Lei 504, de 1854, vinculada ao projeto imigrantista do Império, extinguiu o regime de posses e transformou as terras devolutas em mercadoria, isto é, a posse só podia ser efetivada por compra, ao Estado, assim como previa a indenização, ao mesmo, das despesas realizadas para o estabelecimento da colônia. Em 1891, o controle das terras devolutas deixa de ser da União, que o transfere para os Estados. Porém, a doação de terras aos colonos e seus descendentes se manteve contínua e a critério da necessidade de ocupação territorial (COSTA, 1998; HERÉDIA, 2001).

Em 1880, com a eminência da abolição da escravidão no Brasil, acrescentada pela demanda de trabalhadores devido à expansão cafeeira, a região de atração de imigrantes passou a ser a Sudeste, principalmente São Paulo. A partir da referida data, os objetivos da Política Imperial, com relação aos imigrantes, procuravam atender as demandas dos grandes latifúndios cafeeiros: trabalhadores livres para a lavoura em substituição ao cativo.

1.2 Colonização Alemã: a ocupação da fronteira Sul

Como observado, a partir da Independência do Brasil, a colonização passou a compor a pauta da Política Imperial. Ainda na década de 1820, o Governo Imperial passou a incentivar a implantação de núcleos de colonos europeus, preferencialmente nas províncias ao Sul. Alguns autores argumentam que a escolha pelos povos germânicos esteve ligada ao fato da Imperatriz, Dona Leopoldina, ser austríaca, o que facilitava as negociações com os governos desses países. No entanto, a imigração alemã, se considerado os números de entradas por país de origem, foi inferior a de italianos, espanhóis, portugueses e japoneses (Tabela 1). “No total, chegaram ao Brasil, pouco mais de 235 mil imigrantes alemães, muitos assentados como colonos através de projetos patrocinados pelo Estado ou por companhias particulares” (SEYFERTH, 1994).

As motivações dos alemães emigrarem, muitas delas, estavam presentes nas condições de vida encontradas no país de origem, a Alemanha: o predomínio da pobreza, principalmente no ambiente rural; perseguições religiosas; sistema agrícola arcaico e marcado pelo sistema feudal; alto índice de natalidade entre os camponeses; falta de emprego; crises decorrentes das más colheitas, entre outras.

Olhando o conjunto da situação alemã no século XIX, pelo menos até 1871, temos vários pequenos Estados conturbados por uma série contínua de revoluções e guerras, com uma estrutura econômica mais ou menos instável. Nesse contexto os camponeses formam a maior parte dos grupos de emigrantes, juntamente com contingentes do *Lumpenproletariat* e liberais fugidos das revoluções de 1830 e 1848. Segundo estimativas não muito precisas, cerca de

cinco milhões de alemães deixaram sua terra de origem durante o século XIX forçados pela precariedade político-econômica (SEYFERTH, 1974:27).

Coadunando crise política e econômica na Alemanha, com a intensa propaganda feita pelas Companhias de Colonização, os colonos alemães vislumbraram a possibilidade de recomeçar uma nova vida nas Américas. A possibilidade de se iniciar uma nova vida, em um país recém-independente, como o Brasil, foi o principal atrativo para a chegada dos alemães ao Brasil, que por sua vez, não possuíam, em sua maioria, o propósito de retornar a pátria mãe (SEYFERTH, 1994).

Portanto, a imigração alemã, desde o início, esteve vinculada ao processo de colonização, baseado na pequena propriedade e implantado por iniciativa do Estado, desde 1818.

Os imigrantes dessa origem foram dirigidos, preferencialmente, para colônias agrícolas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e, num certo período, também para o Espírito Santo, na década de 1870. Houve assentamentos de alemães em outros estados – Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia –, mas em geral, foram experiências efêmeras, não se constituindo como fluxo migratório (SEYFERTH, 1994:11).

A primeira Província a fundar uma colônia alemã foi a da Bahia, em 1818, sem muito sucesso e rapidamente abandonada. O fracasso do referido empreendimento teria se dado pelo fato da Região Norte ser imprópria para a colonização de europeus, muito devido ao clima. Essa foi uma das razões utilizada para justificar a opção pela Região Sul para se desenvolver tal empreendimento. Outra questão recaía para a imagem escravista e as experiências mal sucedidas com a utilização de colonos nos latifúndios de São Paulo, além das pequenas propriedades não interessarem aos grandes fazendeiros de São Paulo ou do Nordeste, que vislumbravam a expansão territorial. Como já exposto, a preocupação em se povoar a Região Sul era proeminente para o Governo Imperial e, possivelmente, seja o fator determinante para a escolha.

Conforme Renzo Grosselli (2007:140), as primeiras experiências imperiais de colonização com imigrantes germânicos, que obtiveram algum sucesso, foram: Nova Friburgo, em 1818, na Província do Rio de Janeiro; São Leopoldo, em 1824, Três Forquilhas, em 1818, e Torres, em 1826, as três últimas no Rio Grande do Sul; São Pedro de Alcântara, em 1828, na Província de Santa Catarina; Rio Negro, em 1828, no Paraná; e Santo Amaro, em 1829, na Província de São Paulo. Cabe ressaltar, que o mesmo autor denota a importância das colônias alemãs na Região Sul e, posteriormente, no Espírito Santo, como exemplos mais fundamentados de ocupação e formação de núcleos populacionais e culturais da descendência germânica no Brasil.

Assim sendo, o marco das colônias alemãs no Brasil, seria a fundação da Colônia de São Leopoldo, em 25 de julho de 1824, no Rio Grande do Sul.⁷ Na década de 1820, outras colônias se estabeleceram em Santa Catarina e no Paraná, no entanto, a Revolução Farroupilha cessou o processo de formação de novos núcleos, sendo o mesmo reiniciado na década de 1840, no Rio Grande do Sul e, na década de 1950, em Santa Catarina, foi fundada a colônia de Blumenau.⁸

A característica mais peculiar dessa imigração é ter-se concentrado em poucas regiões, em alguns casos formando colônias etnicamente homogêneas, que depois seriam vistas com suspeita

⁷ O primeiro grupo de colonos alemães que aportou na Região Sul, em 1824, recrutados pelo Major Jorge Antonio Schaffer e encaminhados para o atual município de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Os colonos tiveram que construir suas próprias casas, receberam sementes para a plantação e gado para o sustento. De início, São Leopoldo não se desenvolveu. Porém, com a chegada de novos imigrantes, a colônia cresceu. Disponível em: www.projetoimigrantes.com.br.

⁸ Colônias antigas como Novo Hamburgo, estabelecida pouco tempo depois de São Leopoldo, serviram de apoio para a criação de colônias mais novas, como Estrela (1853), Lajeado (1853) e Teutônia (1868). Outras colônias, só foram criadas tempos depois, como Ijuí (1890), Sobradinho (1901) e Erechim (1908). Essas últimas colônias já não eram exclusivamente alemãs, pois agregavam imigrantes de outras nacionalidades. Entre 1818 e 1849, a média de entrada de alemães por década era de 6.983 e, entre 1850 e 1909, o número era de 15 mil alemães por década. Disponível em: www.projetoimigrantes.com.br.

pelos brasileiros. Por outro lado, os próprios alemães não constituíam um quadro homogêneo, ao contrário, a clivagem religiosa entre evangélico-luteranos e católicos sempre existiu e algumas identidades religiosas regionais podem ser percebidas como significativas do processo de colonização (SEYFERTH, 1994:13).

Assim, ao contrário da visão corrente no Brasil, predominante até hoje, os germânicos tinham procedência de diversos locais da Alemanha que durante a maior parte do período em que ocorreram as imigrações, se tratava de uma nação fragmentada que viria a se unificar apenas em 1871. Colonos provenientes da Áustria e da Polônia também se incluem entre os povos germânicos que emigraram para o Brasil. Destarte, o colono traz em sua bagagem toda a carga cultural adquirida em sua terra de origem, e pretende transpor para a colônia, além de sua família e trabalho, também sua cultura. Portanto, as características regionais como hábitos, costumes, religião e língua, seguiram para as recém-criadas colônias, juntamente com seus colonos: prussianos, pomeranos, austríacos, suíços, renanos, bávaros, entre outros.

Possivelmente, a falta de identidade e o desapego com a terra, tenham sido aspectos determinantes para os deslocamentos internos dos colonos, que preferiam estabelecer suas famílias próximas de outras que mantinham traços culturais idênticos. Giralda Seyferth (1974), ao tratar da situação do colono alemão na Região Sul do Brasil, ressalta que, durante o século XIX, as colônias de imigrantes germânicos se localizaram em áreas de florestas, longe das grandes propriedades luso-brasileiras dedicadas a criação extensiva de gado. Para a autora:

Estes imigrantes, portanto, ficaram separados dos luso-brasileiros e suas atividades não afetaram em nada as áreas latifundiárias. As regiões colonizadas por alemães se caracterizaram principalmente pelo regime de pequenas propriedades policultoras e pelo fato de permanecerem relativamente isoladas, gozando de uma certa autonomia e realizando um comércio em pequena escala, não especializado, dominado por alguns comerciantes proprietários de pequenas lojas nos principais centros coloniais (SEYFERTH, 1974:29).

O contexto apresentado para as colônias alemãs do Sul do país, em muito contribui para a análise da Colônia alemã de Santa Isabel, estabelecida no Espírito Santo, objeto principal da presente Dissertação. Seguindo o mesmo sistema, na maior parte do território capixaba, prevaleceu o sistema de colonização de terras devolutas, em núcleos “fechados”, com a constituição de pequenas propriedades familiares. Conflitos, crises e revoltas ocorreram, muitas vezes motivados pela fixação em uma mesma colônia de diversas identidades germânicas, limite que o colono não estava disposto a superar com a vinda para o Brasil.

1.3 O Contexto do Século XIX no Espírito Santo

Ao contrário dos demais Estados da região Sudeste do Brasil, na maior parte do território do Espírito Santo prevaleceu o estabelecimento de pequenas propriedades produtivas a partir da chegada dos portugueses. Durante todo o Período Colonial, a ocupação de terras capixabas se fez na faixa litorânea sem, no entanto, gerar uma produção compatível com o sistema colonial imposto por Portugal. O resultado pode ser observado através da historiografia dedicada ao estudo da História do Brasil Colônia, em que o Espírito Santo raramente é lembrado, excetuando seu caráter de capitania subalterna ao sistema mercantil da colônia. Contudo, cabe ressaltar que, como nas demais capitanias, a utilização da mão de obra escrava estava disseminada pelo Espírito Santo, principalmente na região central, e como no restante do Brasil, a agricultura era a principal base produtiva.

Com a Independência do Brasil, a situação do Espírito Santo não se alteraria de imediato. Ao se iniciar o Período Imperial houve a manutenção de uma baixa densidade demográfica, produção pautada em pequenas propriedades agrícolas e a ocupação prevalecia na faixa litorânea capixaba. Por volta, da década de 1820, o Espírito Santo mantinha uma tímida ocupação do seu território, tendo como limites, ao norte, a Vila de São Mateus e, ao centro, a Vila da Vitória, capital da Província. A partir dessa época, iniciou-se a ocupação da Região Sul do Espírito Santo, com destaque para as áreas do Vale do Itapemirim e do Itabapoana, posteriormente, localidades em que se estabeleceu a cafeicultura em regime de grandes

propriedades nos moldes das fazendas do Vale do Paraíba e Oeste Paulista, principais zonas cafeeiras (SALETTTO, 1996:28).

Em determinada medida, até a chegada dos imigrantes europeus, acentuada a partir de 1850, grande parte do território do Espírito Santo se compunha de mata nativa.

O interior da Província é em sua maior parte coberto por uma selva densa, bastante montanhoso e habitado por grupos dispersos de índios selvagens. Por isso, uma ligação terrestre duradoura e funcional entre as duas províncias só pode ter perspectiva de sucesso, racionalmente falando, através da colonização por uma população estrangeira ou nativa que gradualmente avance para o interior, concomitante à construção de estradas. De qualquer modo, ela teria enorme importância tanto para Minas Gerais quanto para o Espírito Santo e esta última Província, tão decadente, poderia adquirir assim uma maior significação (TSCHUDI, 2004:60).

Da mesma forma que fora observado no relato do Barão Tschudi (2004), os Relatórios Provinciais, sob responsabilidade dos Presidentes da Província, atribuem o atraso econômico, muitas vezes, à situação de isolamento e desocupação da maior parte das terras capixabas, herança do Período Colonial.⁹

O isolamento, verificado até o século XIX, pode ter como uma das explicações a falta de ligações adequadas entre o interior e a capital, Vila da Vitória, bem como entre a Província e as demais do Império. O referido problema sempre foi motivo de insatisfação das autoridades e da população, que na maior parte, dependia do

⁹ A historiografia capixaba argumenta que o isolamento e, em certa medida, a decadência do Espírito Santo durante o Período Colonial está ligada a dois fatores. O primeiro diz respeito à própria geografia do Estado, irregular e acidentado, bem como a ocupação por gentílicos dispostos a lutar por seu território. Outro fator, já no século XVIII, diz respeito a Legislação Portuguesa que impedia o estabelecimento de ligações entre o Espírito Santo e Minas Gerais, sob a alegação de proteger o escoamento de ouro e pedras preciosas encontradas nas Gerais. Mário Aristides Freire (2006), argumenta que as Leis de proibições mais relevantes datam de 1725 a 1758, não significando, necessariamente, a interrupção do trânsito de pessoas e mercadorias entre as duas capitanias (CARVALHO, 2008; FREIRE, 2006).

comércio de subsistência, prejudicado pela falta de vias de comunicação adequadas ao escoamento de mercadorias produzidas no Espírito Santo. Mesmo que o projeto de vias de comunicação possa ser observado em documentos datados do Período Colonial, bem como sua importância estivesse vinculada ao desenvolvimento econômico do Espírito Santo, o investimento em infraestrutura somente se converteria em estradas quando as finanças assim permitiram, ou seja, entre o fim do século XIX e o começo do seguinte.

Entretanto, o discurso político em meados do Oitocentos, continuava a denotar a estreita ligação entre a falta de desenvolvimento e o isolamento do território capixaba. Pedro Leão Veloso, em seu Relatório de 1859, primeiro ano como Presidente Provincial, e na mesma época da visita de D. Pedro II à Província, demonstra sua preocupação quanto ao isolamento até mesmo da capital: “[...] tenho gostado da terra em relação ao clima e à gente que não é má, mas acho-a sumamente atrasada em todos os sentidos; vive-se mal porque sobre ser a vida muito cara falham todas as vantagens de um país civilizado”.

O Presidente da Província, Luiz Eugênio Horta Barbosa, em seu Relatório de 1874, atestava a continuidade do problema na segunda metade do século XIX: “A falta de vias de comunicação constitui, na minha opinião, a mais premente necessidade de que sofre esta província: e creio que o meu modo de pensar seja compartilhado por todos os espírito-santenses”.

Carlo Nagar (1995:61), Cônsul italiano que visitou o então Estado, em 1895, não teria uma visão diferente das descritas anteriormente. Mesmo com a Proclamação da República, em 1889, e passados 35 anos após a visita do Imperador, a capital ainda se encontrava em situação muito ruim, de acordo com o Cônsul Italiano:

A cidade apertada entre o porto e a colina não tem espaço para expandir-se e é quase que totalmente formada por antigas construções portuguesas, sendo que algumas delas somente agora iniciam suas reformas. Tem uma população de 8.000 habitantes, dos quais mil são italianos. Com exceção de alguma praça e da estrada que costeia o porto, todas as ruas são estreitas, mal calçadas e algumas escorregadias. As casas construídas na maioria em estilo antigo, sem ordem nem simetria, são de apenas um ou

dois andares, carecem de água e luz. Não existem veículos públicos nem privados, e muito menos linhas de bonde; não existem esgotos e falta iluminação a gás. A água é escassa e os habitantes são obrigados a buscá-la em uma das duas únicas fontes que existem na cidade. Com tantas condições anti-higiênicas, não surpreende o fato de que aqui existam, de modo endêmico, a febre amarela e outras febres semelhantes.

Em outro trecho do mesmo Relatório, o mesmo Cônsul aponta para a lentidão dos serviços de transportes e a necessidade de seu desenvolvimento para uma economia baseada na agricultura. Para Nagar (1995), não somente a agricultura, mas também a indústria e o comércio dependiam de investimentos no setor de transportes, com o melhoramento das vias de comunicação e a expansão de ferrovias, iniciadas durante o primeiro Governo de Moniz Freire (1892-1896).

A falta de estradas, como observado anteriormente, não era o único problema da Província no que tange à comunicação e, desta forma, as possibilidades de crescimento econômico almejado ficavam aquém do esperado. A falta de boas condições portuárias, bem como da navegação fluvial para zonas do interior impediam um transporte eficiente dos produtos oriundos da agricultura. O reflexo disso era a insatisfação por parte dos grandes proprietários do Sul que viam seus ganhos prejudicados por este fato. Para eles havia a alternativa, vastamente utilizada, de escoamento dos produtos pelo Rio de Janeiro, mas para o Estado isso continuava a constituir um grande déficit de receitas.

Nesse contexto, Vitória, fundada em terreno acidentado e de difícil acesso, devido à necessidade de defesa exigida durante a colonização portuguesa, viria a ser o principal foco dos governantes capixabas durante a Primeira República. A necessidade de modernizar a capital se sobressai pelo fato de ali se concentrar o principal porto de embarque e desembarque, ser o centro administrativo do Estado e, portanto, concentrar as atividades tanto econômicas como políticas que regiam todo seu território (FERREIRA, 2009). Portanto, as povoações mais significativas prevaleciam em Vitória e arredores, como nas vilas de Cariacica, Viana e Guarapari. Mereceriam destaque também as regiões de Itapemirim, ao sul, e a Vila de Linhares, mais ao norte. O interior, no período anterior a imigração, permaneceu completamente dominado por matas e reduto de algumas tribos indígenas.

A instabilidade socioeconômica foi observada pelos diversos viajantes que se propuseram a escrever relatos sobre a Província, depois Estado, do Espírito Santo, entre os séculos XIX e XX.¹⁰ Entre as questões que chamavam a atenção destes viajantes, predominava a baixa densidade demográfica, grande extensão de terras devolutas, isolamento e falta de infraestrutura, elementos que, utilizados da maneira certa, seriam capazes de protagonizar o desenvolvimento do Espírito Santo.

A opção pela estrutura de núcleos coloniais era vista pelos governantes como uma solução de dois dos problemas: baixa densidade demográfica e a grande extensão de terras devolutas. Desta maneira, com a inserção de considerável número de imigrantes garantir-se-ia trabalhadores a baixo custo para a realização de obras públicas, principalmente na construção de estradas e ferrovias. No entanto, mesmo que tenha predominado, a partir de 1850, a colonização em núcleos de imigrantes, estabelecidos em pequenas propriedades, houve regiões que mantiveram o sistema de produção em latifúndios, com a utilização do escravo no trabalho. Assim, no Espírito Santo os dois sistemas de produção agrícola, em grandes e pequenas propriedades, coexistiram pelo menos durante o Período Imperial.

Torna-se relevante para o presente estudo, compreender o processo de ocupação do interior do Espírito Santo, buscando destacar as regiões onde se estabeleceu o modelo de ocupação para produção extensiva, que servirá de contraponto no entendimento para o estabelecimento dos núcleos coloniais imigrantes.

No interior, com destaque para a Vila de Itapemirim, região mais desenvolvida da Província e reduto dos grandes proprietários, se estabeleceu a produção em larga escala nos moldes da indústria cafeeira encontrada em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, sendo por este último, feito o escoamento da produção do Sul do Espírito Santo. Segundo Tschudi (2004:100):

¹⁰ Consideram-se aqui como viajantes não apenas o barão Johann Jakob Von Tschudi e Carlo Nagar, que estiveram no Espírito Santo em 1860 e 1895, respectivamente, mas também Ernest Wagemann, em 1913 e Jean Roche em 1968.

A Vila de Itapemirim é, depois de Vitória, a localidade mais significativa de toda a Província. Ela excede, ainda que não em relação às moradias, mas ao número de habitantes, a cidade de São Mateus, no extremo norte do Espírito Santo. Em 1818, o município de Itapemirim tinha 2.025 moradores. Em 1856, havia 8.443 (entre eles 3.445 escravos), e provavelmente a sua população chega hoje a dez ou doze mil habitantes, pois como já mencionei houve nos últimos tempos um afluxo bastante considerável de pessoas ligadas ao comércio e à lavoura em direção a este município. O seu solo extraordinariamente fértil e a comunicação relativamente fácil com o porto de Itapemirim prometem-lhe um futuro brilhante. Café, algodão, tabaco, mas, sobretudo açúcar e aguardente formam agora os produtos de exportação mais importantes; milho, arroz e farinha de mandioca também estão sendo produzidos em quantidade maior que a necessidade local.

A relevância de Itapemirim era evidente não apenas no plano econômico, mas também no político. O Barão de Itapemirim, como grande proprietário e líder do partido Liberal, gozava de considerável influência política e, por várias vezes ocupou o cargo de Vice-Presidente Provincial. Outra importante figura política da região, pertencente ao partido Conservador, era João Napomuceno Gomes Bittencourt, também grande produtor e inimigo político do Barão. Segundo Levy Rocha (2008), esses dois grandes personagens não pouparam esforços para recuperar o prédio do governo e investir em algumas obras na ocasião da visita do Imperador na Província, em 1859, além de enviarem grande comitiva para sua recepção, a fim de destacar a importância econômica da região que representavam.

A maior delegação, depois da que representava a capital, era a da vila de Itapemirim, aliás, com motivo de justiça, pois o município de Itapemirim superava mesmo a cidade de São Mateus na sua renda. Com um núcleo populacional de dez a doze mil habitantes, dominava a política em primeiro plano na província, depois de Vitória. O município contava com dezessete fábricas de açúcar e cachaça, sendo seis movidas a vapor, e muitas fazendas de café; só no Cachoeiro, quarenta fazendas e oitenta situações (ROCHA, 2008:70).

Importante destacar que o desenvolvimento de Itapemirim se vincula ao de Cachoeiro de Itapemirim e a produção cafeeira da região, que viria a se separar da antiga comarca, em meados dos anos de 1860.

Assim, a região de Itapemirim conseguiu desenvolver-se economicamente, primeiramente, a partir do cultivo de cana de açúcar e, mais tarde, devido ao plantio de café. Em ambos os casos a mão de obra utilizada era escrava. Somente quando o abastecimento de cativos passa a ser ameaçado pela política abolicionista, da mesma forma que ocorrera nas demais províncias, que os proprietários passam a recorrer ao Governo, pleiteando incentivos e/ou auxílios para a implantação de assentamento de imigrantes.

A ocupação dessa região, até então habitada por indígenas, de acordo com Nara Saletto (1996:29), se deu no início do século XIX, por fluminenses e mineiros que se fixaram em território capixaba e abriram as primeiras fazendas. Muitos desses ocupantes eram fazendeiros que traziam seus escravos para o trabalho nas novas áreas de exploração, primeiramente no cultivo de cana e produção de açúcar e, logo depois, do café. Segundo a autora, essa ocupação se completou na década de 40 do XIX com a criação do Aldeamento Afonsino o que possibilitou a povoação de outras localidades além de Itapemirim, como: Alegre, Veado e Castelo.

Saletto (1996:30) também destaca a afluência de pessoas pobres de Minas Gerais e Rio de Janeiro, que se instalaram na região Sul, à semelhança dos grandes proprietários, em terras devolutas, dando origem à freguesia de Rio Pardo, e a uma zona de produção marcada pela pequena propriedade e trabalho livre.

Já no Norte do território capixaba, a situação se assemelhava a encontrada nos antigos núcleos coloniais. Linhares, uma das vilas mais antigas da Província não alcançara nem de perto o patamar econômico vivenciado ao Sul. Contava com uma população diminuta e uma produção bem menos organizada que a da região de Itapemirim. Além disso, não possuía a vantagem geográfica, proveniente da proximidade com a então Capital do Império, o Rio de Janeiro. Sobre a localidade:

Na época em que se preparava para receber a visita imperial Linhares tinha esta fisionomia, segundo o correspondente do Jornal do Comércio: “Quase toda composta de casas cobertas de palha;

todavia, não apresenta aspecto desagradável pela vastidão e regularidade de sua praça, assim como das ruas; sua prosperidade é nula, pois que a população respectiva não passando de 900 a 1000 almas, quase toda se ocupa no tramento de madeiras, levando nisto uma vida nômade, e sem produzirem nem ao menos para o consumo.” População de 700 almas (ROCHA, 2008:189-190).

Enfim, no que tange à população e à ocupação do território, os dados quantificados pelo escritor Renzo Grosselli (2009:115) parecem ser os mais precisos, devido à variedade de estatísticas apresentadas. De acordo com o referido autor, em 1872, após, portanto, as primeiras empreitadas imigrantistas, o Espírito Santo contava com uma população de aproximadamente 82.000 habitantes, dos quais mais de 22.000 eram escravos, sendo que a maioria se encontrava nas fazendas do Sul. Este número demonstra uma densidade demográfica de pouco mais de dois habitantes por quilômetro quadrado, considerando a extensão territorial do Espírito Santo, de 36.000 quilômetros quadrados (NAGAR, 1995:31). O panorama populacional apresentado ajuda a compreender a preocupação por parte das autoridades em atrair imigrantes estrangeiros para povoar e desenvolver a Província e, posteriormente o Estado.

1.4 Café, Imigração e Colonização no Espírito Santo do Século XIX

Até a década de 1850, a Província do Espírito Santo mantinha uma configuração colonial para seus principais núcleos urbanos, além de um território, na maior parte, visto pelas autoridades como desabitado, o que significava improdutivo diante de uma economia pautada na produção agrícola. Com poucas áreas de produção, um contingente populacional muito pequeno, má distribuição na ocupação do território e com a cultura de cana de açúcar, produto principal até o momento, em plena decadência, a Província do Espírito Santo não conseguia estabilizar seu orçamento e enfrentava grandes dificuldades.

O quadro de dificuldade econômica resultava no desequilíbrio entre receitas e despesas, acarretando um endividamento crescente da Província. Entre as décadas de 1840 e 1850, poucas foram as vezes em que a receita ultrapassou as despesas. O problema foi demonstrado pela historiadora Gilda Rocha (2000:26), através de pesquisas nos Relatórios de Presidentes da Província, dados estatísticos e no Jornal “O Cachoeirano”. A autora demonstra, mediante a análise das receitas e despesas, principalmente entre 1843 e 1851, que o Governo Provincial mantinha despesas superiores a arrecadação para quase todo o período.

Já em fins da década de 1840 e início da década de 1850, a situação começaria a se alterar. As áreas tradicionalmente produtoras de açúcar com utilização exclusiva do cativo para o trabalho, ao Sul do Espírito Santo, começam a transferir o foco produtivo para a cultura cafeeira, além de integrarem o imigrante como opção de trabalhador nas lavouras. Na região das grandes lavouras, como já observado, se concentraria a maior receita da Província. No entanto, mesmo o café não estava livre das oscilações do mercado e nos últimos anos do século XIX, a partir de 1896, o Estado enfrentaria novas crises financeiras.

Portanto, segundo os autores apresentados, podemos observar, nos campos social e econômico, um período de transformações efetivas para o Espírito Santo a partir de 1850. Em termos econômicos, a introdução da cafeicultura, fez com que o Espírito Santo se inserisse entre as principais províncias, em termos produtivos da época. Quanto ao contexto social, a presença do imigrante se coloca de forma veemente em várias províncias do Brasil, sendo que a singularidade do Espírito Santo, neste contexto, reside no fato de coexistirem dois sistemas imigrantistas, o primeiro voltado para a colonização do território e o segundo como forma de abastecer as grandes fazendas de café, prevalecendo em ambos a produção cafeeira.

Para melhor compreender a predominância do café na economia capixaba, os dados fornecidos por Grosselli (2008:124-126), demonstram que, em 1845, a exportação de café na Província não chegou a 500 toneladas, triplicando esse valor no ano seguinte. Apesar de algumas pequenas variações, a partir da década de 1850, o mesmo produto apresenta uma tendência de aumento constante nas exportações capixabas, chegando à impressionante marca, para a época, de 7.800 toneladas,

em 1872. Assim, os números apresentados significavam não só o advento da produção cafeeira, mas também o aumento da importância da Província no cenário nacional. A participação do Espírito Santo na produção nacional passou de 1 para 5% em menos de três décadas. Importante destacar que o cultivo do café no Espírito Santo não se restringiu às grandes propriedades, sendo verificado o cultivo do produto mesmo em pequenas glebas de terras que formavam os núcleos coloniais, sempre com destino certo, o comércio exterior.

Deste modo, foi a partir do cultivo do café, tanto nas zonas de grande propriedade ao Sul, quanto nas colônias fundadas a partir de 1847, que a Província adquiriu maior visibilidade nacional, predominando a referida atividade como a principal fonte econômica do Espírito Santo até meados do século XX.

Assim sendo, torna-se relevante destacar que a produção capixaba, ao término do século XIX, centrava-se em três eixos econômicos: Região Sul, produtora de café, centrava suas relações em Cachoeiro de Itapemirim e o escoamento do produto era feito pela Estrada de Ferro Leopoldina até o Rio de Janeiro, passando por Campos; Região Norte, sua produção tinha como base o cultivo da mandioca e polarizava as relações comerciais em São Mateus; Região Central, a base econômica também girava em torno da produção cafeeira, exportada via Porto de Vitória, que era responsável pelo escoamento de aproximadamente 40% da produção de café.

Apesar do incremento produtivo proporcionado pela indústria cafeeira, não se observou, de imediato, o desenvolvimento da Província. Seu atraso, em relação a Estados vizinhos, perdurou até as primeiras décadas do século XX, como constata Ernst Wagemann (1949)¹¹, ao comparar o Espírito Santo com a região meridional da Bahia, ambas relegadas ao atraso após 300 de colonização. Para o autor:

O Espírito Santo é um dos menores estados brasileiros não só quanto à população, mas também quanto à superfície. Situado como está entre os grandes estados da Bahia, Rio de Janeiro e Minas

¹¹ Embora a publicação de Wagemann aqui utilizada seja de 1949, sua visita ao Estado se deu em 1913 e sua obra original data de 1915.

Gerais, parece dever a existência mais a um capricho da história do que ao imperativo de uma necessidade (WAGEMANN, 1949:11).

Se as dificuldades eram muitas, as soluções não eram tão simples. A Província contava com uma grande área a ser explorada, mas não dispunha de contingente humano suficiente. Desta forma, a imigração era vista com muito bons olhos pelos administradores. Durante todo o século XIX, principalmente a partir de sua segunda metade, muitos Presidentes de Província e Governadores se empenharam em constituir novas colônias e núcleos coloniais para atrair trabalhadores europeus para o Espírito Santo.

A imigração teve duplo sentido no caso do Espírito Santo. O primeiro diz respeito à ocupação e cultivo de terras improdutivas até o século XIX. O segundo, levantado pelo Barão de Tschudi (2004), refere-se à possibilidade de, através da ocupação territorial, se estabelecerem as tão almejadas vias de comunicação entre as localidades da Província e desta com outras, como a de Minas Gerais, por exemplo, visto que, não haviam estradas ligando as principais localidades e os transportes marítimos e fluviais eram incipientes.

O incentivo à imigração começaria antes e, apesar de todos os problemas, é a partir dela que as autoridades vislumbram melhorias na situação econômica, embora, como vimos, existissem sérios problemas de infraestrutura. De fato, a questão estava situada: de um lado estavam os anseios da Província em abandonar a situação de penúria financeira que enfrentava, por meio do incentivo à imigração europeia e o cultivo de café; de outro, as mesmas dificuldades financeiras e a má administração, impediam investimentos em setores chave de infraestrutura como a demarcação dos lotes e a abertura de estradas. Essa situação, além de desconforto, transmitira uma sensação de enclausuramento e atraso.

Melhoria das infraestruturas e aumento da produção do café andavam de mãos dadas, e juntos coligaram-se a um terceiro fenômeno: a imigração de mão de obra (especialmente europeia) e a consequente abertura de novas frentes de produção. Com efeito, na metade dos anos '70 pode-se dizer que o Espírito Santo praticamente não possuía uma rede de estradas e nem mesmo um sistema de comunicações fluviais e marítimas regulares e eficientes.

Quem se aventurava nas florestas espírito-santenses, para tomar posse de terrenos de colônia ou para oferecer sua força de trabalho aos grandes proprietários de terras, devia estar decidido a viver em um grande deserto, do qual os centros habitados mais próximos distavam de dezenas de quilômetros e no qual as comunicações entre estes eram no mínimo desanimadoras (GROSSELLI, 2008:127).

Apesar de toda esta situação, a partir da fundação do núcleo colonial de Santa Isabel, em 1847, há um otimismo por parte das autoridades quanto ao povoamento e difusão de uma atividade produtiva na Província. Como já exposto, a opção pela colonização em núcleos povoados por imigrantes europeus, ganhou destaque no cenário político espírito-santense, que da mesma forma que ocorrera na Região Sul do Brasil, tratou de criar sua própria legislação sobre o assunto.

O Relatório do Presidente da Província Luiz Pedreira de Couto Ferraz, em maio de 1848, ou seja, cerca de um ano após a fundação de Santa Isabel, apresenta grande satisfação em relação aos imigrantes instalados no primeiro Núcleo Colonial estabelecido, destacando sua dedicação ao trabalho. Nesse sentido, o Presidente destacou que:

Cada dia os colonos dão novas e mais positivas garantias de sua moralidade e amor ao trabalho, vivem na melhor harmonia, tanto entre si, como com os lavradores vizinhos, dos quais não receberam provas de estima [...] Prasa (sic) aos céus, que a colônia continue a prosperar, e que bem firmada e acreditada se desenvolva em ponto grande e mais elevada escala, pois se a introdução de braços livres e industriais é hoje reconhecida evidentemente como uma necessidade de primeira ordem para o Brasil para todos aqueles que, como eu, vêem em sua falta uma das principais causas do atrasamento (sic), em que se acha nossa agricultura e, nesta província, sobretudo que ela mais fortemente se faz sentir (FERRAZ, 1848:27-28).

No entanto, a realidade apresentada aos imigrantes, era bem diferente da propaganda difundida nos países europeus. Carlo Nagar (1995) expõe que, a partir de 1893, uma propaganda ativa foi iniciada na Itália com o objetivo de atrair massas

de imigrantes para o Espírito Santo. Segundo o Cônsul Italiano, de posse da legislação criada pelo Governo do Estado e de correspondências oficiais, os agentes balizavam a existência de um acordo entre os Governos Italiano e do Espírito Santo, que garantiriam o bem estar dos imigrantes.

Na realidade, não somente os italianos, como também alemães e suíços deixaram suas pátrias em busca de promessas que, muitas vezes, difundiam as qualidades da terra e a possibilidade de se tornarem proprietários de uma gleba. Tony Jochem (2002:23) ressalta que decisão de emigrar dependia da obtenção de informações que possibilitassem a escolha do destino, destacando dois fatores que atuaram nesse sentido: os agentes de emigração e os jornais especializados de propaganda. Os primeiros possuíam uma organização que se concentrava nas cidades portuárias, onde contratavam as companhias de navegação, e se estendia pelas demais cidades através de representantes encarregados de venderem as passagens. Quanto aos jornais especializados de propaganda eram destinados especificamente aos imigrantes e continham informações e imagens sobre os países receptores dentre os quais estava o Brasil. Jochem destaca o “Allgemeine Auswanderungs-Zeitung, de Rudolstadt (1847-1871) e o “Deutsche Auswanderer-Zeitung”, de Bremen (1852-1875); o “Illustrirte Zeitung”, jornal ilustrado fundado em Leipzig em 1843, entre outros”.

Não podemos esquecer que isso também acarretou algumas frustrações nos imigrantes que aqui chegaram devido à falta de estrutura das colônias, que diferia das condições apresentadas pelos agentes, e o descumprimento de algumas cláusulas do contrato a eles oferecido.

Como já exposto, a partir da década de 1820, o Governo Imperial inseriu a política imigrantista no rol das questões do Estado. Até a década de 1850 e devido a instituição da Lei de Terras e o fim do abastecimento de cativos, o Governo dispôs das terras devolutas em prol da colonização, principalmente na Região Sul do país. Para tanto, uma legislação própria estabelecia os parâmetros de inserção de imigrantes no Brasil, muitas vezes firmada de forma contratual ainda no país de origem destes imigrantes.

No contrato, redigido em português e alemão, firmado pela Associação Central de Colonização do Rio de Janeiro, representando o Império Brasileiro, com os colonos alemães e austríacos, em 1859, havia a previsão de algumas vantagens para os imigrantes em relação à viagem, aquisição de terras, ferramentas, alimentos, além de auxílio financeiro para a manutenção das necessidades básicas até a colheita.¹²

No que tange à viagem, o Governo se comprometia a adiantar integralmente a passagem da Europa para o Brasil de todos os integrantes da família, de acordo com a faixa etária, e subvencionar parte da mesma; pagar as despesas de hospedagem na hospedaria da associação; pagar a passagem até a colônia a que foram destinados, bem como conceder alojamento provisório gratuito.

Quanto à terra, o Governo Imperial prometia colocar “[...] a disposição de cada chefe de família um lote de terras contendo 120.000 braças quadradas ou a metade dessa a escolha do colono conforme as suas forças. Esse lote de terras será entregue medido e demarcado e com uma derrubada e queimada em extensão de 10.000 braças quadradas pouco mais ou menos”. O preço da terra, ainda segundo o contrato, era de 1 ½ real a braça quadrada incluídos os trabalhos de derrubadas e demarcação do território sendo que “[...] o título de venda das terras será passado gratuitamente pelo Delegado da Repartição de Terras Públicas na Província”.

Os últimos comprometimentos do Governo seriam adiantar o fornecimento de alimento, ferramentas e sementes para que o colono e sua família pudessem começar seus trabalhos, além de garantirem preferência a esses para execução das obras públicas de infraestrutura, realizadas na colônia, mediante o pagamento de mil a mil e duzentos réis diários aos colonos.

Em contrapartida, o colono se obrigava a reembolsar ao Império parte da passagem da Europa para o Brasil e todos os adiantamentos referentes a mantimentos, ferramentas e sementes. Esse pagamento deveria ser efetuado dentro de um prazo de cinco anos, contados a partir de seu estabelecimento em alguma colônia, sem o

¹² Contrato de colono disponível em: http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/html/contrato_colonos.html. Acesso em 25/05/2008.

acréscimo de juros e com juros de seis por cento a partir deste prazo sob a pena de hipoteca não só das terras, mas também das benfeitorias realizadas pelos colonos, até o pagamento da dívida.

Entre as décadas de 1840 e 1850, as Províncias que investiram na fundação de colônias, passaram a legislar sobre o assunto, com a manutenção de muitas das cláusulas contratuais estipuladas pelo Império no que concernem, principalmente, às obrigações dos colonos. Assim, percebemos nos contratos firmados entre o Governo Provincial do Espírito Santo e os colonos, a permanência de cláusulas em que o Governo se comprometia a dar a cada família um lote de terras equivalente a 120.000 braças quadradas, ou seja, aproximadamente 50 hectares. Igualmente, o Governo se comprometia em fornecer um auxílio para alimentação e diárias em dinheiro, pagas mensalmente, durante os seis primeiros meses, que ajudariam nos custos de instalação. Constava ainda que seriam fornecidas ferramentas e sementes para começarem o cultivo da terra.

Pelo contrato, estes lotes também deveriam estar demarcados, havendo um espaço já preparado para o início dos trabalhos e uma casa que serviria de abrigo. De acordo com a Regina Hees de Carvalho (1978), muitas das promessas previstas no contrato não foram cumpridas, principalmente com relação à demarcação dos lotes que se encontravam apenas delimitados com marcas na parte da frente e do fundo, e ao atraso de pagamento das diárias causando, assim, problemas para os diretores das colônias.

Outros documentos comprovam o mencionando. Em documento datado de 12 de março de 1860, o Diretor Adalberto Jahn comunica ao Presidente da Província, Dr. Pedro Leão Veloso, o incêndio da escola da Colônia, ocorrido no dia 10 do mesmo mês. Neste documento, o Diretor informou ainda que 4 famílias¹³ habitavam aquele local, mas nenhum dano fora causado a elas, pois estavam trabalhando em seus prazos “bastante distantes desta casa”, apesar de terem perdido quase tudo que

¹³ Estas famílias, segundo consta no Banco de Dados do Projeto Imigrantes Espírito Santo, teriam chegado a Santa Isabel em 1859 e, como se verifica, não encontraram as casas edificadas em seus lotes como dispunha o contrato.

possuíam e acharem-se “reduzidas à miséria”. As perdas das famílias foram estimadas pelo Diretor em 160\$000, no caso da família Littig que conseguiu salvar quase todos os seus pertences; 303\$000 no caso da família de Pedro Balthasar Klippel; e para as outras duas famílias, de Adam e Peter Schwambach, que perderam tudo, o Diretor avaliou o prejuízo em 720\$000. Incluindo-se a estes o valor da casa e dos utensílios, os prejuízos chegariam a 1:483\$000. Na tentativa de amparar as referidas famílias, foi destinado o dinheiro arrecadado em uma coleta feita na própria Colônia, bem como parte da doação feita pelo Imperador à comunidade evangélica quando de sua passagem na localidade. Enfim, o documento termina com o Diretor pedindo a graça dos Governos Imperial e Provincial para ajudar as famílias prejudicadas com o incêndio (APEES, Livro 17:317-318).

Por outro lado, encontramos vários documentos, que vão de 1859 a 1866, pedindo a extensão do prazo de concessão de diárias. A concessão da ajuda financeira variava de 3 a até 12 meses, além do estipulado no contrato, porém, em sua maioria o período de extensão da concessão do benefício era de 6 meses. Dentre os motivos para tais petições estavam problemas de saúde enfrentados pelos colonos durante os primeiros meses de sua estada na Colônia, que os impossibilitavam de manterem-se no trabalho, bem como famílias pouco numerosas e que, portanto, dispunham de poucas pessoas para ajudarem na preparação e cultivo da terra (APEES, Livro 27; APEES Livro 17).

Notamos, portanto, que no que tange às questões contratuais realmente algumas cláusulas não foram cumpridas, principalmente relacionadas à demarcação e preparação inicial que deveriam contar com uma área de mata derrubada e uma instalação provisória. Mas é possível ver também que, tanto quanto possível, eram requisitados, e na maioria das vezes atendidos, pedidos de extensão da concessão de diárias, demonstrando esforço por parte das autoridades em atender às demandas emergenciais dos imigrantes.

O descaso com a medição dos lotes e as medidas corretivas adotadas, além de mostrar toda a desorganização e despreparo do Governo para a recepção dos imigrantes, acabou por prejudicar muitas famílias não apenas com relação à sua instalação, mas também por terem que abandonar seus lotes já lavrados,

contrariando as cláusulas contratuais. Essas e outras frustrações dos colonos, percebidas e descritas por Tschudi (2004) em 1860, o fizeram acreditar e afirmar que os empreendimentos coloniais capixabas teriam pouco ou até mesmo nenhum futuro.

Nesta época, como política Imperial e Provincial, os colonos ainda recebiam o adiantamento integral da passagem devendo pagá-la posteriormente a sua instalação e formação das roças, da mesma forma se dava o pagamento das terras recebidas (CARVALHO, 1978). Este benefício, após 1880, quando há uma alteração na Política Imperial de Imigração, foi diminuído para apenas metade do valor do transporte de navio da Europa para o Brasil, causando dificuldades para o Espírito Santo no que tange à atração de imigrantes para a província. Importante ressaltar que a partir da década de 1880, o foco de atração de novos imigrantes já não mais se concentrava na formação de núcleos coloniais, mas sim, na atração de braços para as grandes fazendas de café, situadas, principalmente em São Paulo¹⁴.

Assim, a suspensão parcial do benefício de pagamento da passagem devia-se à orientação do Império que, antes de 1880, incentivava a instalação de imigrantes em núcleos de pequena propriedade. Deste modo, sua alteração deveu-se, em parte, às necessidades de suprimento de mão de obra para a grande lavoura. Em outras palavras, pretendia-se com essa política que, preso à dívida da passagem, a única saída, para aqueles que não possuíam um capital suficiente para empregar na compra de terras, seria o trabalho como parceiros nas terras de grandes proprietários.

Outro fato que chama a atenção e corrobora esta teoria é que, após 1880, devido à pressão internacional e às leis que indicavam o fim da escravidão, a passagem integral era conferida apenas aos imigrantes que se instalassem em fazendas, não mais nos núcleos coloniais cabendo a esses, então, apenas metade do benefício (ROCHA, 2000).

¹⁴ O preço da passagem influenciaria também a escolha do país de destino do emigrante, ou seja, não só sua destinação ao Brasil. Segundo Jürgen Schneider muitos emigrantes alemães optaram por dirigir-se aos Estados Unidos pela menor distância e, conseqüentemente, passagem mais barata.

Especificamente para o caso de Santa Isabel, a questão da passagem e do pagamento dos lotes foi motivo de grande discussão entre o Diretor Adalberto Jahn, que assumiu o cargo ainda na década de 1850, e as autoridades provinciais. Em ofício, dirigido ao Presidente da Província, datado de 4 de fevereiro de 1862, o Diretor Adalberto Jahn relata as dificuldades enfrentadas para organização da Colônia. O mesmo informava que, além da Colônia carecer de uma administração regular no período em que havia sido dirigida pelo Frei Wandelin Gaim, não encontrou qualquer documentação sobre a mesma:

[...] de maneira que todo assunto da administração era fundado em tradição e mito, pelo que empreguei todos os meus esforços em fim de dar ao estabelecimento uma base firme, consistindo ela em saber primeiramente as condições debaixo das quais foram estabelecidos os antigos colonos; pelo segundo, saber as dívidas dos colonos; e terceiro dar aos colonos segurança nas suas posses por títulos legais (APEES, Livro 17: 544-545).

O mesmo documento expõe que os primeiros colonos pensavam ter recebido de graça o prazo, suprimento de víveres por seis meses, além da passagem para a Colônia. Porém, informa terem os colonos assinado, em 16 de dezembro de 1846, um contrato em que se comprometeriam a pagar todas essas despesas, além dos prazos de terras. Diante da pressão em cobrar tais dívidas, o Diretor reconhecia sua impossibilidade, pois: “[...] como se pode cobrar uma dívida cuja importância não se acha lançada em algum livro do estabelecimento”.

Com exceção de alguns poucos novos colonos, a situação não era diferente. Muitos continuaram a chegar a Santa Isabel sem os contratos.

Segundo uma informação que recebi na Corte pelo (?) de Steimmann, Ludwig, aqueles colonos que foram mandados para esta casa não devem nada de passagem. Dessa maneira não posso dar a V. Ex^a. um suficiente resultado das dívidas dos colonos [...] posso fazer contas só sobre as terras e diárias distribuídas durante minha administração (APEES, Livro 17: 544-545).

Para resolver a questão, Jahn propôs ao Governo Imperial que decidisse sobre a questão dos antigos colonos, recomendando conceder-lhes o prazo de graça, cobrando apenas dos filhos desses, que teriam que pagar os lotes requeridos para trabalho próprio (APEES, Livro 17:544-545).

Deste modo, no jogo da política imperial, o Espírito Santo gozou de algumas vantagens até 1880, posteriormente passando por dificuldades devido à suspensão parcial de alguns benefícios, como no caso exposto acima acerca do pagamento de passagens da Europa para o Brasil. Isso se deve a algumas características peculiares da província já destacadas, como a instalação dos imigrantes em núcleos coloniais, caracterizados por pequenas propriedades e pelo trabalho familiar em detrimento do sistema de parceria em fazendas de grandes produtores.

Por outro lado, a retirada desses benefícios, além dos pontos já destacados, acarretava dificuldades de aquisição de terras por parte dos imigrantes que, ao invés disso, eram incentivados a instalar-se nas grandes propriedades em sistema de parceria. Essa medida visava responder às pressões dos grandes proprietários, que tinham dificuldades para conseguir braços para a lavoura, uma vez que a possibilidade de ter a própria terra era muito mais atrativa para os imigrantes do que o sistema de parceria.

No entanto, o problema do Brasil, e particularmente do Espírito Santo, quanto à questão da mão de obra, não ficava restrita às áreas de grande lavoura. As imensas extensões territoriais não povoadas, ou, seria mais correto dizer, não exploradas economicamente, representavam enormes perdas para as receitas tanto provinciais como Imperiais. Isso era refletido em uma série de políticas que tentavam solucionar este problema em nível nacional. Para Grosselli (2007:138):

[...] a falta de mão de obra significava, para o Brasil do século XIX, de um lado a necessidade de povoamento de suas terras virgens; de outro, a necessidade de substituir os escravos nas fazendas. Esta ambivalência da questão deu lugar a uma série de providências legislativas que tendiam a resolver ora um, ora outro lado.

Desta forma, as primeiras empreitadas referentes a questão da imigração europeia para o Brasil, ocorridas a partir de 1820, priorizavam a atração e instalação de imigrantes em núcleos coloniais, caracterizados pela pequena propriedade. Já no último quarto do século XIX, atendendo as expectativas dos grandes produtores de Províncias como Rio de Janeiro e São Paulo, pressionados pelos indícios sobre o fim do sistema escravista, a política tendeu a mudar de forma a favorecer a instalação dos imigrantes em regime de parcerias nas grandes lavouras.

A série de medidas administrativas Imperiais quanto à imigração orientavam-se em duas frentes visando amenizar tanto os problemas do Império quanto dos grandes produtores que formavam sua elite administrativa. Isso significava que a imigração ocupava um papel estratégico nesta questão e seu direcionamento para núcleos coloniais ou para grandes zonas produtoras um ponto crucial. Sendo impossível atender todos, a solução seria alternar sua destinação, o que seguiu muitas vezes as necessidades imediatas.

[...] talvez seja possível afirmar que a política imigratória brasileira se movesse sobre dois binários diversos. Em alguns momentos, corria apenas sobre um deles, em outros, usava ora um, ora outro. E assim, de 1808 aos anos '30, houve tentativas de se iniciar a alimentação de um fluxo de imigração visando ao povoamento do país. [...] No período sucessivo, os latifundiários, sob grande pressão inglesa, tentaram condicionar mais decididamente a política imigratória, e o problema transformou-se na tentativa de somar, senão ainda de substituir, a mão de obra europeia à escrava. Neste sentido, ver-se-ão as tentativas de alguns latifundiários, nos anos '40 e '50, de contratar como meeiros, grupos de famílias alemãs, suíças e de outros países europeus (GROSSELLI, 2007:140).

Porém, fosse qual fosse a orientação de instalação dos imigrantes e as pressões a que estavam condicionadas o certo é que, de uma maneira ou de outra, trariam benefícios ao Império. Os referidos empreendimentos eram essenciais para interesses-chave do Governo como ocupação do território, abertura e defesa de fronteiras e também para o suprimento de mão de obra. Enfim, o fato é que, para as autoridades, inclusive para satisfazer os anseios de intelectuais com visões eurocêntricas e eugenistas, a chegada de imigrantes europeus significava um

desenvolvimento não apenas econômico como também social, independente de onde fossem instalados, afinal formar uma nação também era um fato de bastante relevância no século XIX.

Em relação à Província do Espírito Santo, as medidas Imperiais tomadas no sentido mais agudo de favorecer a grande lavoura não surtiram os efeitos desejados pelos grandes produtores do Sul. Segundo nos informa Nara Saletto (1996:85), a expectativa de ser proprietário era a mais desejada pelos colonos e, por isso, o sistema de parceria não os contentava. Na maioria das vezes, os imigrantes encaravam essa situação como um período de transição até acumularem capital suficiente para comprarem suas próprias terras.

Sendo assim, podemos notar que a produção de café e a imigração são fenômenos que no Espírito Santo aparecem ligados e contém algumas especificidades. Isso repercutia, também, no movimento de imigrantes europeus chegados ao Brasil que foram direcionados à província.

A partir das nuances na política de atração de imigrantes, Gilda Rocha (2000) constata a existência de três fases distintas normalmente orientadas pela questão da facilitação da posse de terras e, posteriormente, pelas pressões dos grandes produtores. Na primeira fase, compreendida entre os anos de 1847 a 1880, a entrada de imigrantes no Espírito Santo foi facilitada pelas orientações políticas do Governo Imperial, que preconizaram a instalação de estrangeiros em regime de pequena propriedade.

Nesta primeira fase, a Província do Espírito Santo, contando com grandes extensões de terras a serem exploradas, beneficiou-se de forma a gerar quatro empreendimentos coloniais. Seguindo esta orientação foram criadas, respectivamente, as colônias Santa Isabel (1847), Rio Novo (1855), Santa Leopoldina (1857) e Castelo (1880). Destas, apenas Rio Novo era uma iniciativa particular, porém, devido a problemas administrativos foi encampada pela administração provincial.

De acordo com a política estabelecida para a instalação de imigrantes, nesta fase, a intenção era a de que, assim que chegassem, recebessem suas terras e comesçassem suas plantações. Ou pelo menos, era o que esperavam fazer,

considerando as disposições de seus contratos. As promessas de instalação em lotes coloniais já demarcados, com assentamento provisório e área pronta para ser cultivada, muitas vezes, ficaram apenas na promessa. As constantes reclamações coletadas por Tschudi (2004:71-72), principalmente em Santa Leopoldina, são flagrantes na seguinte citação:

O engenheiro que iria medir os lotes dos primeiros colonos dividiu as partes a olho, ao invés de ater-se à regulamentação governamental específica, mas ao mesmo tempo cobrou quantia não pouco considerável para os levantamentos topográficos regulares. O seu sucessor deveria reparar este procedimento fraudulento e excessivamente prejudicial a muitos colonos. Começou a trabalhar corretamente, tirou de alguns colonos a sua terra já lavrada e deu-a a outros, mas passou aos primeiros a floresta, de modo que eles tiveram de refazer o trabalho duro de derrubada. Um terceiro, que tinha tomado como concubina a filha de um colono prussiano, cometeu, por sua vez, injustiças grosseiras, em proveito de alguns favorecidos. Em resumo, predominou a injustiça e um arbítrio indescritível. Em minha permanência na colônia, exatamente três anos depois de sua fundação, nenhum colono suíço possuía sua parcela legal de 62.500 braças quadradas; todos tinham bem menos, alguns até mesmo apenas seis a oito mil braças quadradas e ainda por cima com solo ruim!

Esse não era o único problema apontado pelo enviado suíço ao visitar a Colônia Santa Leopoldina, em 1860. Ele também criticou o fato de prevalecerem os interesses pessoais de alguns indivíduos politicamente influentes na Província. Quanto aos locais de instalação das colônias, Tschudi (2004:76) observou a má qualidade do solo, bem como a irregularidade dos terrenos, que representariam, segundo sua ponderação, o inevitável fracasso do empreendimento:

Considero um erro grosseiro e um sinal de baixa inteligência que na instalação de uma nova colônia não se coloque em primeiro plano a possibilidade de uma constituição o mais possível uniforme do solo, pois todo colono tem o direito de reivindicar a mesma quantidade e a mesma qualidade de terra dos outros, uma vez que cumpriu as mesmas obrigações e assumiu os mesmos fardos.

Diante da citação, observa-se que os interesses dos colonos foram negligenciados em determinada medida, deixando aos seus descendentes a missão de subverter a situação de desolamento e pobreza em terras estranhas.

Após este período, ainda segundo a definição de Rocha (2000), a segunda fase corresponde aos anos de 1880 a 1892, em que o Espírito Santo se viu desprivilegiado devido ao fato de que os maiores benefícios eram concedidos aos imigrantes que se instalassem em grandes propriedades, em regimes de parceria, atendendo aos interesses dos grandes centros produtores como Rio de Janeiro e São Paulo.

Já entre 1892 e 1896, quando o café, então produto de destaque, alcançou melhores preços no mercado internacional, o Estado ganhou mais autonomia econômica. Em termos políticos, o sistema federativo republicano fez com que o próprio Governo Estadual passasse a investir na atração de elementos estrangeiros e nacionais para o desenvolvimento econômico da região, mesclando sua instalação entre novos núcleos coloniais de pequenos produtores e nas grandes propriedades situadas ao Sul do Estado (ROCHA, 2000).

A mudança de política para atração de imigrantes fica também expressa nos trechos do Decreto Estadual, de 4 de junho de 1892. Nesta nova etapa, o alvo não são apenas os estrangeiros ou aqueles que desejassem dedicar-se exclusivamente à agricultura, mas, pelo menos em tese, todos:

[...] os indivíduos sadios e aptos para o trabalho, estrangeiros ou nacionais, que não tenham praticado ações criminosas, que sejam provenientes diretamente da Europa, ou de outros países da América ou de outros estados da União, e que sejam sempre acompanhados pela família, com a intenção de se estabelecerem na agricultura do Estado, de criarem e desenvolverem qualquer indústria útil, ou se ocuparem nas artes mecânicas.¹⁵

¹⁵ Todas as considerações feitas sobre o Decreto Estadual, estabelecido durante a administração de Moniz Freire, expressas a partir desse ponto baseiam-se nas informações do Cônsul italiano Carlo Nagar (NAGAR, 1995:21-27).

Entre os benefícios oferecidos figuram, assim como nos contratos de 1859, alguns privilégios como, por exemplo, pagamento parcial da viagem, alojamento, alimentação e transporte gratuito até durante a viagem ao local de instalação. O alojamento na Hospedaria Pedra D'água, embora garantido não era gratuito, aumentando o valor da dívida do colono para com o Estado.

Mantiveram-se também alguns auxílios monetários para a compra de utensílios no valor de cinqüenta mil réis, além de outros duzentos mil réis para a manutenção durante os primeiros meses. No entanto, essa antecipação referente às custas de construção de suas instalações provisórias, seriam pagas em prestações quinzenais também de cinqüenta mil réis, ou seja, nos primeiros dois meses de sua chegada ao destino final no Estado. O contrato previa ainda a possibilidade de troca desta antecipação por uma casa provisória e uma área desmatada no lote. Como garantia financeira figura ainda uma cláusula que garantia a prioridade de emprego assalariado aos colonos nas obras públicas por dezoito meses, contados a partir da chegada aos portos do Estado.

Estas disposições, presentes no referido Decreto, não diferiam muito das cláusulas dos contratos firmados nas décadas de 1850 e 1860, porém, algumas outras chamam a atenção. Com relação aos que desejassem se instalar nos núcleos coloniais, o lote teria 25 hectares, ou seja, metade do tamanho dos lotes oferecidos nas primeiras décadas da imigração. Além disso, constavam garantias de serviços médicos por dois anos e proteção do Estado, por igual período, aos imigrantes instalados em lotes coloniais, bem como os que desejassem estabelecer contrato com produtores rurais, resguardando o benefício de serem removidos para lotes coloniais.

Para viúvas e órfãos, caso esta condição tivesse se efetivado já no Estado, dentro de um período também de dois anos de sua chegada, o Estado se comprometia a facilitar o repatriamento ou manutenção na agricultura, embora a maneira como esta última opção pudesse ser concretizada não esteja exposta no Decreto. Esses benefícios eram garantidos, segundo o disposto no decreto, tanto aos imigrantes instalados através de contratos firmados pelo Estado com agenciadores quanto àqueles vindos espontaneamente, bastando requerê-los junto aos órgãos competentes.

As grandes inovações deste Decreto dizem respeito às possibilidades de instalação dos imigrantes, em parte visando os interesses dos proprietários do sul do Estado que sofreram com o fim da escravidão. Apesar de mantidas em primeiro plano a possibilidade de instalação dos imigrantes em lotes coloniais, era facultada a instalação nas grandes propriedades sendo necessário para isso um contrato entre o produtor e a família dos imigrantes. Para tanto, os proprietários de terras deveriam “[...] apresentar aos encarregados da imigração os respectivos pedidos, declarando o número de indivíduos ou famílias de que necessitam, a nacionalidade e as vantagens que oferecem aos trabalhadores em troca do serviço que lhes é destinado”.

Estas novas possibilidades, apesar de não serem completamente questionadas por Nagar (1995), foram vistas com desconfiança, principalmente no que tange a obrigação do Estado para com o bem estar dos imigrantes quando estes decidiam instalarem-se como meeiros. Apesar de constar no Decreto, dispositivos que assegurassem proteção por um período de dois anos, esta estava circunscrita às administrações distritais imensamente criticadas pelo Cônsul Italiano. Sendo assim, não é difícil entender a preocupação com que o mesmo dirigiu suas palavras sobre esta questão:

Os imigrantes podem requerer um lote de terras a colonizar, podem ser colocados como meeiros ou, ainda, optar por serem encaminhados àqueles centros que precisam de diaristas. São, portanto, reunidos em grupos de acordo com seus destinos e enviados pela costa ao ponto mais próximo da localidade a que são destinados, tais como Benevente e Itapemirim pelo sul, e Santa Cruz, Rio Doce e São Mateus pelo norte. Os imigrantes que requereram a colocação como meeiros são apresentados aos grandes fazendeiros, que os haviam requerido à comissão distrital ou à direção geral. Os diaristas encontram com facilidade trabalho por conta própria, e tanto para os primeiros quanto para os segundos, logo que estiverem trabalhando acaba a obrigação do Estado para com eles (NAGAR, 1995:45).

O cumprimento dos contratos particulares, que deveriam ser assinados também pelos imigrantes, ficava a cargo do Estado que poderia penalizar o produtor com a suspensão do direito de requisição de novos imigrantes pelo prazo de seis meses a dois, de acordo com a gravidade do caso. Aos imigrantes que não cumprissem o contrato, a penalidade era a supressão do benefício de proteção do Estado disposto em artigos anteriores do Decreto, além de terem seus bens penhorados para a liquidação de possíveis dívidas existentes.

Para o cônsul italiano o Artigo 76 do Decreto seria uma disposição arbitrária para a manutenção dos colonos nos limites da Província. Este Artigo previa a suspensão de praticamente todos os benefícios citados acima, caso os colonos não se comprometessem, assim que chegassem ao Estado, a darem informações sobre seu destino e, mais importante: “[...] obrigando-se a não sair do Estado antes de três anos, a contar do dia da chegada, salvo por força maior ou autorizado pelo presidente do Estado com base nas informações do diretor”.

Essa imposição governamental, para Nagar, retirava grande parte da autonomia do colono, visto que os imigrantes ficavam privados da possibilidade de experimentação do ambiente e avaliação, por si só, das reais vantagens econômicas existentes. Segundo Carlo Nagar (1995:28):

Com este decreto e com o contrato assinado em 1893 com o Sr. Domenico Giffoni, para que fossem introduzidos no Estado 20.000 imigrantes europeus, de preferência italianos, no término de 3 anos, esse governo não procurava apenas indivíduos apropriados à agricultura, mas estipulava especialmente a vinda de famílias inteiras que, uma vez fixadas à terra, não pudessem muito facilmente abandonar este lugar para repatriar. E foi este conceito que inspirou a gravíssima disposição do Art. 76, acima citado, por força do qual o imigrante que quisesse usufruir dos favores do governo, deveria comprometer-se a ficar pelo menos três anos no território do Estado.

O relato prossegue apontando várias ocasiões em que os direitos dos imigrantes, apesar de garantidos pelo Decreto, não eram observados quando da instalação nos núcleos. Entre as discrepâncias estavam: a deficiência nas acomodações e

alimentação, citadas como foco para o aparecimento de doenças; o transporte para o local em que o imigrante seria estabelecido e, principalmente, a falta de estrutura dos núcleos coloniais que, muitas vezes, não contam com profissionais especializados para a medição de terras e prestação de serviços médicos, por exemplo.

Enfim, apesar de todas as adversidades e as constatações de pauperismo, excetuando-se alguns casos isolados, apontados por Tschudi (2004) e Nagar (1995), e de suas previsões de que as colônias de Santa Isabel, Santa Leopoldina e de Rio Novo, teriam pouco ou nenhum futuro, as mesmas floresceram, mesmo com muita dificuldade.

Tal florescimento foi ocasionado, ou talvez apenas facilitado, devido a uma característica interessante que cabe ser destacada, pois, configura-se como uma peculiaridade local destoando, portanto, do sistema produtivo em outras províncias: a produção do café em pequenas propriedades em detrimento à produção em larga escala desenvolvido nas grandes propriedades do Rio de Janeiro e em São Paulo.

A alteração da principal atividade produtiva da província de cana de açúcar para o café, com a introdução dos imigrantes, é flagrante neste aspecto. Mesmo havendo no Espírito Santo áreas de grande propriedade que pudessem competir com essas outras regiões do país, a Província passa a se tornar exportador do produto, através de seu cultivo em regime de pequena propriedade, contrariando o que se pensava na época.

Com a chegada dos imigrantes, a cultura do café passa a se desenvolver, pois este era o produto que oferecia bons preços e o único capaz de render boas quantias em dinheiro que compensassem o esforço na terra. Além disso, juntamente com a cultura do café, eram plantados pelos imigrantes gêneros alimentícios utilizados para subsistência e comercializáveis, como feijão, mandioca, batata, entre outros.

A pecuária não se desenvolveu, tornando-se também atividade de subsistência sendo que a maioria das famílias possuía apenas poucas cabeças de gado para a produção de queijo, manteiga e carne. A suinocultura era mais desenvolvida e por vezes, comercializava-se a mercadoria em nível local, porém nunca em grande escala. De acordo com Wagemann (1949:14): “Com o povoamento da região alta

pelos imigrantes alemães e italianos, a cultura do café passou a ter absoluto predomínio. Ficou demonstrado, nas terras altas, ser o produto de exportação mais lucrativo”.

A economia então passava a se consolidar apenas na produção cafeeira desenvolvida em regime de pequenas propriedades ou nas grandes propriedades do Sul do Espírito Santo. Como mostra a tabela a seguir, elaborada por Rocha, houve uma crescente evolução das exportações de café (quantidade correspondente em arrobas) da província, após a introdução da mão de obra estrangeira.

Em seu estudo, Rocha (2000) demonstra que a produção cafeeira, ao contrário do que foi defendido pela historiografia, não foi apanágio da grande propriedade. O caso do Espírito Santo, então, demonstra que este produto também alcançou produção considerável no regime de pequena propriedade. Conforme demonstra a Tabela 2, a produção de café nas três principais colônias – Santa Isabel, Santa Leopoldina e Rio Novo – prosperou entre os anos de 1864 a 1885:

TABELA 2

Exportação de café dos Núcleos Coloniais em Arrobas (1864-1885)

Ano	Colônias			
	Santa Isabel	Rio Novo	Santa Leopoldina	Castelo
1864	790	–	500	–
1865	2.100	–	1.800	–
1868	–	–	20.000	–
1873	–	6.500	50.000	–
1874	–	12.400	–	–
1877	–	29.040	–	–
1878	–	32.000	–	–
1883	60.000	120.833	133.333	–
1885	66.666	135.566	250.000	25.000

Fonte: ROCHA, 2000:92.

A opinião de Grosselli é a mesma defendida por Nara Saletto (1996) e Gilda Rocha (2000), bem como é comprovada pelas leituras dos documentos deixados por autoridades estrangeiras que visitaram o Espírito Santo no século XIX e início do XX. Para Grosselli (2007:125): “O Espírito Santo demonstrava ser a única província

brasileira na qual o cultivo do café estava nas mãos de pequenos proprietários de terras, e este fenômeno generalizou-se com o advento, a partir dos anos '70, do grande fluxo de imigração italiana”.

Desta forma, podemos constatar que o sistema de colonização empreendido no Espírito Santo tinha como principais objetivos a ocupação e o desenvolvimento econômico das grandes áreas devolutas. Para tanto, o governo provincial beneficiou-se da orientação inicial de introdução do elemento estrangeiro, assentando-os em regime de pequenas propriedades, visto que, na Província, a grande lavoura ainda não atingira desenvolvimento significativo.

Nestes núcleos, a atividade produtiva organizou-se de forma a mesclar a produção de café, voltada para exportação e capaz de gerar rendimentos necessários para o pagamento das dívidas dos colonos contraídas junto ao Estado. Como atividade intermediária, as culturas de subsistência se voltavam para a manutenção familiar e comércio local, mediante as dificuldades de comunicação causadas, em sua maioria, pela falta de estradas.

A instalação de núcleos coloniais nas áreas do interior da Província em direção a Minas, não foi a única razão para a dispersão da população pelo território capixaba. Ao longo dos anos, os imigrantes avançavam cada vez mais para ao norte chegando e ultrapassando o Rio Doce, normalmente em busca de novas terras e sítios para seus descendentes.

Pela primeira vez na história capixaba, desde a fundação da Capitania no século XVI, o interior encontrava-se organizado produtivamente. Imperando a pequena propriedade, porém, com um produto de exportação, o café, como carro chefe da produção. Desta forma, podemos considerar muito acertada a afirmação de Nara Saletto (1996:33) acerca da coragem e trabalho dos imigrantes no Espírito Santo:

Aqui, os desbravadores não foram ricos donos de escravos, mas modestos imigrantes, que se instalaram em plena mata, com recursos mínimos, e criaram, com intenso e árduo trabalho, comunidades relativamente prósperas, cuja vida girava em torno do café.

Podemos ver que, apesar de todos os problemas citados, a imigração européia foi de grande impacto para o Espírito Santo. Essas áreas ocupadas tornaram-se novas fronteiras agrícolas baseadas na pequena propriedade e na agricultura familiar.

Contudo, notamos também, principalmente pelas declarações dos enviados de outros países, que este processo não se tratava apenas de desenvolvimento econômico. Tratava-se, sobretudo de contingentes humanos instalados precariamente em lotes e que dependiam inteiramente de si para quitá-los e tornarem-se proprietários. Além disso, para estes imigrantes tratava-se, sobretudo, de organizar, ou re-organizar, sua vida material, familiar e comunitária, afinal estavam em terras com características completamente distintas de seu local de origem.

Assim, entender como se organizaram os núcleos coloniais, e a partir daí o avanço dos descendentes de imigrantes por vastas extensões de terras do Espírito Santo, é indispensável para esclarecer alguns fatores que propiciaram a manutenção de algumas características culturais no seio destas comunidades. Este assunto será o tema dos próximos capítulos em que abordaremos mais detidamente o primeiro desses empreendimentos, a colônia Santa Isabel, buscando entender como os imigrantes alemães ali instalados organizaram sua vida e enfrentaram os conflitos neste novo ambiente.

Não obstante, os imigrantes trouxeram consigo sua cultura, hábitos e costumes próprios que, não sem muitas intervenções, de alguma maneira, perpetuaram e até hoje, compõe a identidade capixaba.

2. A Colônia de Santa Isabel

2.1 A Fundação da Colônia: a chegada dos alemães no Espírito Santo

Em 1847 foi fundada a Colônia de Santa Isabel, localizada a cerca de trinta quilômetros da capital da Província do Espírito Santo, integrando o empreendimento de colonização de terras devolutas proposto pelo Governo Imperial. Como já observado, no Espírito Santo prevalecia uma baixa densidade demográfica em um território que, na maior parte, era irregular e ocupado apenas na faixa litorânea. Tendo isso em vista, o Governo procurou incentivar a colonização estrangeira como forma de tornar a terra do interior capixaba produtiva, ao mesmo tempo em que se processava a sua ocupação. Pelo Artigo 16, da Lei Provincial n.514, de 28 de outubro de 1848, foi reservada a área de seis léguas quadradas de terras para que fossem demarcados os lotes dos colonos de Santa Isabel.

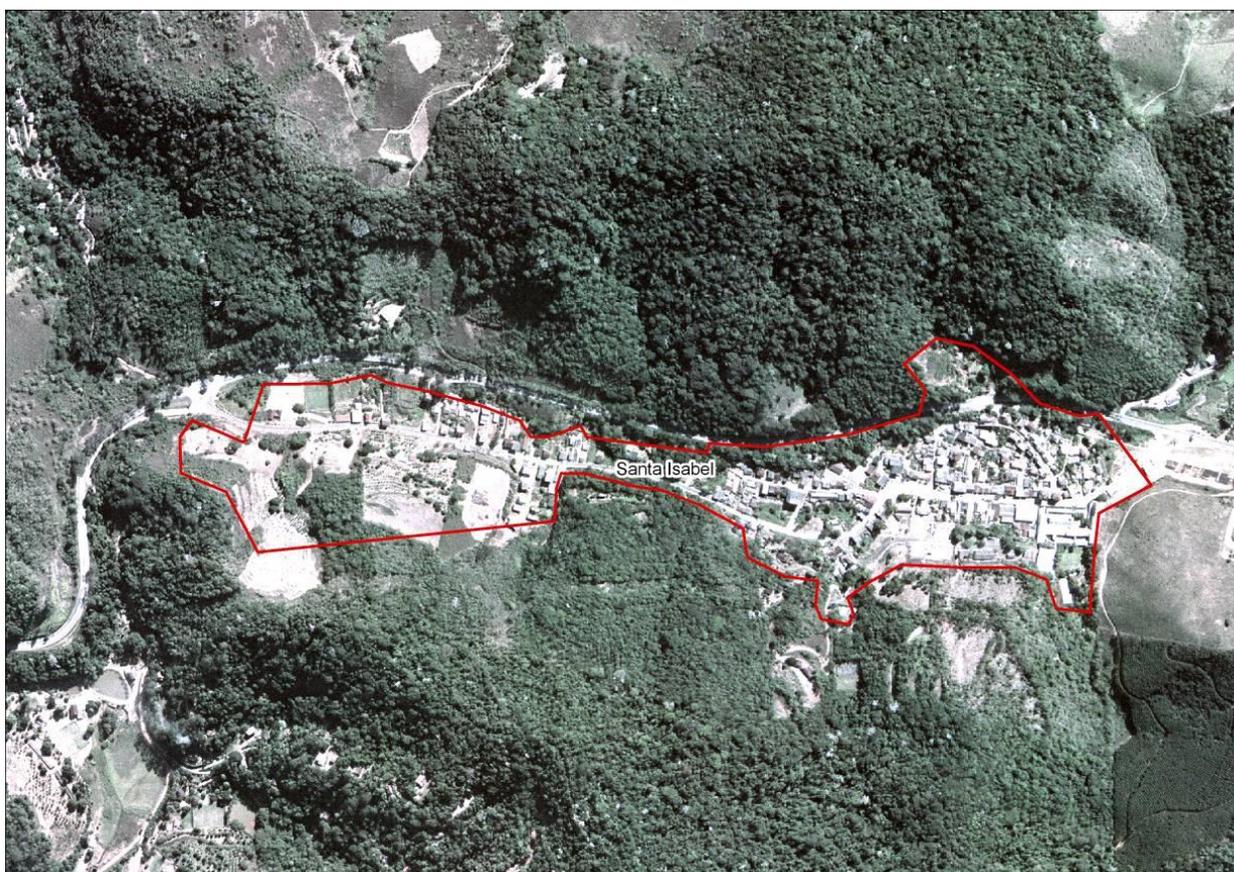


Figura 1: Mapa de Localização de Santa Isabel.
Fonte: Núcleo Cidades – FCAA.

Pela Figura 1, mapa atual da localização do núcleo urbano que se estabeleceu no perímetro demarcado pela colonização de 1847, nota-se que a Colônia de Santa Isabel foi estabelecida em terreno bastante acidentado e que, ainda hoje, apresenta barreiras naturais que limitam seu crescimento territorial.

Quanto à chegada dos primeiros colonos, de acordo com os números fornecidos pelo Projeto Imigrantes Espírito Santo¹⁶, os imigrantes alemães embarcaram no porto de Antuérpia, na embarcação Philomena, no dia 20 de outubro de 1846. O desembarque ocorreu no Rio de Janeiro, e após breve estada na capital do Império, os imigrantes prosseguiram a viagem em uma embarcação menor, o navio Eolo. Em 21 de dezembro de 1846, após dois meses de viagem, os primeiros colonos destinados ao povoamento de Santa Isabel desembarcaram no Porto de Vitória.

Ao chegarem à Vitória, os colonos germânicos permaneceram na cidade por algum tempo sendo subsidiados pelo Governo Provincial, em troca da realização de trabalhos de limpeza pública e melhorias nas vias da capital. Em seguida, os colonos foram encaminhados para Viana¹⁷, para depois, serem instalados na Colônia de Santa Isabel. “Cada família recebeu um prazo de 120.000 braças quadradas e um subsídio mensal, como ajuda, na base de cento e quarenta mil réis por família de dez a onze membros” (ROCHA, 2008:135).

Cabe ressaltar que, conforme o Banco de Dados do Projeto Imigrantes, o número de 165 colonos, considerada a primeira leva de imigrantes destinada a povoar o Espírito Santo durante o século XIX, desembarcaram em Vitória em três datas distintas. Cento e oito imigrantes desembarcaram em 21 de dezembro de 1846,

¹⁶ Projeto desenvolvido pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), compila dados sobre imigrantes, presentes em diversas fontes relativas à entrada, recenseamento, passaportes de imigrantes, entre outros e é uma valiosa fonte de pesquisa.

¹⁷ “De 1813 a 1818, formara-se aí (Viana) uma colônia de famílias açorianas, a qual, após dificuldades iniciais, progrediu muito e viria a ser, para os imigrantes alemães, o povoamento mais próximo” (WAGEMANN, 1949:22).

outros quarenta e seis teriam chegado, a bordo do vapor Urânia (Rodrigues)¹⁸, em 21 de fevereiro de 1847, enquanto as famílias Feiper e Hand chegaram apenas em 13 de março de 1847, a bordo do brigue Aurélia.

Quanto à saída, os registros catalogados pelo APEES apresentam a mesma data de embarque para os 165 colonos. Além disso, todos eram provenientes da província do Rhein Hunsrück, pertencente à região alemã da Renânia.

Após este primeiro contingente ter chegado à colônia, outros imigrantes só seriam recebidos em Santa Isabel em 1855, mesmo assim em pequeno número. Entre 1855 e 1858 foram instalados apenas 116 imigrantes das regiões da Prússia e de Brandemburgo, e de outros países como Bélgica, França, Itália e Suíça. Nos dois anos seguintes, 267 novos imigrantes chegam à colônia fazendo com que o fluxo demográfico voltasse a aumentar. Deste contingente, 160 imigrantes eram oriundos da região do Hesse, região esta de onde vieram a maioria dos imigrantes instalados em Santa Isabel.

A entrada de imigrantes em Santa Isabel sempre foi irregular e nunca obteve a expressividade alcançada por outras colônias criadas no mesmo período, como Santa Leopoldina. Entre 1861 e 1863 Santa Isabel recebeu apenas 96 imigrantes enquanto que, entre 1871 a 1895, existem registros de apenas algumas entradas esparsas e que somam apenas 37 imigrantes.

¹⁸ Há divergência nas informações quanto ao número inicial de colonos que chegaram a Santa Isabel, bem como a embarcação de sua chegada. Utilizamos aqui os dados do Projeto Imigrantes Espírito Santo, pois as informações ali contidas resultam do confronto de várias fontes primárias, tais como: “Estatística da Colônia Santa Isabel - 1851-A; Artigo do Padre Dold, Missionário - Eine 50jährige deutsche colonie in Brasilien (Os 50 anos de uma colônia alemã no Brasil) Santa Isabel 8 Dez 1896; L29-A (Matrícula de Colonos de Santa Isabel); L197-A (Socorros recebidos Colonos de Santa Isabel 1847-1860) p. 22; L163-A Matrículas de Colonos de Santa Isabel (1846-1847) p. 2”. No entanto, alguns autores, como Basílio Carvalho Daemon, citam 163 imigrantes que teriam chegado ao Espírito Santo a bordo da “Sumaca Rodrigues” (DAEMON:1879:326).

A tabela a seguir, elaborada a partir dos dados fornecidos pelo Projeto Imigrantes Espírito Santo, expõe o fluxo migratório para a Colônia de Santa Isabel, a partir de sua fundação até o ano de 1895. Como já mencionado e a partir dos dados fornecidos pela Tabela 3, observa-se que a entrada de novos imigrantes na Colônia ocorreu de forma muito irregular. Importante destacar que além dos alemães, brasileiros e imigrantes de outras nacionalidades se instalaram na Colônia, incrementando a densidade demográfica em Santa Isabel.

TABELA 3

Imigrantes instalados em Santa Isabel:

Ano de Chegada	Número de Imigrantes
1847	165
1855	10
1856	1
1857	34
1858	82
1859	160
1860	107
1861	52
1862	28
1863	16
1871	1
1876	3
1890	9
1894	20
1895	4
Total	692

Fonte: Banco de dados do Projeto imigrantes Espírito Santo, APEES.

Pelos dados apresentados, pode-se considerar que em termos numéricos, o ano de fundação da Colônia foi o mais significativo e, posteriormente, apenas nos anos de 1859 e 1860 verificou-se a entrada de imigrantes na mesma proporção do ano de 1847.

O local escolhido para a fundação da colônia era próximo à Vitória, numa região de serras coberta por vegetação nativa e de clima ameno, às margens do Rio Jucu. No momento da fundação, a região onde foi instalada a colônia Santa Isabel era

povoada por nativos que, após algum tempo, foram se retirando das proximidades das áreas da colônia (WAGEMANN, 1949:22).

Importante destacar que a partir de 1847, com a fundação da Colônia de Santa Isabel, este empreendimento passou a compor a pauta de políticas públicas do Governo Provincial, constando a colonização como tópico nos Relatórios dos Presidentes da Província a partir de 1848 e, progressivamente, o tema ganhou importância e espaço nestes documentos oficiais.

No Relatório de 1848, o Presidente da Província, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, expôs sua satisfação em ter conseguido iniciar o projeto de colonização com a chegada de imigrantes alemães no ano anterior. Para este Presidente de Província, apesar dos problemas iniciais, principalmente vinculados às enfermidades e adaptabilidade dos imigrantes, o sucesso do empreendimento estava garantido desde que, ao lado do colono trabalhador, estivesse o incentivo do Governo. Em menos de um ano de colonização, o Presidente pode observar o trabalho do colono de Santa Isabel quanto à construção de suas habitações e preparo da terra, já que o mesmo dependia da derrubada de mata virgem para começar o cultivo da terra. Assim expõe em seu relato:

Passada a crise das enfermidades, que atacaram os colonos logo após sua chegada a esta província, animados e contentes, entregaram-se com fervor a cultura dos prazos¹⁹ que lhes foram designados, dentro em pouco tempo descortinaram não pequena porção de matas virgens, cuidando logo em fazer diversas plantações. Cada família com um auxílio, mas mui limitado, que lhe prestou o governo provincial, tratou de construir sua habitação, e o que era há pouco mais de um ano sertão, quase desconhecido, embora tão na proximidade da capital, vai hoje (1848) apresentando já uma perspectiva bem agradável (COUTO FERRAZ, 1848:26).

¹⁹ A palavra prazo aqui empregada pelo Presidente da Província tem o mesmo significado de lote colonial, designando a porção de terra recebida pelos colonos quando de sua instalação.

Em relação à terra a ser cultivada pelos colonos, Couto Ferraz menciona a qualidade da mesma para o plantio de gêneros voltados para o comércio e de subsistência, contrariando as impressões dos viajantes como Johann Jakob Von Tschudi (2004), Carlo Nagar (1995), Jean Roche (1968) e Ernest Wagemann (1949), unânimes ao proferir que o desenvolvimento tardio da Colônia esteve ligada a pouca qualidade do solo para o cultivo. Importante destacar que tanto o Governo Imperial quanto o Provincial buscavam, na fixação dos núcleos coloniais no Espírito Santo, o abastecimento de gêneros alimentícios para abastecer, além do Espírito Santo, a Província do Rio de Janeiro. Não obstante, com as dificuldades de escoamento de produtos perecíveis, devido a falta de vias adequadas, aliado ao terreno acidentado, desde os primeiros anos os colonos optaram em cultivar o café, comercialmente mais vantajoso e passível de ser estocado e preservado por mais tempo, além de ser uma cultura adaptável ao tipo de terreno da Colônia.

No mesmo Relatório de 1848, Couto Ferraz descreve as impressões quanto ao caráter dos colonos, com garantias “[...] de sua moralidade e amor ao trabalho” (1848:27). Apesar do pouco tempo, a expectativa do Presidente não poderia ser melhor no que tange ao processo de fixação e ampliação da Colônia. Em seu relato, o colono estava satisfeito por ter se estabelecido na Província, e até mesmo escrevia para parentes na Alemanha convidando-os a imigrarem para a mesma região (COUTO FERRAZ, 1848:27).

Na visão deste governante, a falta de mão de obra aliada à disponibilidade de terras improdutivas foi determinante, para no caso do Espírito Santo, se optar pela fixação de núcleos coloniais subsidiados pelos Governos Provincial e Imperial. Com relação à Colônia Santa Isabel, Couto Ferraz (1848:28) assevera que a mesma pôde ser montada próxima à capital sem ferir questões de propriedade da terra, até porque a região se compunha de terras devolutas, inexploradas e cercada por mata nativa.²⁰ Pela análise do Relatório, podemos concluir que apesar do interesse do Presidente Provincial em manter verba disponível para assegurar o sucesso da colonização de

²⁰ Embora não seja objeto de análise mais detida, é importante destacar o conteúdo ideológico do discurso de Ferraz, e também de outros Presidentes de Província, no sentido em que desconsideraram a existência de grupos indígenas nas imediações da Colônia quando de sua fundação.

Santa Isabel e ampliar o número de núcleos coloniais no Espírito Santo, o orçamento acabava por limitar tal disposição. Aos colonos recém-instalados restava o encargo de complementar o trabalho de corte das matas, construção de suas casas e o plantio das lavouras, conciliando estes trabalhos com os empregos em obras públicas, como construção de estradas, para assim, obterem alguma renda extra.

Coadunando com seu antecessor, o Presidente Fellipe José Pereira Leal (1850), no Relatório escrito em 1849, expõem seu contentamento com relação ao desenvolvimento da Colônia, enfatizando o afinco com que os colonos se lançaram ao trabalho sendo verificado, naquele ano, a existência de algumas plantações de gêneros alimentícios, feijão milho e mandioca, além do café.

No mesmo ano, Antonio Pereira Pinto, em seu Relatório de entrega da Presidência da Província, também denotou o aspecto próspero da Colônia de Santa Isabel, elencando as qualidades dos colonos: “[...] quase todos os colonos, ou todos os colonos já tem suas casas, e plantações; muitos deles fabricam farinha de mandioca, e a vendem; são em geral sóbrios, e de melhor índole” (1849:22).

Entretanto, Pereira Pinto (1849:22) chama a atenção para a necessidade dos Governos Provincial e Imperial auxiliarem o desenvolvimento da Colônia diante das muitas necessidades que se apresentavam: abertura de áreas cultiváveis com a derrubada de matas; construção de uma capela, pois a Colônia já contava com um missionário alemão; edificação de uma casa para o professor; construção de algumas pontes e melhoria de estradas; além de manter o subsídio de mantimentos para alguns colonos.

Outro problema destacado, a medição dos lotes dos colonos, apresentou-se como dificuldade por parte da administração em legalizar as ocupações, apesar do Presidente Antonio Pereira Pinto (1852:39-40) ter designado, em 1848, um engenheiro responsável para demarcar os lotes da Colônia, trabalho interrompido pelas chuvas. Em 1852 o problema das demarcações permanecia, fazendo com que o mesmo considerasse serem “[...] palpantes as necessidades de se prevenirem futuras contestações de terras entre os colonos”. Nos anos posteriores, essa será uma demanda que levantará questionamentos e insatisfações por parte dos colonos.

Em 1861, de acordo com o Relatório de Antônio Alves de Souza Carvalho (1861:13), o problema de medição dos lotes permanecia, e passados quatorze anos da fundação da Colônia, apenas 100 lotes haviam sido demarcados e legalizados.

Pelos relatos, nota-se que a fundação da Colônia pode ser entendida como um processo, iniciado em 1846 com o embarque das primeiras famílias germânicas com destino ao Espírito Santo. O marco de chegada em Santa Isabel, no ano de 1847, deu início a outro processo, o de fixação de um povo e sua cultura em território capixaba. Os dois anos que se seguiram revelam, pelos relatos dos Presidentes, que tudo estava por se fazer na Colônia e aos colonos competia esta missão. Outro dado abordado, a chegada de novas levas de imigrantes para Santa Isabel, demonstram a limitação deste Núcleo Colonial em termos de atrair novos colonos.

Apesar da identificação, por parte dos governantes do Espírito Santo, da importância dos Núcleos Coloniais para o desenvolvimento econômico, a fundação de uma segunda colônia e mesmo o desenvolvimento da primeira deixavam a desejar. O Presidente José Bonifácio Nascentes d'Azambuja, em seu Relatório de 1852, afirma que:

Sinto senhores não poder notificar-vos a fundação de alguma nova colônia nesta província; o meu prazer nasce da convicção de que a colonização estrangeira é o único meio de fazer prosperar com rapidez uma província que encerrando tantos elementos de engrandecimento se conserva em estado de abatimento, e ocupa uma posição muito secundária entre as suas coirmãs por falta de população inteligente e ativa (1852:40).

No entanto, é necessário destacar que não apenas os imigrantes alemães receberam lotes em Santa Isabel. Em 1863, em seu relatório, André Augusto de Pádua Fleury informa a instalação de 10 famílias de brasileiros que se estabeleceram no Distrito do Braço do Sul (FLEURY, 1863:27). Apesar de ser a primeira menção em relatórios oficiais, a instalação de nacionais em Santa Isabel parece ter começado um pouco antes. Em 21 de maio de 1861, José de Mello Carvalho, Delegado da Repartição Especial das Terras Públicas, comunica à Presidência da Província a venda de 12 prazos, a Mariano de Souza, proprietário da Fazenda Peixe Verde e, ao que tudo indica, situava-se nas imediações da Colônia.

No mesmo documento encontramos o requerimento de Ignácio Ferreira de Souza outro brasileiro que desejava obter terras devolutas situadas dentro do território da colônia. (APEES, Livro 17:345). Em 15 de Dezembro de 1862, Manoel Luis de Almeida, morador da Vila de Viana, desejando estabelecer-se na Colônia de Santa Isabel, dirigiu um requerimento à Presidência da Província pedindo a concessão de “um prazo no lugar denominado Braço do Sul da mesma Colônia, sujeitando-se o suplicante às mesmas condições com que a outros tem concedido por isso” (APEES, Livro 27:1). Em outro Relatório oficial, o então Presidente da Província José Joaquim do Carmo (1865:16), informa a instalação de mais 36 famílias de nacionais.

Além da concessão de lotes, os colonos nacionais, à semelhança dos imigrantes, tiveram acesso à concessão de diárias. Num ofício remetido pelo Diretor Adalberto Jahn à Presidência da Província, em 3 de Julho de 1862, o colono Nacional Manoel da Ora Espírito Santo, a quem havia sido concedido um prazo na Colônia Santa Isabel, requeria 4 meses de diárias. (APEES, Livro 17:633-636). Encontramos também referência de outro caso de pedido de diárias do colono nacional Galdino José Mariano, este casado com uma alemã, e já havia recebido um lote na Colônia em 1859 (APEES, Livro 17: 654).

Outros exemplos poderiam ser citados, porém, por ora, cabe apenas destacar que Santa Isabel não foi apenas destinada à instalação de imigrantes europeus, mas também a colonos nacionais que desejavam estabelecer-se como pequenos proprietários.

No próximo tópico será exposto a visão dos governantes e o processo de desenvolvimento da Colônia até que venha a se tornar produtiva, que segundo a visão de alguns autores, somente viria a ocorrer após uma década ou mais de sua fundação.

2.2 Desenvolvimento da Colônia Santa Isabel

Pela análise dos Relatórios dos Presidentes da Província (1847-1888), nota-se a relevância da fundação de Núcleos Coloniais para o desenvolvimento do Espírito

Santo. Como já citado, desde a fundação da Colônia de Santa Isabel, a temática “Colonização” passou a compor a pauta de políticas públicas, sendo referenciada nos Relatórios anuais, apresentados na Assembléia Provincial ou quando da transferência do cargo de Presidente. Em relação à Colônia Santa Isabel, no discurso oficial prevaleceu o tom de contentamento com a introdução de colonos alemães, destacando sua boa índole.

Os atributos desejados para a população, presentes nos discursos oficiais, demonstram que os Governantes do Espírito Santo compartilhavam o ideário, muito presente no XIX, de que as populações européias seriam as mais adequadas para a inserção de Núcleos Coloniais, destinados ao trabalho livre.

Porém, apesar da esperança de melhoria das condições na Província, a colonização trazia também incertezas, que vieram a ser superadas com o desenvolvimento do empreendimento, principalmente no sucesso dos colonos em produzir o café, principal produto da economia brasileira, em pequenos lotes em que prevalecia o trabalho familiar. O plantio de café era sempre visto com bons olhos, afinal era a nova fonte de riqueza da nação. Em 1852, o então Presidente da Província, José Bonifácio Nascente d’Azambuja (1852:40), estimava a existência de 57.800 pés de café já plantados em Santa Isabel.

Apesar das constatações positivas, a partir de 1850, alguns problemas permaneciam. Segundo o Barão de Itapemirim (1856:11), Vice-Presidente da Província, em 1855:

[...] a colônia de Santa Isabel, fundada em 1847, a cinco léguas desta capital, se não tem apresentado o progresso e desenvolvimento, que era para desejar-se, também não retrograda, e dá ainda esperanças de um futuro lisonjeiro [...] esta colônia pouco se tem aumentado, mas os colonos vivem na abundância e satisfeitos.

Em 18 de setembro de 1857, o Superintendente da Colônia, Gustavo Bungestab, enviou resposta ao Ofício do Presidente da Província, Olímpio Carmo Viriato de Catão, datado de 24 de agosto daquele ano. Dez anos após a fundação de Santa Isabel, o então Superintendente prestava informações sobre a situação que se

encontrava a Colônia no que tange à qualidade das terras, ocupação e problemas envolvendo os limites dos lotes. Segundo Bungestab, no referido ano apenas a oitava parte estava ocupada pelos colonos, e o restante dos terrenos se encontravam devolutos e em mata nativa. Para o Superintendente, era expressa a necessidade de se estabelecer novos colonos em Santa Isabel, solicitando do Presidente que tomasse esta providência, além de outra, a demarcação dos lotes:

A qualidade das terras é muito boa, para levantar e florescer a colonização, será muito bom enquanto Vossa Excelência mandava (sic) novos colonos, pois o grande número dos colonos trás o bom proveito do Governo. Não é possível designar a porção do terreno, é bem necessário Vossa Excelência mandava (sic) vir um Sr. Engenheiro para cá, porque tem muitos prazos que já tem donos e ainda não são demarcados pelo Sr. Engenheiro. Os Alemães são sempre brigando entre si, aonde não tem marcos, pois um planta café em prazo do outro. A reparação da ponte no princípio da Colônia, também da estrada em alguns lugares, e uns caminhos novos são bem necessários (APEES, Livro 17:12).

Como se observa pela citação, além das questões envolvendo a posse de terras, permaneceu sem solução a demanda por infraestrutura viária, o que limitava o escoamento da produção dos colonos. Importante destacar que Gustavo Bungestab, Superintendente da Colônia em 1857, também havia imigrado da Alemanha e utilizou de estratégias sociais para ascender como liderança entre seus compatriotas. Em momento oportuno voltaremos a este personagem.

Efetivamente, os problemas observados nos primeiros anos da constituição da Colônia, como a demarcação dos lotes e desenvolvimento das plantações, começaram a ganhar alguma solução a partir de 1864. No citado ano, o Presidente da Assembléia Provincial Eduardo Pindahiba de Mattos (1864:76), aponta um número de 292 prazos (lotes) ocupados, contando-se 200 fogos (casas) e 981 colonos, o que demonstra ter, a Colônia, progredido no aspecto demográfico e de ocupação territorial. Cabe destacar que a divergência entre o número de lotes e casas, observada no Relatório, se deve ao fato de haverem casos em que famílias de colonos terem requerido ao Governo Provincial mais de um lote. Alguns colonos receberam do Governo Provincial até três lotes mediante a justificativa da

irregularidade dos terrenos, o que dificultava o cultivo. Outro esclarecimento, mais provável de ter ocorrido, está relacionado à cultura dos povos germânicos. Diante do costume de apenas o filho mais novo herdar a propriedade paterna e nela garantir a subsistência dos pais, os colonos buscaram estabelecer os demais filhos em outros lotes, mesmo que para isto solicitassem ao Governo terrenos que ficariam, por algum tempo, improdutivo. A situação foi muito comum em Santa Isabel, chegando o Governo Provincial estipular um prazo para a construção de casas e cultivo das terras quando da solicitação de novos lotes por parte de colonos já fixados (APEES, Livro 17:96).

Já em 1865, o Presidente da Província, José Joaquim do Carmo (1865:16), expõe que Santa Isabel apresentava “[...] condições satisfatórias e caminha para um futuro risonho”, possuindo 311 prazos ocupados, dos quais um percentual de mais de 10% do território destinado à Colônia estariam sendo cultivados pelos 1.169 colonos ali instalados, ou seja, das 24.885.500 braças quadradas que compunha a área, 2.849.000 se encontravam cultivadas.

No entanto, a necessidade de investimentos em obras públicas, voltadas para o melhoramento das estradas e demarcação dos lotes, continuava a ser um problema, mencionado em Relatórios Provinciais ao término da década de 1860. Em 1866, Alexandre Rodrigues Dias Chaves (1866:27), Presidente da Assembléia Legislativa, expôs em seu Relatório o impacto da falta de vias de comunicação para a vida dos colonos, argumentando que estes se achavam impedidos de comercializar adequadamente o café e faltavam-lhes meio para prover a subsistência.

Mesmo com as dificuldades provenientes da falta de infraestrutura, os colonos de Santa Isabel conseguiam algum sucesso na comercialização de seus produtos. Os dados referentes à produção da Colônia não são desprezíveis, principalmente no que tange ao café e a farinha de mandioca, o primeiro de maior valor para o comércio e o segundo amplamente utilizado para a subsistência.

A produção em Santa Isabel, em 1865, era de 168.000 litros de milho, 126.000 litros de farinha de mandioca, 2.000 litros de arroz, 8 toneladas de batata, mais de 5 toneladas de cebola, 38 toneladas de café, além da produção de manteiga que renderam para os colonos sete contos de réis (APPES, Livro 27:557-559). No ano

seguinte, a exportação dos mesmos produtos renderia a quantia de treze contos e setecentos e cinquenta mil réis (APPES, Livro 27:656). Além da produção agrícola, em 1865, existiam na Colônia 200 animais entre bovinos, suínos, aves e eqüinos, utilizados tanto no trabalho e transporte, quanto para alimentação dos colonos.

Os colonos antigos, sem exceção, fizeram pastagens artificiais e criam gado, cavalos e mulas. Possuir alguma rês é normalmente o maior desejo do recém-chegado o que os leva quase sempre a derrubar uma grande parte da floresta, pois sem pastagem artificial é geralmente arriscado para eles empenhar o dinheiro na compra de gado. Uma vaca custa em média 50 mil réis, um cavalo ou uma mula 150 mil réis. Via de regra, os colonos compram as suas reses de fazendeiros da região de Santa Isabel (TSCHUDI, 2004:68).

A conclusão a que chega Grosselli (2007:161) a respeito dos referidos dados é que a colonização alemã, empreendida em Santa Isabel, teria uma característica peculiar em relação à italiana, foco de sua pesquisa, pois no empreendimento alemão produziam-se quantidades consideráveis de alimentos, além da criação de animais.

Em parte essa constatação pode ser explicada pelo pioneirismo da empreitada teuta e pelas dificuldades ocasionadas pelas vias de comunicação com outras localidades. O comércio era feito, principalmente, com a capital e com Viana, que estavam a uma distância curta da colônia. Neste ponto podemos entender melhor as falas dos Presidentes da Província que viam esse elemento como o principal fator de um desenvolvimento constante, porém lento, de Santa Isabel. Quase que isolados, apesar de pouco distantes da capital, a produção de produtos para subsistência, aliados ao cultivo do café, tornava-se essencial para a subsistência dos pequenos agricultores e possibilitariam aproveitar melhor os ganhos obtidos com o produto de exportação.

A produção de café também não ficava para trás. Segundo Gilda Rocha (2000:68), em 1864, a exportação deste produto chegava a 12 toneladas e, no ano seguinte, a Colônia produziria 30 toneladas do produto. Cerca de vinte anos depois essa marca chegaria a atingir 1.000 toneladas, confirmando as previsões dos Presidentes da Província de que esta teria um futuro bastante promissor.

Além dos produtos citados, no ano de 1864 havia tentativas, com pouco sucesso, de cultivo de algodão e com maior êxito o plantio de fumo, embora ainda em quantidade não significativa. Não bastasse a produção diversificada, na mesma década de 1860 observa-se o estabelecimento de manufaturas capazes de beneficiar os frutos das colheitas. Contavam-se “[...] 64 engenhos de pilar café, 57 de fazer farinha e 4 moinhos para milho”. O comércio interno era movimentado por “[...] 3 casas de negócios em pequena escala” (MATOS, 1864:78).

Quando da chegada, a maioria dos imigrantes, 141 no total, declarava a profissão de agricultor, porém havia entre eles 1 alfaiate, 3 carpinteiros, 3 ferreiros, 1 padeiro, 10 pedreiros, 1 pedreiro e torneiro, 3 sapateiros e 2 tecelões, sendo que alguns também se declaravam como agricultores. A diversidade de ofícios permitiu que, desde o início da instalação, os colonos de Santa Isabel sanassem a demanda por alguns profissionais, fator que contribuiu para se ensaiar a instalação de algumas manufaturas a médio e longo prazo (APEES, Projeto Imigrantes, Banco Dados).

Apesar de não contar com fazendas de grandes extensões, o plantio de café feito por todos os colonos alemães, quando somadas as colheitas, atingem quantidades significativas o que permite confirmar a importância do mesmo na economia do Espírito Santo, a partir da segunda metade do século XIX, que possuía relevantes áreas de produção de café em regime de pequena propriedade. É possível afirmar, ainda, no que tange à colônia de Santa Isabel, que o progresso foi inconteste para os imigrantes que conseguiram acumular alguma riqueza aliando o cultivo de gêneros de subsistência, criação de animais e, como produto de exportação, o café. “A organização da vida familiar começa a partir das atividades econômicas. Além do café é necessário comprar animais tanto para alimentação quanto para auxílio nos trabalhos da lavoura” (TSCHUDI, 2004:67).

Assim, o desenvolvimento da Colônia se vinculava à capacidade produtiva de seus colonos, e a possibilidade dos mesmos em se inserir no mercado com o cultivo do principal produto nacional.

Enfim, as palavras “prosperidade”, quando se referem ao empreendimento, e “abastança”, para definir a situação dos colonos, tornaram-se a tônica dos discursos de praticamente todos os Presidentes da Província ao se referirem a Santa Isabel,

pelo menos até o ano de 1866. Neste ano, em que se dá sua emancipação, por parte do Império, a situação parece mudar. Apesar de manter um desenvolvimento constante, vários benefícios oferecidos pelo Império cessaram assim que a Colônia foi emancipada²¹.

A emancipação de Santa Isabel parece ter sido uma surpresa para as autoridades Provinciais, além de ter causado grande alarde quanto à possibilidade de emancipação das outras empreitadas coloniais. Quando entrega a Presidência da Província à Luiz Antônio Fernandes Pinheiro, José Maria do Vale Júnior (1868:09), destacou que:

O Governo Imperial não deve esquecer-se completamente da ex-colônia de Santa Isabel, emancipada desde o ano de 1866, Os habitantes desse estabelecimento, tendo vivido muito tempo sob tutela do Estado, tem sobremaneira sentido a repentina passagem que tiveram para o regime comum; pois, por mais de uma vez como fui informado, tem enviado emissários à corte, a fim de implorar proteção ao mesmo governo.

²¹ Sob a condição de Colônia Imperial, em 1847, Santa Isabel foi emancipada em de junho de 1866, o que ocasionou sérios problemas, pois toda a ajuda governamental aos colonos, como a prioridade de emprego nas obras do Governo e o pagamento dos profissionais empregados na colônia, que recebiam até então, foi extinta. O resultado foi o abandono definitivo das responsabilidades governamentais para com a Colônia, uma vez que se extinguiu também a ajuda Imperial para sua manutenção, além de não beneficiar-se diretamente com a chegada de novos contingentes de imigrantes. Em 21 de novembro de 1869, pelo Decreto Provincial nº. 21, foi declarada como freguesia, porém, a Colônia continuava subordinada administrativamente ao município de Viana. Foi elevada à categoria de Vila no dia 2 de outubro de 1891, por meio do Decreto Estadual nº. 41. Entretanto, não se manteve nessa condição por muito tempo, pois em 18 de janeiro de 1892 a Vila foi extinta. Essa situação também não duraria muito e, cerca de um ano mais tarde, em 20 de outubro de 1893, Santa Isabel foi novamente elevada à categoria de Vila e alcançou o status de município, desmembrando-se do município de Viana. Já em 1917, foi criado o distrito de Campinho, e a sede do município foi alterada para aquela localidade.

Este fato marca uma mudança repentina no discurso oficial acerca da Colônia. Apesar de a emancipação ter sido encarada como decorrente do desenvolvimento econômico, houve certo receio dos Presidentes da Província subseqüentes, fazendo com que vários mudem de opinião sobre o futuro promissor da colônia, chegando a prognosticarem seu desaparecimento (PINHEIRO, 1868:25).

Assim, com a emancipação os elogios ao empreendimento cessam no decorrer dos anos, principalmente no que se refere aos Relatórios Provinciais. Alguns Presidentes passam a definir o empreendimento como decadente e que não correspondeu às expectativas, voltando a ser elogiada apenas depois da primeira década do século XX (GROSSELLI, 2007:163).

No entanto, como vimos anteriormente, os números da produção e exportação continuavam a crescer. O que foi sentido realmente pela Colônia foi a falta dos investimentos provinciais para uma infraestrutura de transportes que facilitasse o desenvolvimento.

A saída de Santa Isabel da tutela do Império não afetaria somente os colonos, mas também as receitas da Província. Exemplo dessa opinião foi proferida pelo Presidente José Maria do Valle Júnior (1868:25): “Oxalá o Governo, tendo em atenção o exemplo da colônia Santa Isabel, decadente depois de emancipada, não se lembre por ora da emancipação das existentes”.

O temor em relação à emancipação de outros empreendimentos se justifica na medida em que a escassez de verbas de que dispunha a Província, impunha-se como um empecilho para seu desenvolvimento. Ao passo que, assumir os custos do empreendimento significaria investir na infraestrutura para o transporte dos produtos, ineficaz quando ainda sob tutela imperial e ainda pior depois de sua emancipação.

Para o colono, o desenvolvimento de sua parcela de terra era essencial e marcava o início da organização de sua vida material e familiar na Colônia. A partir do trabalho nos prazos, cultivo de gêneros alimentícios, e aquisição de animais para consumo e trabalho na lavoura é que o imigrante afirmava sua condição de colono e correspondia aos interesses da Província para sua instalação.

Quanto à demarcação e legalização das propriedades, parece que tal problema somente foi solucionado nas primeiras décadas do século XX, como demonstra a Figura 2.



Figura 2: Cópia da Planta Ampliada da Colônia de Santa Isabel – 1º de dezembro de 1915
Fonte: APEES, Acervo da Mapoteca – 193 (M G1) (C).

Com uma população de 1.122 habitantes, entre estrangeiros e nacionais, em 1866, haviam 311 prazos (lotes) ocupados por colonos em Santa Isabel. Conforme o Livro 27 (APEES, 1860-1866), destinado à administração interna da Colônia de Santa Isabel, a questão da demarcação das terras dos colonos se tornou problemática também por causa do processo de ocupação quando da fundação:

Na página 675 do referido Livro, o relato de Augusto Guilherme Linde, Diretor Interino da Colônia, expõe que a medição dos lotes dos colonos em 1846, se deu com partes tortuosas a partir da picada. As demarcações, retomadas apenas 6 anos depois, passaram a ser proferidas através de medida em linha reta, porém, como muitos colonos já haviam principiado suas atividades, seria impossível, sem prejuízo dos mesmos, consertar a linha de frente da medição. A resolução, no entender do Diretor, não estava na revisão dos lotes, pois “[...] tomar um pedaço da propriedade de um alemão para dá-la a seu vizinho pretendente nunca será um meio para acabar com disputas e inimizades, mas em contrário será o melhor estímulo para exteriorizar inimizades e criar crimes”. Segundo o referido Diretor, uma medição poderia afetar todos os colonos, pois perderiam suas casas e muitos perderiam plantações. Para Augusto Guilherme Linde:

Na minha humilde opinião, o dever das autoridades é proteger o direito de propriedade dos colonos estrangeiros e neste caso porque, há vinte anos, os prazos foram dados aos colonos com uma linha tortuosa na frente de não mudar os limites por razões de utilidade contra a vontade livre de ambas as partes e de resolver as questões de limites suscitadas por linhas tortuosas somente pelo mapa da colônia e por testemunhas (APEES, Livro 27:675).

Como se observa da Figura 2, a opinião do Diretor Interino não foi compartilhada pelos governantes do Espírito Santo. Em 1915, o território que abrigava a ex-Colônia de Santa Isabel encontrava-se totalmente dividido em 500 propriedades devidamente demarcadas. O direito a propriedade, em conformidade com a Lei, garantiria aos descendentes dos imigrantes o direito à herança e a permanência dos mesmos naquela região.

2.3 A diversidade religiosa e as diferenças culturais

A partir do que podemos observar com a leitura das fontes oficiais, é que os empreendimentos coloniais, na visão dos Presidentes de Província, representavam uma grande esperança de desenvolvimento do Espírito Santo. No entanto, tal iniciativa demandava a constante busca de imigrantes em regiões da Europa que, no século XIX, sofriam pressões populacionais e econômicas muito drásticas. Apesar disso, as chegadas de imigrantes no Espírito Santo, como demonstrado no caso da Colônia de Santa Isabel, ficou aquém do esperado.

Como já exposto, uma vez que chegavam ao Brasil, os imigrantes eram encaminhados a empreendimentos coloniais ainda não totalmente preparados para atender suas necessidades básicas de instalação. Além disso, muitos desses imigrantes, principalmente os alemães, não conheciam, e menos ainda, compartilhavam traços culturais com a população dos locais em que foram instalados, ou ainda com as próprias pessoas que compartilhavam sua condição.

Sendo assim, é válido pensar que esta instalação não se deu de forma tranquila e muitos foram os fatores que proporcionaram conflitos entre imigrantes em sua nova situação. Nesse sentido, a Colônia Imperial de Santa Isabel, que recebeu seus primeiros imigrantes em meados do século XIX, tornou-se uma importante fonte de estudo para se entender não apenas os impactos econômicos, mas também os sociais. As permanências culturais de origem alemã entre os descendentes dos primeiros colonos, juntamente com a integração de muitos destes traços na cultura capixaba, eleva o sentido do estudo aqui proposto.

Com o intuito de entender melhor como se deu a instalação e o contato entre os imigrantes e a população brasileira de áreas limítrofes, bem como a postura das autoridades frente às questões que surgiram desse contato, duas questões, ambas de natureza teórica, chamam nossa atenção na obra “Os Estabelecidos e os Outsiders”, de Norbert Elias e John L. Scotson (2000): a abordagem do conceito de “anomia”, bem como da “abordagem configuracional” explorada pelos autores.

Na referida obra, os autores criticam quanto ao emprego do termo anomia, pois este aparece em análises sociais, normalmente carregadas de juízos de valor, segundo critérios de descrença e pessimismo com a sociedade analisada. Assim, anomia

acaba sendo encarada apenas como característica de uma situação social considerada ruim ou demonstrativa de um problema. Ou seja, o termo serve para traçar a diferenciação entre o normal – a sociedade em si; e o anormal – aspectos introduzidos na sociedade.

No entanto, os autores demonstram que uma dada realidade sempre encerra em si características anômicas e estas compõem a explicação de uma dada realidade social. Isso se deve ao fato dos autores considerarem correta a utilização do termo desprovido de sua carga valorativa, além de ser encarada não como uma explicação para uma determinada hipótese, mas sim como elemento constitutivo da hipótese em si. Em outras palavras, não basta apenas afirmar que a causa de determinada questão é uma anomia na realidade social, mas sim elucidar como esta situação contribui para a formação daquela realidade.

Entendido desta forma, o termo ajuda a desvendar as situações de conflito social subjacente no interior de sociedades, inclusive, de acordo com nosso pensamento, daqueles existentes entre os imigrantes que se instalaram na Colônia de Santa Isabel. A situação anômica em relação ao contexto cultural mais abrangente do Brasil se relaciona desde os hábitos cotidianos como alimentação, práticas religiosas e morais, o exercício do direito, até mesmo a língua e aspectos fisiológicos dos colonos alemães. Quanto à situação anômica observada na própria Colônia, diz respeito aos conflitos entre imigrantes católicos e protestantes que, “brigam” a fim de manter e propagar os valores que trazem consigo de sua terra natal, sendo esta questão parte componente da relação entre os grupos.

Com a elucidação do conceito de anomia, fica mais fácil entender o que Elias e Scotson (2000) chamam de “abordagem configuracional”. Os autores nos chamam atenção de que elementos encarados isoladamente podem acarretar uma explicação insatisfatória sobre um determinado problema. Assim, nunca podemos tentar explicar o todo verificando várias partes isoladamente. Em contrapartida, os elementos observados devem ser colocados numa posição em que seja possível verificar a sua relação com as demais partes que o configuram. Exemplo disso é a própria noção expressa por Elias (1994), em “A Sociedade dos Indivíduos”. É impossível a existência de um indivíduo sem uma sociedade (apenas identidade-eu), bem como o é a existência da sociedade sem indivíduos (apenas identidade-nós) e,

desta maneira, as pressões exercidas por um e outro pólo dessa dualidade se misturam contínua e mutuamente sempre ocasionando mudanças de ambos os lados. Ademais, para se desenvolver a análise de qualquer sociedade deve-se ter em mente seu aspecto dinâmico e mutável, mesmo que não sejam inseridos novos padrões culturais.

Portanto, ao tratarmos da realidade social devemos entender estes termos – “anomia” e “abordagem configuracional” – e ter em mente que a sociedade possui vários elementos que a constituem e estes nos fornecem um sentido maior, quando forem trabalhados de forma a se desvendarem as relações entre si e com o meio social ao qual se refere.

Nesse sentido, os termos apresentam-se como um importante referencial teórico para a análise dos documentos relacionados ao processo de instalação dos imigrantes em Santa Isabel. Uma vez que tiveram que se acomodar em terra e sociedade sob muitos aspectos diferentes de sua comunidade de origem, este processo gerou conflitos em diversos níveis, principalmente entre eles próprios, envolvendo também o poder público.

Neste estudo, os conceitos “Estabelecidos e Outsiders”, podem ser observados exatamente na relação de instabilidade da balança de poder entre os grupos católicos e protestantes, instalados na colônia a partir do posicionamento das autoridades provinciais frente à questão. Dito de outra forma, o entendimento da propagação de certas características culturais alemães, como, a religiosidade, organização da família, do trabalho e da língua, por exemplo, encontra-se na compreensão de como os imigrantes se organizaram desde o contexto da fundação, conseguindo a manutenção da identidade, ao mesmo tempo em que definiam os critérios de relação entre si. Para tanto, é necessário desvendar o tipo de relação que os grupos possuem entre si e, neste caso, também com o Governo.

Assim, a onda imigratória de europeus, particularmente os de origem teuta, para o Espírito Santo, que se iniciou em 1847, com a fundação de Santa Isabel e continuou até o final do século XIX, gerou modificações em vários campos na sociedade capixaba da época. Dentre as mudanças podem ser destacadas as dos campos religioso, social e econômico, que ainda na atualidade se faz presente com maior

clareza nas cidades que se originaram de tais empreendimentos. Nesse sentido, a pesquisa apresenta-se como uma tentativa de esclarecer os tipos de relações tecidos entre estes imigrantes e as demais instâncias da sociedade.

Neste ponto, a abordagem da realidade da Colônia Santa Isabel, a partir dos pressupostos teóricos elencados, apresenta-se como uma forma de vislumbrarmos o comportamento dos imigrantes teutos e demais atores representativos daquela realidade social, frente às oportunidades de poder existentes. No entanto, não se trata de uma tentativa de “encaixar” a realidade dentro de uma teoria, mas antes de tudo, compreender a situação a partir de alguns pressupostos teóricos.

Assim como Elias e Scotson (2000) observaram, tendo como referência uma comunidade inglesa, que as relações de poder entre os níveis micro e macro-social são inseparáveis, bem como o são as relações entre os indivíduos e a sociedade no qual estão inseridos, acredito ser possível observar tais relações na Colônia Santa Isabel.

Nesse sentido, as disputas entre grupos estabelecidos e grupos outsiders se dá em diversos níveis e possuem algumas características gerais que podem ser observadas, dentre as quais, o desequilíbrio de poder existente entre grupos, em maior ou menor intensidade, e a transmissão de valores aos indivíduos desde a infância, entre outras. As questões centrais nas fontes analisadas situam-se exatamente nesta esfera de interação dinâmica entre forças sociais na busca de espaço e reconhecimento.

No caso de Santa Isabel, procurarei demonstrar como esta relação se dá entre os imigrantes que, apesar de compartilharem a condição de colonos – e também de outsiders –, experimentam níveis diferentes de relação com a sociedade brasileira. Entre estes fatores, a diversidade religiosa, ao que parece, torna-se decisiva, pois será a principal causa de conflitos entre os imigrantes e também de parte deles com a população de áreas limítrofes da colônia. O aspecto religioso também será o principal fator de identidade entre os membros da Colônia. Assim sendo, estratégias desenvolvidas pelos colonos protestantes foram decisivas para a conquista de seus espaços de sociabilidades, garantindo o equilíbrio e propagação por gerações de suas características culturais, linguísticas e religiosas.

Antes de analisarmos mais detidamente a Colônia de Santa Isabel, é válido destacar um exemplo da dificuldade de inserção dos colonos alemães na Região Sul do Brasil, a fim de esclarecermos melhor nossa perspectiva teórica. As citações coletadas por Dreher, do autor alemão Egon Schaden, feitas em 1848, por um imigrante alemão politicamente engajado e radicado na Região Sul do país, identificado como Koseritz, ajudam a expor a dificuldade de acomodação social para os imigrantes alemães no Brasil. Conforme os relatos, os grupos de colonos defendiam como solução coadunar os valores da cultura alemã com a opção pela pátria brasileira, pois esta era sua “nova pátria”.

Lá (no sul do Brasil) aderimos completa e totalmente à vida brasileira e envidamos todos os esforços para o desenvolvimento e progresso do país, ao qual nos ligam os mais íntimos laços de amor e de interesse. Mesmo assim, preservamos no fundo do coração um amor fiel à velha pátria e sempre confirmamos, quando horas difíceis dela se acercavam [...] mantemos todas as relações espirituais com a Alemanha da mesma maneira que, na relação política, nos aliamos decididamente ao Brasil [...]. No Brasil não vivemos sob bandeira alemã, mas no tocante à língua e aos costumes pertencemos à Alemanha; com todas as fibras de nosso coração estamos presos à velha pátria, politicamente, porém, somos cidadãos brasileiros completa e totalmente [...] (DREHER, 2003:40).

No entanto, a associação das culturas não seria suficiente para resolver o problema de integração entre os teuto-brasileiros, caracterizados por alemães e descendentes de alemães instalados em regime de pequena propriedade nas várias regiões do Brasil. Para explicar esta questão, Dreher (2003) emprega o termo marginalização no intuito de definir a situação destas pessoas no Sul do Brasil, pois, mesmo estando economicamente inseridas no sistema produtivo, encontravam barreiras na legislação, inserção política, religião e, principalmente, no contato com os brasileiros. De acordo com o autor, as comunidades de alemães enfrentaram, por parte dos brasileiros, uma espécie de segregação social por manterem os costumes da sua terra de origem nas colônias.

Outra característica comum entre os imigrantes germânicos, o isolamento étnico, de certa maneira, homogeneizava os núcleos a partir da região de origem na Alemanha, fato que ocorreu principalmente nas Províncias do Sul, ou seja, os colonos optavam por se instalarem próximos daqueles com quem compartilhavam traços culturais, o que provocou, em muitos casos, o deslocamento interno dos imigrantes.

Com características religiosas, culturais e linguísticas próprias, os imigrantes nem sempre encontravam boa recepção por parte dos brasileiros com que tinham contato. Isso acarretava uma série de conflitos nas regiões em que eram instalados, normalmente, sendo encarados como uma espécie de cidadão de segunda categoria. Importante destacar que tanto para o poder público, quanto para a sociedade brasileira, não parecia haver distinções entre os colonos germânicos, sendo desconsiderados, muitas vezes, o fato de pertencerem a regiões distintas da Alemanha.

Ao que parece, a situação das colônias alemãs no Sul do Brasil não diferiam muito da Colônia Santa Isabel, no Espírito Santo. No entanto, o conceito de marginalização, tal como empregado por Dreher (2003), aponta apenas para o preconceito proveniente dos brasileiros em relação aos colonos alemães quando, na verdade, muitas vezes, os próprios imigrantes manifestavam a intenção de serem reconhecidos como tais.

Deste modo, a realidade dos núcleos é bem mais complexa e engloba lutas por espaços, em que todos os atores envolvidos buscam a afirmação de algumas de suas características.

Portanto, tendo como referências os Relatórios Provinciais, nota-se que no contexto da segunda metade do século XIX, o discurso oficial manteve um extremo otimismo com a fundação da Colônia e a chegada de imigrantes no Espírito Santo, sempre destacando o empenho no trabalho e os avanços econômicos conquistados. Porém, paulatinamente, a diversidade religiosa, por exemplo, foi percebida pela administração que tentou amenizar sua importância e resolver os problemas dela originados.

Deste modo, apesar do fato de os primeiros imigrantes instalados em Santa Isabel serem oriundos de uma mesma região alemã, no que tange à religião eram heterogêneos uma vez que era composto por católicos e protestantes, os últimos, mais especificamente calvinistas e luteranos. Essa diversidade causou dificuldades para a aceitação desses imigrantes protestantes, refletidas em diversas áreas coloniais. O Relatório do Presidente da Província Felipe José Pereira Leal, proferido no ano de 1850, expõe o conflito que iria se desenvolver a partir desta questão. Neste ano, o Presidente informa que a comunidade católica já tinha um missionário responsável para suprir as “necessidades espirituais”, bem como uma capela para realizarem seus cultos, em contrapartida, os protestantes reclamavam para si um pastor.

Tendo como parâmetro o Banco de dados do Projeto Imigrantes (APEES), verifica-se que o primeiro grupo de alemães desembarcados no Espírito Santo era formado por 101 católicos, 35 luteranos e 29 calvinistas. O fato de haverem imigrantes de diferentes confissões foi de grande impacto para a organização da Colônia.

Porém, é a partir do Relatório de 1850 que podemos notar mais especificamente, neste tipo de documento, os conflitos existentes entre os colonos católicos e os protestantes. Leal (1850:21-22) chega a sugerir que entre os próprios colonos exista uma espécie de ciúmes, que transparece, via reclamações de um tratamento diferenciado, entre os membros de confissão católica e dos protestantes. Porém, o discurso governamental ainda não abandona a noção de que mesmo com a existência de rixas religiosas, esta não era capaz de abalar a harmonia da colônia.

Entretanto, Wagemann (1949:23) constata uma situação diferente. De acordo com o autor: “A população católica de Viana, em virtude de inimizade confessional, ou por outro motivo, não queria vender aos colonos qualquer espécie de alimentos, nem comprar-lhes os produtos”.

Em 1854, o Presidente da Província Sebastião Machado Nunes (1854:34) apresenta mais nitidamente as diferenças existentes entre os colonos, no que tange à confissão religiosa.

A população da colônia se divide pelo lado da religião em católicos e protestantes: esta diferença de religião é uma das dificuldades com que tem lutado este estabelecimento, por que é origem constante de inimizade e rixas entre os colonos. Além disto, os protestantes reclamam a presença de um pastor de sua religião; e sendo justo que lhes seja prestado, não tem sido ainda possível satisfazê-los.

Podemos estabelecer relações, ainda quanto à questão religiosa, entre as manifestações de alguns Presidentes da Província, com o relato de Tschudi (2004:29), alguns anos depois:

Há algum tempo, um mal se enraizou nessa colônia: a intolerância religiosa e a mania de proselitismo. O primeiro impulso foi dado, sem dúvida, pelo capuchinho austríaco; seu exemplo foi seguido por seus sucessores, os dois capuchinhos tirolezes, F. Pedro Regalado e P. Hadrian Lauschner, que estenderam sua ação às duas colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina. Não posso, porém, omitir que a mesma crítica pode ser dirigida a um dos pastores protestantes precedentes.

Frei Wendelin foi o primeiro Diretor da Colônia e, não obstante sua administração tenha deixado a desejar, segundo a fala de alguns Presidentes da Província, como podemos ver, o mesmo foi citado por Tschudi (2004) como um dos principais propagadores do proselitismo na Colônia, por parte dos católicos. Coadunando com os demais, Wagemann (1949:23) também faz uma análise pessimista da administração de Wendelin na Colônia, destacando sua influência na relação dos colonos de Santa Isabel com a povoação vizinha de Viana.

Apesar disso [do socorro em dinheiro oferecido para os colonos pelo Governo Imperial], os colonos sofreram fome, de vez em quando. Os sérios obstáculos que se antepunham às vendas e aos aprovisionamentos, explicam o fato, parcialmente. A população católica de Viana, em virtude de inimizade confessional, ou por outro motivo, não queria vender aos colonos qualquer espécie de alimentos, nem comprar-lhes os produtos. A administração inicial, bastante falha, era, também, muito culpada dessa situação de penúria. Os negócios da colônia foram confiados a um capuchinho

austríaco que não estava à altura da missão e que, ao deixar o lugar, passou-o, com o consentimento do Governo, a um colono, totalmente incapaz para o cargo. Talvez houvesse, no meio, prevaricações de funcionários.

Assim, observa-se que a dificuldade de comercializar produtos também se relacionava com a questão religiosa, mais especificamente para os protestantes. No entanto, isto não era suficiente para que os protestantes deixassem de lutar pelas mesmas regalias.

Em outra passagem, Wagemann (1949:28) nos informa as condições de desenvolvimento dessa comunidade, e constata, novamente, a diversidade religiosa que se abatia entre os alemães. Segundo o autor:

Logo de início, os católicos receberam assistência religiosa. Formaram-se as comunidades de Santa Isabel, no município do mesmo nome, e de Tirol, no município de Santa Leopoldina. A sua frente estão os religiosos alemães, enviados pela Missão de Steyl (Irmãos do Verbo Divino). Essas paróquias, cujo âmbito coincide, mais ou menos, com o território municipal que lhes corresponde, abrange também os católicos que não falam alemão. Em regra, os filhos dos nativos e os dos imigrantes frequentam juntos as aulas, e põem-se à margem as distinções de nacionalidade e de raça. Uma vez que os assentamentos eclesiásticos são feitos sem essas distinções, não é possível se formular uma estatística dos católicos alemães. O seu número avalia-se em 5.000, cabendo cerca da metade a cada uma das duas comunidades.

Dos relatos, vislumbra-se que os imigrantes católicos gozaram, pelo menos nos primeiros dez anos da colônia, de algumas regalias quanto à suas “necessidades espirituais”, além de obterem maior êxito em sua relação com os brasileiros de comunidades vizinhas, compartilhando espaços de sociabilidade como a Igreja e a escola. Este fato, no entanto, não ocorreu com os protestantes que, a despeito de desvantagens econômicas e de acesso ao ensino, continuavam a pressionar as autoridades no sentido de poderem professar sua religião sem retaliações, principalmente econômicas. As queixas dos imigrantes protestantes, mesmo em um país em que a religião oficial era a católica, fariam o Governo contratar pastores de

sua confessionalidade e conceder ajuda financeira para se erguer uma capela na Colônia, pois em 1860, Tschudi (2004:28-29) observava:

A colônia possui uma capela protestante e uma igreja católica bastante ampla; a primeira está situada na extremidade da colônia e é pouco freqüentada, a outra, localizada mais ao centro, ainda não está acabada. O serviço religioso é celebrado por um pastor protestante e um capuchinho do Tyrol.

No entanto, de acordo com Wagemann (1949), o processo de construção da capela protestante também foi motivo de discórdia. O autor constata ainda que, mesmo antes da chegada de pastores ou da criação da capela, os colonos protestantes já haviam estabelecido uma organização religiosa e só receberiam pastores dez anos após sua fundação. Esta iniciativa por parte dos colonos revela a diferença de integração ao novo ambiente. Enquanto os alemães católicos, devido à confessionalidade, gozavam de maior proximidade com a população brasileira, os protestantes mantinham suas raízes religiosas e, a partir disso, outras características culturais como veremos mais adiante.

No começo, os protestantes foram vivamente hostilizados pela população católica; quando construíam a capela, por exemplo, foram-lhes criadas toda sorte de dificuldades. Entretanto, graças à tolerância do Governo brasileiro que se opôs, energicamente, às contendas entre os dois grupos, — as comunidades evangélicas puderam desenvolver-se sem obstáculos. Em 1857, depois de já terem estabelecido, por si mesmos, certa organização religiosa, os protestantes alemães de Santa Isabel receberam os primeiros pastores do Consistório Evangélico. O nome da comunidade é Campinho, como se chama o local onde a igreja se ergue desde os sessenta do século passado, onde surgiu uma pequena aldeia de alemães (WAGEMANN, 1949:28).

Deste modo, considerando a importância atribuída à fundação da Colônia Santa Isabel, bem como os elogios ao trabalho desses imigrantes e a tolerância religiosa demonstrada para com os protestantes, nota-se que para a administração provincial, os espaços dedicados ao culto protestante eram de grande importância para a manutenção da ordem. Este fato se justificaria na série de medidas tomadas por

parte das autoridades no sentido de valorizar a tolerância religiosa ao invés de combatê-la, como veremos no decorrer desta exposição.

Sendo assim, muitos foram os esforços para ampliar este tipo de empreitada e fundar novos estabelecimentos para instalação de imigrantes teutos, independentemente de sua confissão religiosa. Além da colônia Santa Isabel, a Colônia Imperial Santa Leopoldina também recebeu imigrantes oriundos de outras nações e possessões germânicas como, por exemplo, da Holanda, Áustria, Suíça, entre outros, e esses, em sua grande maioria, protestantes. Este fato demonstra que o povoamento e desenvolvimento do território experimentado, a partir de fundações dos núcleos coloniais, estavam acima das contendas religiosas existentes entre católicos e protestantes.

A partir de 1856 este fato merece atenção das autoridades, e também uma análise mais detida. Apesar de compartilharem a situação de imigrantes e muitos serem originários de uma mesma região, os colonos, encarados enquanto grupo, não compartilhavam a mesma religião. Com a instalação de novos colonos, outras confessionalidades como os luteranos e valdenses engrossariam as fileiras daqueles que, no discurso oficial, aparecem apenas como protestantes.

A aparente tranquilidade, boas relações e condições da Colônia que aparecem em diversos Relatórios Provinciais, expostos no início deste Capítulo, não iriam perdurar muito neste tipo de documento. Chama atenção a abordagem nos Relatórios subsequentes o fato de que o desentendimento entre os católicos e protestantes provocou um distanciamento territorial entre os dois grupos a criação de povoados distintos.

No Brasil, a laicização do Estado se deu apenas a partir da instauração da República. Durante o Período Imperial, no Espírito Santo e em outras regiões a falta de capelas, pastores e legislação mais clara quanto à questão religiosa ocasionou muitas queixas por parte de colonos e demandou medidas do Governo.

Segundo o Artigo 5º da Constituição do Império do Brasil (1824), “[...] a religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com o seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo”. A liberdade de culto,

prevista neste Artigo, também era abordada no Artigo 179, assegurando aos não católicos a isenção de serem perseguidos enquanto “[...] respeitassem a religião do Estado e não ferissem a moral pública”. Mesmo assim, o Código Criminal do Império previa multa que podia variar de 2 a 12 mil réis em caso de não cumprimento da disposição do Artigo 5 da Constituição de 1824.

Outras implicações legais, destacadas por Dreher (2003:25), previam a impossibilidade daqueles que não professavam a fé católica de ascender a cargos legislativos eletivos em qualquer esfera do Governo; e a complicação em relação às uniões matrimoniais mistas ou entre protestantes, uma vez que não existia o Registro Civil e os únicos registros reconhecidos legalmente eram os da Igreja Católica. Se a primeira impedia que boa parte dos imigrantes alemães lutasse por mais direitos políticos nas esferas institucionais de poder do Império, a segunda refletia mais diretamente em seu cotidiano. Como boa parte das colônias alemãs, tanto no Espírito Santo quanto no Sul do Brasil, se compunham por agricultores, localizadas em regiões ainda não exploradas economicamente e com a produção organizada a partir da família, as uniões matrimoniais adquiriam grande relevância para a organização social desses espaços.

Porém, a discussão desta questão, embora se originasse no Sul do país, por ser esta a primeira região que havia consolidado colônias de imigrantes alemães, afetava a política de todo Império, e não teve uma solução tão simples. De acordo com Dreher (2003:26), isso envolveu contatos diretos entre o Ministro Plenipotenciário da Prússia com o Ministro do Interior do Brasil, em 1855, e a intervenção direta do Imperador em 1861, que culminou com uma lei que permitia “[...] aos ministros das religiões toleradas realizarem ofícios com efeitos civis desde que sua eleição ou nomeação fossem registradas junto ao governo”.

Em Santa Isabel até 1856, apenas os católicos haviam recebido um padre, enquanto os protestantes desde sua chegada reclamavam o mesmo benefício. Apenas nesse ano chegaria o primeiro pastor luterano para atender às reclamações dos colonos protestantes que desejavam manterem-se fiéis à sua tradição religiosa. Este fato causou mal-estar entre os colonos fazendo com que ocorressem desentendimentos entre os mesmos.

Contudo, a resistência dos protestantes em aderirem à religião católica, bem como as dificuldades de integração ao ambiente social em que se encontravam já estava dada, e a chegada do pastor agravaria ainda mais a questão. No Relatório de fevereiro de 1857, José Maurício Fernandes Pereira de Barros (1857) exprime com clareza a situação da diversidade religiosa da Colônia e a posição ambígua tomada em relação a ela.

Neste caso, encontramos o relato de uma queixa apresentada pelo missionário católico, em virtude do não reconhecimento do batismo de colonos protestantes feitos na Igreja Católica, pelo primeiro pastor protestante que chegou à Província. O Presidente recorda que este tipo de reclamação transpassava o espaço religioso e vai contra as Leis do Estado Imperial Brasileiro, como disposto no Artigo 5º da Constituição. No que tange à Colônia de Santa Isabel, o assunto principal deste Relatório foi, basicamente, sobre o aspecto do respeito à religião do Estado e que, portanto, a imigração estrangeira não poderia ir de encontro às leis instituídas e a religião oficial (BARROS, 1857:11). Sua importância é tamanha que, neste Relatório, o Presidente não mostra dados sobre a Colônia, como era de praxe neste tipo de documento. Ao invés disso, fala quase que exclusivamente da questão religiosa e do conflito envolvendo o pároco católico e o pastor luterano, que acabava de chegar a Santa Isabel, questionando o sacramento do batismo até então feito por padres católicos. A medida adotada pelo pastor luterano foi rebatizar os colonos protestantes que haviam recebido o sacramento pelo pároco católico.

Apesar de levar o fato ao conhecimento do Ministro da Justiça, para que se tomassem medidas quanto ao batismo realizado pelo pastor luterano e defender a religião católica como religião do Estado, o Presidente Provincial reconheceu a necessidade de se manter a tolerância religiosa. Isso porque, economicamente, os imigrantes protestantes eram imprescindíveis para o desenvolvimento da Província e a liberdade religiosa uma condição para a permanência dos mesmos no Brasil.

Ao que nos parece, uma passagem do Relatório de Tschudi (2004:29-30) informa a resposta recebida pelo Presidente quanto à sua reclamação referente às disputas entre católicos e protestantes:

Não é intenção do Governo Imperial que a intolerância seja praticada de uma maneira ou de outra. Assim, a 18 de agosto de 1858, o ministro do Interior, Marquês de Olinda, deu ao presidente da Província ordem formal de cuidar no sentido de que a maior tolerância fosse observada nas colônias, e escreveu nessa ocasião: “Deveis esclarecer a todos a quem isso concerne, que o Governo Imperial pretende fazer cumprir as prescrições da Constituição do Império, a qual garante a todos o culto de sua religião, a fim de que se respeitem reciprocamente”.

O fato da informação datar, segundo Tschudi (2004), do ano de 1858, ano seguinte à reclamação do Presidente José Maurício Pereira de Barros, e ser originária do Ministro do Interior, setor do Governo Imperial encarregado de responder sobre as questões relacionadas aos estabelecimentos coloniais, confirma que para o Estado as decisões quanto aos conflitos religiosos estavam pautados mais pelo dispositivo de tolerância religiosa do que para a afirmação da religião católica. Ainda que tal posicionamento desagradasse alguns governantes provinciais, as Colônias Imperiais de imigrantes, como era o caso de Santa Isabel, deviam seguir as orientações do Governo Central, cabendo às autoridades provinciais, pelo menos politicamente, um papel secundário. Ou seja, era de interesse do Governo Imperial garantir a tolerância religiosa, beneficiando assim, o empreendimento colonial em si.

Além disso, o fato de não encontramos novas referências a este caso, ou mesmo medidas para impedir a realização de sacramentos por parte dos pastores protestantes em outros Relatórios, reforça a hipótese de que as disposições constitucionais acerca da religião oficial foram amenizadas, tendendo para o princípio da tolerância religiosa.

Entre 1856 e 1860, devido às constantes pressões dos imigrantes protestantes quanto ao envio de pastores de sua confessionalidade, medidas já haviam sido tomadas no sentido de se colocarem pastores à disposição. No entanto, a morte prematura dos dois primeiros pastores protestantes, poucos meses após suas chegadas, também causou algumas desavenças, pois, os colonos protestantes acusaram os católicos de os terem envenenado. Segundo as informações de Tschudi (2004:28) isso não seria verdade tendo um falecido “[...] de enfraquecimento progressivo, o outro de febre tifóide”.

Mesmo assim, em 1860 um novo pastor foi enviado e a situação, pelo menos no discurso oficial, parece ter se apaziguado. No entanto, o Presidente da Província, José Fernandes da Costa Pereira Junior, em seu Relatório de 1861, admitia a existência de disputa entre católicos e protestantes, além de orientar o exercício da tolerância por parte dos católicos, colocando, mais uma vez, a importância dos imigrantes para a Província acima do respeito total à religião do Estado.

Os protestantes, que são em maior número, têm igualmente uma casa para celebração de seus ofícios e um pastor, Henrique Egger. Por algumas vezes tem aparecido na colônia pequenas contendas provenientes do espírito religioso; felizmente na atualidade tudo se acha em paz, depois de ligeiras indisposições despertadas pelos sinais de regozijo com que alguns católicos festejaram a conversão de um protestante. Mande recomendar a Frei Pedro Regalado que tivesse o maior cuidado em evitar que se insultasse o culto protestante; pois que a nossa lei constitucional ao mesmo tempo que reconhece o catolicismo como a religião do Estado, tolera e respeita as outras e sustenta a liberdade de consciência como um princípio inconcusso (PEREIRA JUNIOR, 1861:71).

O caso citado acima no Relatório parece ser o mesmo relatado por Tschudi (2004). No entanto, a conclusão que chegou o enviado suíço foi que a medida decorrente ia ao encontro da necessidade dos imigrantes protestantes e não necessariamente da Lei Imperial. Este autor mostra que a ação tomada pelo Presidente da Província foi dura contra os católicos, pois dificultava a aceitação de novos membros, tentando amenizar a tensão entre os grupos religiosos. Para Tschudi (2004:30), o desfecho do ocorrido foi a proibição das conversões de protestantes ao catolicismo:

Dois dias antes de minha visita a Santa Isabel, teve lugar a conversão ao catolicismo de um colono protestante, em circunstâncias que haviam provocado uma grande indignação entre os protestantes. O Presidente da Província dirigiu então uma nota ao sacerdote católico, na qual lhe dizia: "O Governo Imperial não trouxe colonos ao Brasil para ganhar almas para a fé católica, mas a fim de lhes assegurar uma existência e um futuro; ele proíbe, em consequência, qualquer conversão nas próprias colônias; se um colono sentir a necessidade de mudar de confissão, precisa ir à

capital e apresentar-se a ele, presidente, a fim de que ele se convença de que a conversão se deu espontaneamente, e o ato deve se dar numa igreja de Vitória.” Essa ordem é um testemunho do desejo do Governo Imperial de combater, tanto quanto possível, o proselitismo.

As conseqüências, no entanto, não ficaram restritas apenas à indignação. O caso se desenvolveu com a ajuda dos representantes católicos que distribuíram e lançaram “rojões e fogos” em comemoração à conversão de colonos. A irritação de um colono protestante de Hamburgo teria feito que ele entrasse em conflito direto com os católicos fazendo com que “[...] ele perdesse alguns dentes na briga” (TSCHUDI, 2004:68).

Fica claro mais uma vez, a partir da resposta dirigida pelo presidente da Província ao representante católico, juntamente com fato narrado por Tschudi (2004), que a orientação Imperial de encarar o caso dos conflitos religiosos a partir do princípio da tolerância religiosa foi entendida e repassada pelos dirigentes aos funcionários diretos da Colônia, mas nem sempre praticada por estes.

Uma das conseqüências do ocorrido foi a substituição do Frei capuchinho católico, Wendelin Gaim que, como já citado, teve uma administração considerada aquém das necessidades da Colônia, além de ser considerado um dos responsáveis pelo proselitismo na Colônia, pelo oficial prussiano Adalberto Jahn, em 1858. Assim, “[...] a direção de Santa Isabel foi confiada a um ex-oficial prussiano, sr. Adalberto Jahn, homem de perfeita probidade que, aliando a seus vastos conhecimentos um caráter firme e uma rigorosa imparcialidade, cumpre sua missão de maneira honrosa” (TSCHUDI, 2004:28).

A nomeação de Adalberto Jahn, para o cargo de Diretor da Colônia de Santa Isabel, atendia às questões administrativas, mas, principalmente, aos desentendimentos religiosos que após sucessivas constatações por parte das autoridades deviam ser detidas de alguma maneira. Adalberto Jahn acumulou o cargo de Diretor da Colônia com a do Engenheiro Oficial, responsável pela demarcação dos lotes, atendendo a duas necessidades administrativas.

Ademais, coadunando com Grosselli (2007), ao nomear para os cargos administrativos de dentro das Colônias, pessoas que compartilhavam a língua alemã, garantiu-se a manutenção da comunidade alemã a partir de traços culturais inerentes da Nação de origem dos colonos.

Ao que parece, no entanto, pelo menos no discurso oficial, problemas decorrentes de intolerância cultural e religiosa, não foram suficientes para entravar o desenvolvimento da Colônia, que continuava a prosperar. Essa suposta abundância pode ser questionada quando levamos em consideração os depoimentos do Barão Tschudi (2004), acerca das condições de instalação dos colonos tanto na colônia de Santa Isabel, quanto na de Santa Leopoldina. Segundo o autor, somente a partir de 1858, quando da nomeação de Adalberto Jahn, a Colônia de Santa Isabel pode prosperar, sendo que no período anterior, prevalecia a desordem, sem existir nem mesmo uma lista nominativa dos colonos ali instalados.

Pela análise proferida, observa-se que a cisão entre católicos e protestantes, inseridos na Colônia de Santa Isabel, foi motivo de disputas internas e externas, até porque a religião, naquele contexto, aglutinava os demais setores da sociedade como: ensino, economia, política e cultura. Portanto, a rivalidade estabelecida desde a fundação da Colônia, entre católicos e protestantes, acabou por provocar discórdias e desentendimentos que extrapolavam a esfera religiosa.

Diante da constatação, no Capítulo 3, se recorrerá à temática religiosa para a compreensão de como esta sociedade se desenvolveu no Espírito Santo. Buscar-se-á, portanto, compreender até que ponto a religião influenciou para que outros traços culturais fossem transmitidos pelos colonos aos seus descendentes, o que, de certa forma, garantiu a permanência de traços culturais dos teutos em território capixaba.

3. Aspectos Culturais em Santa Isabel

3.1 Crimes e Sociabilidades: Autos Criminais

Como exposto, na visão dos Presidentes da Província do Espírito Santo, os empreendimentos coloniais significavam povoar terras devolutas, tornando-as produtivas. Neste duplo caminho de povoamento e exploração econômica, a partir das falas das autoridades, encontra-se também a influência cultural proporcionada pela imigração. Diante da constatação, a análise de outras fontes primárias respalda a vivência do colono, com seus hábitos e costumes, principalmente nos limites de Santa Isabel.

Neste sentido, observar as diferenças existentes entre os imigrantes possibilita conhecer melhor e caracterizar o complexo núcleo colonial que se formou ainda na década de 1840, no Espírito Santo. Os colonos se encontravam em uma realidade diferente daquela que estavam acostumados e, com isso, impunha-se a necessidade de uma organização social sob condições diversas de seus lugares de origem.

Ademais, além da força de trabalho, os imigrantes também trouxeram consigo um modo de vida, uma língua estranha aos aqui nascidos, uma religião diferente, dentre outras coisas. Pelas fontes oficiais foi possível observar que, muitas vezes, essas diferenças configuravam-se como um problema a ser enfrentado pelas autoridades, principalmente no que tange à religião.

Apesar de compartilharem muitos traços em comum, chegando a serem tratados pelo Governo e sociedade brasileira sob a denominação homogeneizante de colono, os teutos pertenciam a grupos sociais diversos, com origem de diferentes territórios da Alemanha, ou mesmo de países vizinhos de fala alemã, o que os distinguiam uns dos outros. Pela visão de fora, a Colônia apresentava um quadro, pelo menos nos primeiros anos que se sucederam à sua fundação, de uma povoação de mesma origem cultural e étnica. Não demorou muito tempo para que os representantes do poder público percebessem que os colonos de origem ariana, com características físicas semelhantes entre si, como pele branca e olhos claros, possuíam identidades diversas, principalmente quando a questão envolvia a opção religiosa.

Portanto, o conhecimento da imigração alemã no Espírito Santo passa, em certa medida, pela identificação destas semelhanças e divergências que envolviam os colonos aqui estabelecidos a partir da segunda metade do Oitocentos.

Assim sendo, enquanto nos capítulos anteriores foram abordados fatos referentes à fundação e desenvolvimento da Colônia Santa Isabel, neste terceiro capítulo o intuito é mergulhar um pouco mais na vida destes imigrantes, a fim de descortinar alguns traços marcantes da cultura teuta mantidos na realidade da Colônia, que influenciaram, mais tarde, a composição cultural do Espírito Santo.

Com o propósito de conhecer melhor as características da sociedade teuta, constituída a partir da fundação de Santa Isabel, fontes que a primeira vista não tiveram o propósito de testemunhar as relações sociais estabelecidas foram consultadas, tendo em mente a exposição da sociedade que se pode observar nas “entrelinhas” destes documentos. O maior exemplo destas fontes, os Processos Crimes ou Autos Criminais, além de informarem questões concernentes à criminalidade e o emprego da justiça, se traduzem em material de extrema importância do contexto social, na medida em que expõem as relações e os espaços conflituosos de determinada sociedade.

É justamente neste sentido que serão tratados os Processos Crimes, gerados a partir da apuração de questões conflituosas estabelecidas na Colônia Santa Isabel, tendo como personagens os estrangeiros e seus descendentes que tiveram de prestar contas com a Justiça, para muitos deles desconhecida. Portanto, a partir da leitura destas fontes é possível apreender com mais rigor as formas de se relacionar e os espaços de sociabilidades mais importantes, identificados pelo conflito e/ou pela rotina dos colonos.

Deste modo, a partir de agora apresentaremos informações encontradas nos Processos Criminais referentes à Colônia de Santa Isabel, entre as décadas de 1850 e 1880, constantes no acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Foram coligidos dezessete Processos Crimes, concernentes à Colônia, porém o reduzido número não significa a inexistência de conflitos. Muito embora os referidos documentos sirvam para exemplificar o comportamento delituoso dos colonos, o

principal objetivo, diante da limitação deste corpo documental em termos de números, será sua análise qualitativa.

Não foram localizados no acervo processos referentes à Santa Isabel envolvendo imigrantes, anteriores à década de 1850, embora seja constatada a existência de conflitos desde sua fundação. Apesar da opção pelo tratamento qualitativo das informações contidas nos Processos, torna-se relevante a apresentação de alguns dados gerais sobre o corpo documental em questão. Assim, a Tabela 4 demonstra o número de processos encontrados e sua distribuição ao longo do tempo.

TABELA 4
Processos Crimes Envolvendo Imigrantes de Santa Isabel

Ano	Número de Processos
1859	1
1863	2
1864	1
1873	1
1880	1
1883	3
1884	1
1886	1
1887	2
1888	4

Fonte: APEES. Fundo Polícia.

Como demonstra a Tabela 4, foram encontrados dezessete Processos, sendo a maioria da década de 1880. Diante do número reduzido de Processos, podemos levantar algumas hipóteses para o que tenha ocorrido na Colônia. A primeira hipótese, talvez a menos provável, diz respeito à não ocorrência de conflitos com frequência, suposição que pode ser questionada pela análise já proferida quanto às disputas religiosas e de ocupação da terra. A segunda hipótese, muito mais provável, seria da resolução dos conflitos internamente, o que explica outro dado encontrado nos processos, a relevância do crime para ser objeto de apuração da

Justiça. Ou seja, somente questões não resolvidas pelos próprios colonos, com o emprego de seus valores morais e éticos, seriam levadas às instâncias brasileiras de julgamento.

Como respaldo à segunda hipótese levantada, torna-se relevante o conhecimento dos crimes julgados nos dezessete processos estudados. Pela Tabela 5, observa-se que, ao contrário do encontrado para toda a Comarca de Vitória por Fabíola Bastos (2009:128-129) – 79 Autos Criminais relativos ao período de 1850 a 1872, sendo a maioria motivada por agressões físicas, 45 processos, seguidos pelos 34 casos de injúrias –, a tipificação dos crimes em Santa Isabel revela a gravidade dos mesmos quando chegavam ao conhecimento do poder público, fator que fica ainda mais evidente quando da leitura de cada caso.

TABELA 5
Delitos Cometidos em Santa Isabel

Tipos de delito	Década 1850	Década 1860	Década 1870	Década 1880
Agressão física	1	2	1	3
Homicídio	-	1	-	2
Injúria	-	-	-	1
Ameaça de Morte e Injúrias (dirigidas à autoridade)	-	-	-	1
Responsabilidade e ofensa à autoridade	-	-	-	1
Inquérito para verificar invasão de lotes	-	-	-	1
Inquérito para verificar ferimento por arma de fogo	-	-	-	1
Inquérito para verificar problemas relacionados a Medição de terras	-	-	-	1
Total	1	3	1	12

Fonte: APEES. Fundo Polícia.

Pela análise proferida por Bastos (2009), era comum que fofocas e injúrias, relativas a atritos pessoais, fossem resolvidas pelas instâncias policiais e judiciais. Apesar do referido estudo se pautar em processos desenrolados para toda Comarca da

Capital²², o propósito do mesmo era estabelecer os espaços de sociabilidades, principalmente em Vitória, sede do Governo Provincial. Na observação da autora, no entanto, a quantidade de processos encontrados não significa a disseminação da violência em Vitória, ao contrário, serve como termômetro das relações sociais em conflito. Da mesma forma, os Autos Criminais de Santa Isabel expõem elementos de identificação do arranjo social que se estabeleceria.

Cabe ressaltar outro fator relevante, a presença ou não de um Corpo Policial na Colônia, e se isso pode ter contribuído para que muitos delitos não fossem averiguados. Tal proposição pode ser levada em consideração se pensarmos, por exemplo, que Santa Isabel, até 1866, estava subordinada à Freguesia de Viana, tanto no que concerne a administração quanto a vigilância e contenção de crimes. Encontramos indício desta proposição em um artigo, publicado no dia 22 de Outubro de 1871, no Jornal “O Espírito Santense”, na seção denominada “Interior”. Um correspondente particular que assina apenas “P.E.” trata de vários assuntos relacionados à Colônia, porém, para nossa análise interessa a parte em que trata da situação de Santa Isabel após sua emancipação em 1866. Segundo o autor da publicação:

Em 1867, a assembléia provincial elevou à categoria de freguesia esta colônia. Até agora, porém, este título não foi canonicamente confirmado, e assim vivemos, sem saber o que somos! [...] Para cúmulo de todos os males, nem autoridade policial temos! [...] e aqui está uma população imensa, a maior parte estrangeira, sob a fiscalização de três cidadãos, que tem o pomposo título de inspetores de quarteirão tendo cada um desses quarteirões mais de 150 fogos! Nos domingos o povo aglomera-se nos dois povoados, em que estão as igrejas católica e protestante. Depois da oração (os católicos não tem pastor) não é difícil ver-se um rixoso alcoolizado, e

²² Em 1868, segundo Relatório do Presidente da Província Francisco Leite Bittencourt Sampaio, a Comarca de Vitória era composta pelas seguintes freguesias: Vitória, Espírito Santo, Carapina, Cariacica, Queimado, Viana e Santa Leopoldina (SAMPAIO, 1868). Santa Isabel mesmo após sua emancipação continuou a pertencer ao Termo de Vitória, estando seus Autos Criminais e Inquéritos Policiais depositados no APEES, conjuntamente com os das outras localidades já citadas.

disto, às vezes, provém cenas desagradáveis. A vista do exposto, o Exm^o. Sr. Dr. chefe de polícia, a quem consagro toda a estima e consideração, não levará a mal que lhe peça, que proponha e consiga a criação aqui de um distrito policial, ou ao menos um destacamento de 4 praças da polícia.

Fato este que corrobora com a constatação de Ivan Velasco (2007:254-255) a respeito da falta de aparato policial na maioria das localidades brasileiras durante o século XIX:

Consideradas as condições materiais e os efetivos das forças regulares encarregadas da manutenção da ordem pública durante a primeira metade do século XIX, poderíamos afirmar que na maior parte do território nacional, à exceção da Corte e de algumas capitais de província, parece ter existido uma sociedade sem policiamento. Ou, pelo menos, uma sociedade na qual a existência da polícia foi muito pouco relevante.

Apesar de não conseguirmos identificar a data de criação da Subdelegacia em Santa Isabel, notamos que os cinco primeiros processos, referentes aos anos de 1859, 1863, 1864 e 1872 foram autuados em Viana, enquanto os Inquéritos Policiais²³, a partir de 1880 foram lavrados na Subdelegacia de Santa Isabel. Nesse sentido, a falta de uma Subdelegacia de Polícia, localizada na Colônia, aparece como uma possível causa para que muitos casos não fossem levados à justiça, indicando que a maioria dos conflitos tenha sido resolvida entre os próprios colonos, sem o conhecimento das autoridades judiciais. No entanto, pela análise do Auto Criminal que apurava a morte de Gustavo Bungestab, ocorrida em 25 de junho de 1863, fica clara a existência de um quartel nas proximidades da Igreja Católica. Mais

²³ Importante destacar que até 1871, Delegados e Subdelegados possuíam o poder de proferir sentenças judiciais. A partir do referido ano, com a instituição da Lei 2033, de 20 de novembro, regulamentada pelo Decreto 4.824 de novembro de 1871, Delegados e Subdelegados deixaram de proferir sentenças, passando a ser a principal atribuição dos corpos policiais a construção do Inquérito Policial, composto pela averiguação das provas e testemunhas dos delitos (ALMEIDA, 2007).

adiante discutiremos a ocorrência, no momento, cabe aqui citar apenas que o assassinato de Bungestab foi resultado do confronto de alemães com os soldados que serviam no quartel da Colônia.

Outro aspecto que dificultava a apuração dos conflitos era o acesso às demais localidades, mesmo para a Freguesia de Viana, sendo obstáculo para a contenção e investigação de crimes em Santa Isabel.

Portanto, os conflitos de menor gravidade parecem não terem sido levados ao conhecimento das autoridades policiais, reservando-se a isso casos em que havia algum tipo de ferimento físico, conflitos anteriores entre os envolvidos, ou alguma forte intenção por parte da vítima em que o agressor fosse punido com os rigores da Lei²⁴.

²⁴ De acordo com o Código Criminal do Império os delitos referentes à agressão física e a pena máxima estão referidos da seguinte forma: Art. 201. Ferir ou cortar qualquer parte do corpo humano ou fazer qualquer outra ofensa física, com que se cause dor ao ofendido; No grau máximo punida com um ano de prisão, e multa correspondente à metade do tempo; Art. 202. Se houver ou resultar mutilação ou destruição de algum membro ou órgão, dotado de um movimento distinto, ou de uma função específica, que se pode perder sem perder a vida; No grau máximo punida com seis anos de prisão com trabalho, e multa correspondente à metade do tempo, da mesma forma é punido o art. 203. Art. 203. A mesma pena se imporá no caso em que houver ou resultar inabilitação de membro ou órgão, sem que, contudo fique destruído; Art. 204. Quando do ferimento, ou outra ofensa física, resultar deformidade; No grau máximo punida com três anos de prisão com trabalho, e multa correspondente à metade do tempo; Art. 205. Se o mal corpóreo resultante do ferimento ou da ofensa física produzir grave incomodo de saúde, ou inabilitação para o serviço por mais de um mês; No grau máximo punida com oito anos de prisão com trabalho, e multa correspondente à metade do tempo; Art. 206. Causar à alguém qualquer dor física com o único fim de injuriar. No grau máximo punida com dois anos de prisão, e multa correspondente à duas terças partes do tempo. Importa destacar também o art. 193 do código criminal, pois, no caso de José Pereira Duarte, o Promotor assim o qualifica. Art. 193. Se o homicídio não tiver sido revestido das referidas circunstâncias agravantes. Punida com galés perpétuas no grau máximo; In: Código Criminal do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert. 1873. apud CARNEIRO, Deivy Ferreira. Conflitos, crimes e resistência: / Deivy Ferreira Carneiro. Uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (Juiz de Fora – 1858/1921). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2004. E Código Criminal do Império do Brasil. Rio de Janeiro. Carlos Antonio Cordeiro. 1861.

Este tipo de comportamento, em que apenas os conflitos mais sérios foram levados ao conhecimento e atuação das autoridades, reflete um traço das classes baixas germânicas tal como descrita por Norbert Elias (1997:73-75). Segundo o autor, na Era Guilhermina por qualquer que fosse o motivo de conflito entre os mais pobres, o confronto físico era visto como uma forma de resolução, desde que não fossem produzidos graves danos. Contrariamente, o mesmo autor expõe o rigor das penas impostas caso houvesse empregos de armas ou morte de um dos envolvidos, situação em que poderiam ser mortos em nome da Lei do Estado. Esse padrão se opunha aos rituais de combates dos nobres que possuíam meios formalizados de duelo para resolver suas desavenças.

Já Deivy Ferreira Carneiro (2004), em estudo sobre os conflitos envolvendo germânicos e seus descendentes em Juiz de Fora, argumenta que as ofensas físicas são indicadores e produto do conflito humano, e que estão vinculadas a um tipo de sociedade. Por este viés, através da análise do tipo de conflito, é possível vislumbrar padrões de violência e valores presentes no conjunto social.

Para a Colônia Santa Isabel, observando a predominância de casos envolvendo agressões físicas entre as décadas de 1850 e 1870, quatro ocorrências contra um homicídio, evidenciam-se os conflitos como fruto das relações estabelecidas entre os colonos que não foram solucionados pelos mesmos.

Já os Processos ocorridos na década de 1880, época em que encontramos os primeiros casos autuados na Subdelegacia de Polícia de Santa Isabel, não se constata uma alteração significativa na posição dos habitantes ao procurarem as autoridades policiais para resolver suas questões, ou seja, quando algum tipo de delito físico tenha ocorrido. Antes disso, verificamos a presença do aparelho repressor em outras esferas de relação como, por exemplo, a investigação de questões relacionadas à posse de terras e crimes de ofensa a autoridade.

Outro detalhe que chama a atenção, quando da análise das fontes criminais, diz respeito aos espaços em que se desenvolveram os delitos. Dos dezessete processos, em onze casos investigados os crimes se iniciaram em locais públicos: seis em vias públicas, rua ou estrada; quatro ocorreram em comércios e um se iniciou na Igreja Matriz de Santa Isabel. Ainda constam quatro ocorrências

desenvolvidas em espaços privados e duas de cunho administrativo envolvendo questões de medição e invasão de terras.

No próximo tópico será abordada a relação dos espaços públicos com o cotidiano dos colonos de Santa Isabel, tendo em vista as questões religiosas e demais conflitos. A predominância do meio público na efetivação do conflito reflete a importância deste espaço para o estabelecimento de relações sociais vinculadas, principalmente, às necessidades dos colonos em frequentar o Povoado para praticarem o comércio e cumprir com suas obrigações religiosas.

3.2 Relações Sociais e Espaços Públicos

A diferença de confessionalidade tornou-se uma questão tão importante, senão central, no contexto de formação da Colônia de Santa Isabel que tanto os Presidentes da Província quanto os Diretores da Colônia, ao abordarem os dados populacionais em seus Relatórios, mencionam a divisão da população entre protestantes e católicos. Entre os imigrantes, a diferença religiosa tornou-se mais relevante que a diferenciação a partir do país ou região de origem, no que concerne à sua identificação.

Assim, os quadros estatísticos oficiais, além de apontarem o número de pessoas, país ou região de proveniência, sexo e faixa etária, contêm identificação referente ao número de católicos e protestantes, principalmente nos anos que antecederam a emancipação da Colônia. Em termos gerais, a informação aparece mais vezes que a identificação da região de origem dos imigrantes.

TABELA 6

População Católica e Protestante – Santa Isabel, 1857, 1863-1866

Ano	Católicos	Protestantes
1857	139	100
1863	449	471
1864	452	479
1865	597	512
1866	610	515

Fonte: APEES, Livros 17 e 27 – Fundo Governadoria.

A informação constante na Tabela 6 torna-se relevante quando o espaço religioso é observado como o principal aglutinador das relações sociais dentro da Colônia Santa Isabel. Seja na Igreja Católica, seja na Protestante, os encontros semanais envolvendo os rituais litúrgicos, proporcionava ao colono o momento de freqüentar os estabelecimentos comerciais, encontrar conhecidos e colocar a conversa em dia. A partir da cisão religiosa se estabeleceram dois espaços sociais dentro da Colônia de Santa Isabel.

Em 31 de março de 1859, o Diretor da Colônia, Adalberto Jahn, informava ao Presidente da Província, Pedro Leão Veloso, sobre a construção da nova Igreja Católica, levantada toda em pedra e com mão de obra dos próprios católicos, que custaria aos cofres públicos sete contos de réis.

Já a Capela dos Evangélicos (Figura 3), denominação genérica que receberam os protestantes (luteranos, calvinistas), foi construída com a utilização de madeira e terra, sendo o trabalho realizado pelos próprios fiéis, também com o auxílio financeiro do Governo Imperial, de um conto de réis, quantia muito inferior a do empreendimento católico (APEES, Livro 27:83).

Pela Figura 3, observa-se que a “Capela Evangélica”, projeto do Diretor da Colônia, que acumulara a função de Engenheiro Oficial da obra, tratava-se de uma construção modesta, assemelhando-se a planta de uma casa comum. No entanto, ao observarmos o desenho do altar na parte inferior à esquerda da planta, percebemos tratar-se de uma Igreja. Destacam-se ainda que as janelas, lembrando vitrais, a porta de duas faces e um pequeno vitral circular acima da porta seriam as principais diferenças em relação a uma construção comum. Não há cruz, sinos ou torre na fachada o que permite afirmar que não havia qualquer forma exterior de templo, distinguindo esta construção das Igrejas Católicas, e respeitando-se a legislação imperial. A torre só foi acrescentada à construção em 1887, antes, portanto, do fim do Período Imperial, sendo a primeira igreja protestante no Brasil a ostentar essa característica.

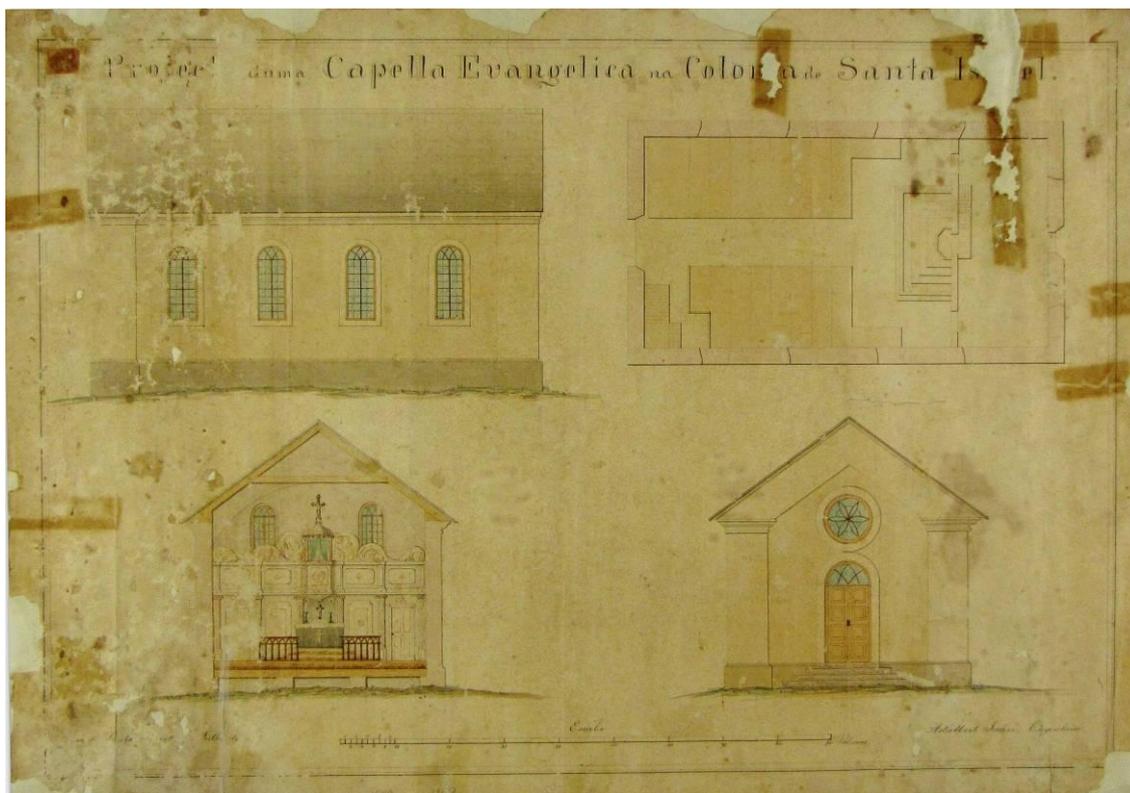


Figura 3: Projeto de uma Capela Evangélica na Colônia de Santa Isabel. Engenheiro Adalberto Jahn, 1859.

Fonte: APEES, Acervo da Mapoteca – 291 (M 11) (C).

Na próxima figura, uma planta de 1864, consta o projeto da Casa de Oração Protestante, a ser construída na Colônia. Trata-se também de um projeto pautado pela simplicidade da construção. Neste caso, podemos visualizar a existência de uma cruz na fachada, não presente na figura anterior, o que, como mencionado, contrariava a legislação vigente.

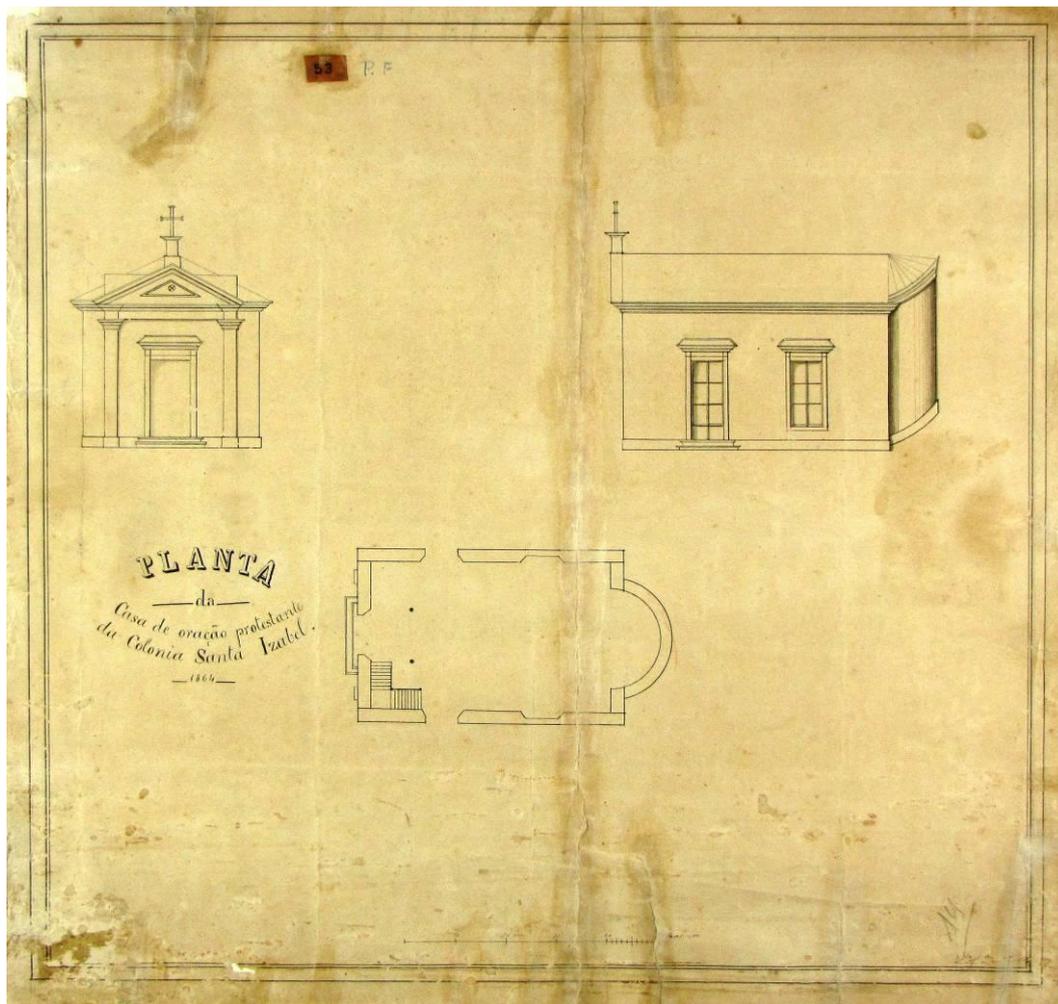


Figura 4: Planta da Casa de Oração Protestante da Colônia de Santa Isabel, 1864.
 Fonte: APEES, Acervo da Mapoteca – 290 (M 11) (C).

Devemos ter em mente que a simplicidade deste tipo de construção não se pautava apenas pelos poucos recursos possuídos pelas comunidades evangélicas que desenvolveram-se no Brasil a partir da imigração. Segundo Lori Altmann (2005:51):

Os lugares de culto, sua arquitetura e a apresentação dos espaços litúrgicos, são elementos constitutivos de uma cultura religiosa, étnica e historicamente delimitadas. O que tem me impressionado na maior parte dos templos luteranos é a sua austeridade e simplicidade do ponto de vista de expressão artística. A primeira vista, pode parecer resultado de uma carência do ponto de vista econômico, principalmente em comunidades de área rural, mas ao estudarmos a história da reforma e a teologia luterana percebemos que existem motivações muito mais complexas do que as explicitadas pelas condições econômicas.

Dentre as influências das construções protestantes Altmann (2005:59) destaca, ainda, que a “Reforma Luterana, sobretudo a dos seus sucessores, como Calvino, representa uma ruptura e combaterá a estética da imagem e a extensão do sacrilégio do culto aos santos.” E completa: “O iconoclasmo traduziu-se historicamente nas destruições de estátuas e de quadros. Este iconoclasmo, no meio protestante, no sentido de “destruição de imagens”, diminui de intensidade no que diz respeito a certo culto às Escrituras e também à música”.

Assim, ao analisarmos os dois casos apresentados pelas Figuras 3 e 4, em Santa Isabel parecem estar presentes tanto os elementos teológicos protestantes, representados pela simplicidade exterior da construção assemelhando-se a uma casa comum, quanto fatores econômicos, uma vez que o recurso destinado para a construção foi sensivelmente menor.

Pela análise das próximas imagens (Figuras 5 e 6) podemos notar a divisão que se estabelecera na Colônia, resultante das fundações das duas igrejas: Católica e Protestante. Estas imagens compõem um documento datado 28 de Janeiro de 1861, enviado pelo diretor da colônia Adalbet Jahn, ao Presidente da Província Antonio Alves de Souza Carvalho, propondo dois projetos para o estabelecimento da Povoação (APEES, Livro 27:209-211). O documento informa ainda, que apesar da fundação da Colônia ter ocorrido em 1847, não houve de imediato a preocupação com a fundação de um núcleo urbano. Nesta condição, os colonos ficavam acomodados em barracões provisórios até construírem suas casas nos lotes rurais que viriam a ocupar. A iniciativa de se constituir o Povoado foi do próprio Diretor, Adalberto Jahn, entre 1860 e 1861, ao assumir a administração da Colônia alguns anos antes.

Assim, o primeiro projeto apresentado por Adalberto Jahn, Diretor da Colônia, em 1861, continha a descrição do assentamento do povoado, tomando como referência o prazo doado à Igreja Católica de 118.000 braças quadradas, o que provocou a necessidade de indenizar a Igreja pelos trabalhos realizados no lote doado, em dois contos de réis. Adalberto Jahn menciona também a doação de um terreno de dimensões parecidas para a construção da Igreja Protestante (APEES, Livro 27:202-203).

O prazo destinado ao assentamento da povoação é o da igreja Católica à qual ele pertence como patrimônio, como se diz na colônia. Por falta de documentos não posso dar conscienciosa informação em tal respeito, mas segundo meu parecer e ainda mais convencido que o Governo Imperial deu um igual terreno como patrimônio à igreja evangélica, o prazo em questão pertence a igreja católica. Em consideração destes motivos, julgo conveniente e urgente que caso se realize a idéia da fundação da povoação, de indenizar a igreja pelos trabalhos que se fizeram em derrubadas, plantações pasto etc. Tenho exposto isso ao Frei Pedro, que não obstante da vantagem e mesmo necessidade dum tal centro colonial, ficou contra tal projeto e por esta razão comigo não deliberou sobre necessários arranjos (sic), como são terreno e morada do mesmo, lugar conveniente para o cemitério etc. O prazo inteiro tem uma área de 118.000 braças quadradas, (?) 198 braças de frente e 600 de fundo. Por razão que a maior parte do terreno é muito montanhosa, serve para a povoação só uma parte do prazo de maneira que ainda a outra parte ficará disponível. A Igreja formando o centro da povoação é distante do rumo Sul 350 braças, do rumo Norte 250, do rumo Este 110 e do rumo O 88 braças.

Segundo o mesmo documento, os prazos urbanos teriam 10 braças de frente e 50 de fundo, contabilizando um total de 80 a 90 famílias que poderiam se instalar na povoação. As cinco ruas do povoado receberiam os nomes de Rua do Imperador (situada na horizontal, parte esquerda inferior da figura); São Pedro (situada na horizontal, parte esquerda superior da figura, paralela à Rua do Imperador); Rua do Adalberto (situada na parte esquerda do mapa, cortando perpendicularmente as ruas São Pedro e do Imperador); Rua Santa Marta (parte norte da figura); e Rua do Carvalho (situada na parte leste). Interessante notar que as ruas foram batizadas pelo diretor homenageando autoridades políticas (o Imperador e o então Presidente de Província), a si próprio, e a santos católicos. Jahn identificou ainda 8 prazos situados entre a Rua do Imperador e a São Pedro, falando da possibilidade de expansão do Povoado. Com o intuito de melhor explicitar estas informações, Adalberto Jahn confeccionou o Projeto da Povoação (Figura 5), em dezembro de 1860, com a localização do povoamento de Santa Isabel.

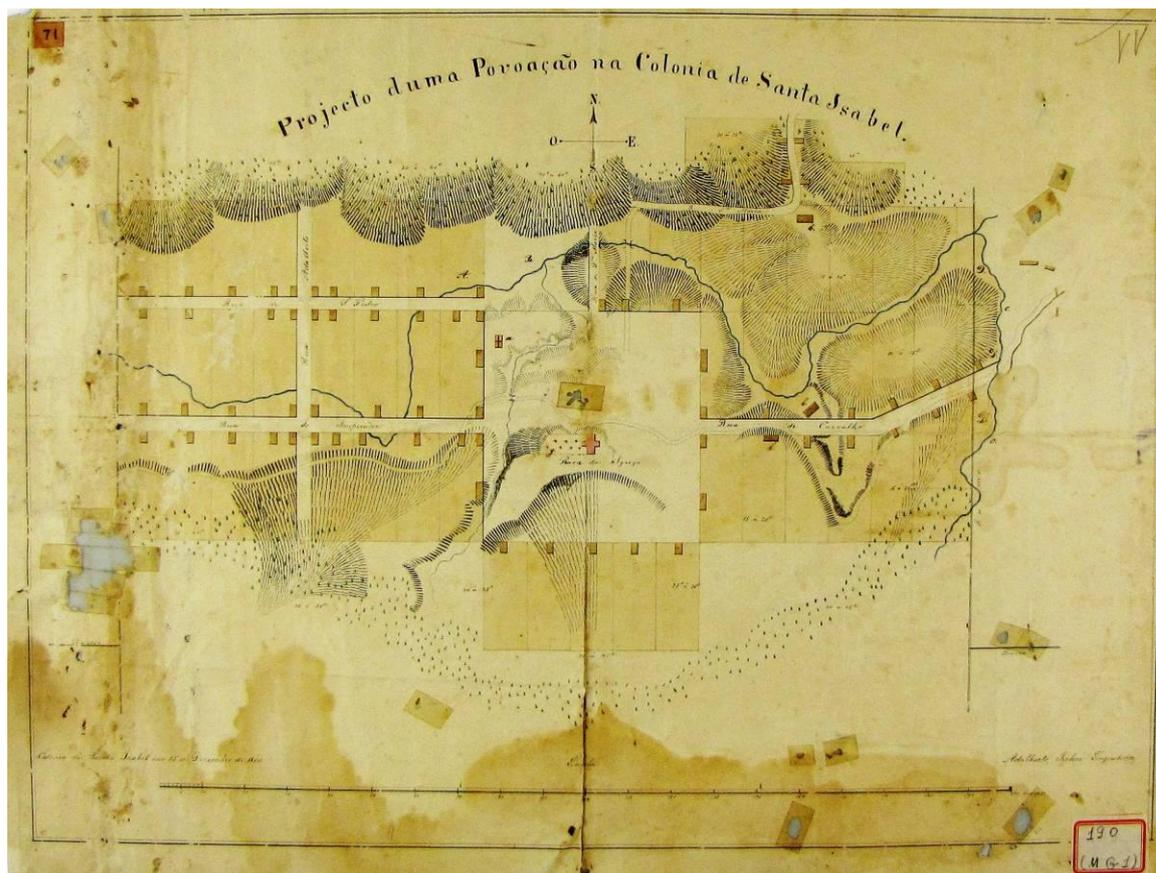


Figura 5: Projeto de uma Povoação na Colônia de Santa Isabel. Engenheiro Adalberto Jahn, 1860.

Fonte: APEES, Acervo da Mapoteca – 190-MG1.

Pode-se observar que a igreja católica, identificada pela cruz vermelha, ocupa a parte central do povoado e as ruas são planejadas a partir de sua localização. A igreja protestante, no projeto de Jahn, ficaria localizada às margens da Rua Santa Marta (na parte superior da figura) já na saída norte do povoado.

A Figura 6 mostra o segundo projeto de estabelecimento da povoação proposto por Jahn. As cruzes vermelhas indicam os locais reservados para as duas igrejas. No quadrado superior, com a cruz vermelha, está indicada a sede do Povoado de Campinho, um dos poucos espaços planos existentes na Colônia onde foi construída a Capela Evangélica, em 1866 (APEES, Livro 27:691). A partir daí, predomina, neste local, a presença dos colonos protestantes e as relações sociais e econômicas dos mesmos. Fazia parte do Povoado, um cemitério, disposto na parte superior ao lado direito da Capela, pertencendo à área da mesma.



Figura 6: Projeto de uma Povoação e do Pasto da Colônia de Santa Isabel. Engenheiro Adalberto Jahn, 1861.
Fonte: APEES, Acervo da Mapoteca – 188-MG1.

No quadrado ao centro da Figura 6, ficava a sede administrativa da Colônia. Bem no meio do quadrado estava reservado o espaço para a construção da Igreja Católica, que não chegou a ser transferida para o local especificado, também sendo identificada com a cruz vermelha. No mesmo espaço, nota-se a presença de uma escola na parte inferior do quadrado. Da mesma forma que houve a divisão religiosa com a construção das duas Igrejas, observa-se na parte esquerda e abaixo da sede, a existência de outro cemitério voltado a atender a população católica.

Segundo a descrição do Diretor, neste segundo projeto, o Povoado ocuparia o prazo destinado para o pasto geral, contendo as dimensões de um lote rural, ou seja, 60.000 braças quadradas, sendo ali pensada a instalação da menor parcela, destinada à instalação da Igreja e do cemitério protestante. No entanto, para atingir tais dimensões o Governo deveria comprar o prazo do colono Pedro Seith e parte dos lotes rurais dos colonos Adam Weindt e Henrico Bautz. Diante desta situação, constata o inconveniente de que os colonos citados, por não desejarem vender seus lotes, o fariam apenas por quantias bastante elevadas, chegando a somar treze contos de réis, enquanto o orçamento pensado pelo Diretor aponta a quantia total de oito contos. Para Jahn a quantia de oito contos seria vantajosa para o Governo, pois com a venda dos prazos urbanos o saldo final da empreitada teria um ganho de um conto de réis (APEES, Livro 17:209-211).

Porém, o mais interessante é o fato de que nas duas opções apresentadas pelo Diretor/Engenheiro (Figuras 5 e 6), a Igreja Católica assume local de destaque. Considerando a disposição da maioria das cidades brasileiras, como, por exemplo, as cidades da Província das Minas Gerais, amplamente influenciadas pelo catolicismo lusitano, a Igreja Católica normalmente marca o centro da povoação. Sendo assim, é válido pensar que esta percepção sobre as cidades brasileiras não escapava ao engenheiro prussiano, responsável pelos dois projetos.

A vantagem do projeto, representado pela Figura 6, na visão de Jahn, consistiria, então, em reservar maior espaço à Igreja Evangélica, apesar desta ceder lugar à Católica no centro. Ao fazer tal consideração, fica evidente também que não escapavam à percepção do Diretor as experiências conflituosas entre colonos católicos e protestantes, ocorridas na Colônia desde sua fundação.

Os lotes identificados em vermelho, com cruces, foram cedidos como patrimônio às comunidades. O que está situado mais ao centro trata-se do lote destinado à comunidade católica, onde desenvolveu-se a Povoação de Santa Isabel, sendo também a primeira sede administrativa da Colônia. O outro, destinado à comunidade protestante e sede da primeira capela²⁵. No centro da figura, destacado em verde, está identificado o Pasto Geral e logo acima um terreno que, segundo Jahn, pertenceria ao Estado, local onde seria mais vantajoso o estabelecimento do povoado (conforme Figura 6). Neste local, em 1866, como dito anteriormente, foi edificada uma nova capela protestante e os colonos desta confessionalidade começaram a dirigir-se para lá.

Enfim, considerando a atual situação da distribuição urbana do Município de Domingos Martins, denota-se que os projetos se desenvolveram com algumas alterações. Em torno da Igreja Católica desenvolveu-se uma povoação, que herdou o nome da antiga Colônia; já nas proximidades da Capela Protestante, hoje Igreja Luterana, situada em Campinho, também se desenvolveu uma povoação que, mais tarde, passaria a ser a sede do Município de Domingos Martins.

A partir da visualização espacial dos dois povoados, Campinho e Santa Isabel, espaços públicos onde se concentraram as relações sociais dos colonos, e com o auxílio de alguns Processos Criminais e demais fontes, podem-se destacar a importância destes povoados para a comunidade imigrante. Neles se estabeleceram, além das Igrejas, os demais espaços públicos de convívio coletivo como: as escolas, as vendas, a administração, e, mais tarde o quartel e Subdelegacia, os últimos três apenas no Povoado de Santa Isabel. Os colonos frequentavam os povoados, principalmente para cumprir suas obrigações religiosas, momento que aproveitavam para adquirir mercadorias no comércio local, beber com os conhecidos e saber sobre as últimas notícias ocorridas na Colônia. Diante disso, se procederá à caracterização de alguns destes espaços públicos.

²⁵ Atualmente neste local, encontram-se os túmulos dos dois primeiros pastores protestantes, bem como uma placa em homenagem aos imigrantes da Colônia Santa Isabel.

O primeiro a ser analisado, os locais destinados à oração, representaram, na visão do poder público, espaços de conflitos motivados por questões religiosas. Um bom exemplo pode ser apreendido pelo documento, de junho de 1858, em que o Pastor Julio Koenig, relata uma confusão motivada pela edificação da Igreja Protestante. No Ofício, o referido Pastor informa também sobre a situação, na qual Santa Isabel não contava com ministro voltado para a realização da obra protestante, até sua chegada. Pela citação seguinte, o Pastor solicita providências para que os colonos protestantes tenham os mesmos direitos dos católicos, principalmente, quanto às questões envolvendo o registro de nascimento, à época legitimado pelo registro batismal do padre católico; a liberdade de culto, já garantida pelo Governo Imperial; e o acesso à educação.

Constando-me que o número de Evangélicos residentes nesta Colônia de Santa Isabel por causa de algumas circunstâncias difíceis não podia em tanto engrandecer em quanto o número dos Católicos; e deixando persuadir até pouco antes de minha vocação que nunca jamais receberia as instituições comunal (sic) da Igreja e da escola, que aqueles gozaram desde o princípio, pela apostasia por isso excusável (sic) mesmo perdendo confessados o tenho a honra de deixar ao livre e tremendo arbítrio de V. Ex^a., se julgará conveniente de conceder, que cumpra-se o desejo à respeito dessa licença, que os meus confessados chegados novamente me pedem levar ao conhecimento de V. Ex^{ma}. Presidência (?) V. Ex^a. julga conveniente (?), me seja permitido de comunicar-lhe, que aquelas famílias muitíssimo tenham necessidade desta clemente licença, que tem muitas crianças e por isso muitíssimo necessitam de minha parte a instrução, na verdade da religião evangélica para os seus meninos para que possam ser admitidos no seu tempo à confirmação e dêem garantia, que sendo fiéis à sua cara religião orando e trabalhando o sejam também à sua diletta e nova pátria. Não negando a verdade da religião católica, que Deus preserve, nem dirigindo (?) aqueles que tem provado o (?) da mesma Religião, mas só no exercício de meu ofício pastoral, para qual fim o Governo Imperial tem tido a graça de me enviar nesta Colônia, e lastimando-me que pela falta de destreza não posso assaz convenientemente

me exprimir, ousou levar ao conhecimento da V. Exm^a. Presidência os desejos de meus confessados (APEES, Livro 17:37).

Como se observa na transcrição, o Pastor menciona outro espaço público de extrema relevância, a escola. No documento fica nítido que a educação seguia os mesmos caminhos da religião, sendo as escolas estabelecidas como anexas às igrejas, tendo como professores os próprios ministros, ou seja, o padre e o pastor.

A educação dos filhos dos colonos tem sua primeira referência encontrada, datada de 1850, no Relatório do Presidente da Província, Fellipe José Pereira Leal. Segundo Leal (1850-22), a escola, que funcionava em uma sala anexa ao prédio da Igreja Católica, era freqüentada por 30 alunos. Dois anos mais tarde, este número caiu para 22 alunos, sendo a baixa freqüência atribuída ao emprego das crianças no trabalho da lavoura (AZAMBUJA, 1852:39).

A forma de organização do trabalho nas colônias, baseada na pequena propriedade, demandava o auxílio de todos os membros da família, e uma das principais características destas, era o grande número de filhos. Esta demanda de trabalho na lavoura com certeza foi um dos motivos para o baixo índice de freqüência na escola de primeiras letras instalada na Colônia. No entanto, essa não seria a única razão apontada pelas autoridades provinciais.

Em 1854, a justificativa para a baixa freqüência eram os motivos religiosos. De acordo com Sebastião Machado Nunes (1854:34): “Outro inconveniente da diferença de religião, e ainda mais grave, consiste que os protestantes recusam a mandar seus filhos à escola de instrução primária, cujo professor é católico”. Tschudi (2004:28-290) também chamou a atenção para o fato de crianças protestantes não freqüentarem as aulas ministradas pelo padre católico:

O ensino escolar católico é ministrado pelo sacerdote dessa confissão, enquanto a escola protestante é provisoriamente dirigida por um regente que dá aulas duas vezes por semana na vizinhança do centro, e outras duas na extremidade da colônia, a duas léguas de distância. O pastor protestante se encarregará certamente desse ensino.

Em 1859, ao referir-se à escola, Pedro Leão Veloso (1859:06), então Presidente da Província, considerou-a deficiente devido à “[...] qualidade do mestre, falta de gosto dos discípulos, e zelo dos pais”. A referida constatação foi notada a partir de dados sobre a quantidade de 92 crianças em idade escolar, entre 6 e 12 anos, encontrando-se apenas um menino freqüentando as aulas.

Assim, também na questão educacional houve a divisão, passando a existir a escola para colonos católicos e outra para os protestantes. Em 1858, o Pastor da Comunidade Evangélica, o prussiano Julio Koenig, enviou um ofício ao Presidente da Província, solicitando providências para que fosse construído local adequado para a escola, que até aquela data funcionava nas dependências da Igreja Evangélica. O mesmo Pastor assumira a função de professor, da mesma forma que ocorrera com o Padre Católico.

A próxima tabela expõe a quantidade de alunos, divididos entre católicos e protestantes, que freqüentavam as escolas entre os anos de 1863 a 1866, separados por sexo.

TABELA 7
Alunos Católicos e Protestantes – Santa Isabel, 1863-1866

Ano	Católicos		Protestantes	
	F	M	F	M
1863	22	26	19	20
1864	22	26	26	25
1865	22	26	25	29
1866	17	20	21	14

Fonte: APEES, Livro 27 – Fundo Governadoria.

Pela Tabela 7, tem-se a regularidade da quantidade dos alunos católicos nos três primeiros anos, enquanto para o ano de 1866, houve uma acentuada queda do número de alunos, passando de 48 pra 37 alunos. No entanto, confrontando os dados da Tabela 7 com demais informações contidas nos quadros estatísticos, em 1866, a Colônia contava com a classe nacional, ministrada pelo Capelão Fried, com 20 alunos matriculados, sendo 11 do sexo masculino e 9 do feminino (APEES, Livro 27:559). Por outro lado, os protestantes, na análise dos quatro anos, contaram apenas com a classe regular ministrada pelo pastor, que teve seu número de alunos aumentado até 1865, para depois diminuir consideravelmente de 59 para 35 em

1866. Cabe aqui, como exposto no capítulo anterior, denotar que em termos demográficos, a Colônia apresentava constante crescimento populacional, em grande medida devido aos nascimentos ocorridos, portanto, o baixo número de alunos frequentando as escolas pode ser explicado, por outro dado, que seja a participação das crianças e jovens no trabalho das lavouras, como mencionamos anteriormente.

Outra informação relevante acerca da educação, diz respeito ao aprendizado da língua portuguesa. As autoridades não perderam de vista o objetivo de aproximar os imigrantes ao povo brasileiro. Deste modo, em 1861, o Presidente de Província José Fernandes da Costa Pereira Junior orientou os representantes católicos da comunidade a tentarem “fundi-los” à população brasileira minando uma das características essenciais de nacionalidade: a língua. Suas orientações eram:

Este capuchinho [Frei Pedro Regalado] está encarregado do ensino primário na colônia, procedendo de modo que os meninos aprendam ao mesmo tempo a língua paterna e a do país. Ao diretor Adalberto Jahn recomendei que promovesse o ensino das letras Brasileira, fazendo com que os colonos mandassem seus filhos à escola, assim como, que empregasse os meios tendentes a ir fundindo a população estrangeira com a nacional – a fim de fazer deste grupo de Europeus um povo inteiramente brasileiro.

O posicionamento das autoridades provinciais e dos representantes católicos, na condução de suas atividades na Colônia, foi descrito por Wagemann (1949:90) como: “A unidade das comunidades católicas, tanto externa como internamente, está melhor assegurada. A Igreja Católica atua, de certo modo, no sentido de misturar o elemento alemão e o nativo”.

Ao tratar mais especificamente do ensino ministrado nas colônias, Wagemann (1949) constata diferenças nas formas de ensino e nos conteúdos ministrados para os descendentes de imigrantes católicos e luteranos. Atendendo aos desígnios das autoridades, os católicos recebiam instruções dos representantes da Igreja, em “[...] escolas paroquiais católicas, onde os meninos brasileiros e alemães recebem instrução, em comum, em português e alemão” (WAGEMANN, 1949:92). Assim, apesar de não abandonarem o idioma de seus ascendentes, os colonos desta

confessionalidade frequentavam os espaços de ensino juntamente com os brasileiros, o que lhes proporcionava maior tendência a mesclar-se à população nativa.

Já os protestantes organizavam suas escolas de maneira bastante diferente. O ensino das crianças protestantes, nos primeiros anos de colonização, era feito a partir da instrução familiar e, posteriormente, pelo pastor de sua religião que ensinava apenas em alemão, em locais frequentados apenas pelos próprios protestantes. Esse ensino, no entanto, era bastante rudimentar e bastante inferior ao oferecido na Alemanha, não raro, aprendendo apenas operações simples de matemática e pouca gramática, ainda assim com enormes dificuldades.

“Era-lhes difícil responder, com acerto, onde fica a Alemanha e como se vai para lá. Uns diziam: no lombo do burro; outros, por estrada de ferro; outros ainda, de navio. Somente alguns alunos sabem o nome do imperador alemão e o do presidente do Brasil” (WAGEMANN, 1949:91). Outra alternativa para o ensino, encontrada pelos protestantes, essa já no século XX, era a frequência às “escolas de colônias”, organizada a partir de investimentos dos próprios colonos para pagarem um professor. Vejamos sua definição para essas escolas:

Nelas, lecionam professores que lembram os mestres-escolas de aldeia medieval. Quem ensina, ordinariamente, é um colono, que objetiva um ganho adicional, ou, o que provavelmente é raro, se interessa acentuadamente por essa atividade. Encontram-se colonos malogrados, dedicando-se à função de professor. Entre os "mestres de colônia", acham-se, ocasionalmente, pessoas que naufragaram algures e procuram refúgio na floresta. Quase todos estão em desavença com a ortografia e a gramática, e a tal ponto que, muitas vezes, ignoram que um vocábulo se compõe de determinadas sílabas e, por isso, juntam-nas erradamente (WAGEMANN, 1949:91).

Importante destacar que Wagemann (1949) via a iniciativa de investimento no ensino como uma possibilidade de melhoria do aprendizado dos alunos em áreas gerais de conhecimento, à semelhança do que ocorreria na Alemanha, principal referencial do autor. Já os imigrantes possuíam uma visão diferente fazendo com

que o ensino da religião fosse mais valorizado e, portanto, considerado de maior importância que outras áreas de ensino, mesmo porque o pastor orientava quanto à importância do ensino religioso para as crianças.

Os católicos tinham a religião em comum com os brasileiros, e esta serviu como meio para facilitar suas relações com os nacionais, pois puderam contar desde sua chegada com o apoio do Estado no que dizia respeito às suas “necessidades espirituais”, seguida pelo acesso ao ensino.

Mesmo diante da constatação da necessidade dos imigrantes e seus descendentes aprenderem o idioma oficial do Brasil, o Diretor da Colônia, em 1866, levantou a falta de uma escola que ensinasse a língua portuguesa. Ou seja, até aquele ano os professores ensinavam na língua da pátria de origem dos imigrantes, o alemão (APEES, Livro 27:559). Ao não dominar a língua oficial, os imigrantes acabavam por enfrentar dificuldades. Quando o entendimento da língua falada e escrita se tornava indispensável, a exemplo dos Processos Crimes que envolviam teutos, se fazia necessário a nomeação de intérpretes para se estabelecer a comunicação entre as autoridades e os citados. Dos dezessete Processos Crimes analisados, em sete houve a necessidade de se convocar um intérprete²⁶.

Cabe aqui ressaltar que em dois casos arrolados em 1888, se convocou o intérprete. Assim, mais de quarenta anos após a fixação dos primeiros colonos, a língua portuguesa não era assimilada por todos os moradores de Santa Isabel.

A função do intérprete no Processo era bem específica: traduzir as falas e testemunhos das pessoas que não sabiam a língua portuguesa, e para tanto eram submetidos a um juramento a fim de cumprirem as formalidades do processo. A menção a esta figura nos parece pertinente em dois aspectos principais: primeiramente que eles aparecem em processos de até quarenta anos após a fundação da Colônia, reforçando a premissa de que o idioma alemão foi durante muito tempo predominante ao português, principalmente entre os protestantes. Em

²⁶ Os sete Processos, em que se convocou um intérprete, estão divididos por ano da seguinte maneira: 1859, com um caso; 1863 em dois; 1864 em um; 1873 com um; e 1888 com dois processos.

segundo, porque nos casos em que houve a presença do intérprete, este era responsável pelas palavras registradas no processo, o que significa um terceiro personagem entre a autoridade e a pessoa citada, dependendo da honestidade do intérprete para se garantir a integridade da investigação. Normalmente esse intérprete pertencia à própria Colônia, onde conseguira aprender a língua portuguesa.

Diante da constatação, se expõe outro espaço público presente na Colônia, o da aplicação da Justiça Brasileira. Como notado no primeiro tópico deste capítulo, apesar dos poucos processos envolvendo os teutos de Santa Isabel, os mesmos traduzem aspectos de como se davam as relações de conflito, principalmente aquelas que envolviam apenas os colonos.

Há ainda de se salientar quanto aos aspectos formais do Processo, que os juramentos dos arrolados como testemunha, vítima ou réu, retomam a questão religiosa. Nos processos, os envolvidos proferiam o juramento de dizer a verdade, com algumas variações, mantendo-se o sentido, como o exemplo: “Testemunha jurada aos Santos Evangelhos em um livro em que pôs a mão direita e prometeu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado [...]”. Em alguns casos referentes aos protestantes, o juramento também não perdia o seu sentido, mas a diferença confessional ficava marcada, como expõe o exemplo: “Testemunha jurada em sua seita de religião Evangélica em um livro em que pôs a mão direita e prometeu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado [...]”. O referido caso pôde ser observado no processo aberto em 1886, Inquérito Policial para apurar ferimento produzido por arma de fogo, tendo como acusado José Figuel. Quando da inquirição da testemunha Adolpho Kuster, de trinta e três anos de idade, casado, negociante, morador desta freguesia, natural da Alemanha, foi submetido ao juramento adaptado à sua religião protestante. Por se tratar de um caso que expõe parâmetros da vida privada, voltaremos à descrição deste processo mais adiante.

Ademais, pela leitura dos processos podemos identificar outros espaços públicos de confluência dos colonos, em que se estabeleceram conflitos. Um bom exemplo foram os estabelecimentos comerciais, sempre visitados após os encontros religiosos e festividades ocorridas em ambos os povoados.

Em 1859, o Diretor da Colônia, Adalberto Jahn, informara ao Presidente da Província a existência de uma única casa de negócios de Santa Isabel até aquele ano (APEES, Livro 17). Tratava-se do comércio de Carlos Vicke e Jacob Gehardt, que fora retratada por Victor Frond (Figura 8), em 1860, quando da época de sua visita à Província do Espírito Santo.



Figura 8: comércio de Carlos Vicke e Jacob Gehardt, Santa Isabel.
Fonte: Foto de Victor Frond, Acervo Fotográfico APEES.

Segundo o Barão Johann Jakob von Tschudi (2004:61):

A venda (um pequeno armazém) pertence a um colono de Hamburgo e dava a impressão de ser lucrativa em comparação à maioria das lojas brasileiras de mesmo porte. Se o proprietário for tão ágil no trabalho como é com a sua língua, e se for mais feliz em seus negócios do que em sua lógica, ele logo poderá se tornar um homem abastado. Em suas narrativas sobre a colônia, ele nos transmitiu as notícias, porém a fidelidade histórica e a imparcialidade crítica não desempenhavam exatamente o papel principal.

Conta-se que neste local, o Imperador Pedro II passou a noite quando de sua visita à Colônia, salientando ser o estabelecimento ponto de parada dos viajantes. Em suas anotações, o Imperador assim descreveu sua passagem pelo comércio:

Sentia-me muito incomodado do sol e do estômago e por isso descansei até 3 e 20 na casa do Carlos que tem loja de negócios, e recebeu-me excelentemente. Está bem e é o único colono naturalizado; é genro do Nicolau Effgen, o qual já tem dinheiro a render; tendo, aliás, trazido já 6 contos (Apud ROCHA, 2008:139).

Como demonstra a Figura 8, a venda de secos e molhados se estabelecera em construção modesta, com parede de barro de cobertura de palha. Do lado esquerdo da imagem observa-se a presença de uma área coberta, possivelmente destinada a realização de algum trabalho adicional, ou mesmo local de descanso e recreação dos fregueses. Na mesma imagem nota-se o isolamento da construção, havendo apenas duas clareiras na mata, uma a frente, com a presença de uma casa e a outra do lado esquerdo, onde se encontra uma pequena plantação. A estrada passa a frente do estabelecimento comercial, talvez por este motivo tenha se configurado como local de parada para os viajantes que chegavam a Santa Isabel. Em 1860 Carlos Vicke pediu autorização para ocupar um galpão próximo a Igreja Católica, organizando no local uma venda, que seria a primeira do Povoado. Voltando às anotações de Pedro II, o colono Carlos Vicke lançou mão de algumas estratégias para ascender social e economicamente, como a naturalização e seu casamento com a filha de Nicolau Effgen, colono bem sucedido. Quando do falecimento de Nicolau Effgen, em 1863, espalhou-se o boato que o mesmo teria deixado uma fortuna de dez contos de réis, porém o Diretor da Colônia notificou apenas os bens que incluíram terras, benfeitorias, casas, animais e outros móveis, além de um conto e quinhentos mil réis em dinheiro (APEES, Livro 27:238).

Antes de 1859, os colonos compravam quase todas suas provisões na Freguesia de Viana, diante da falta de estabelecimentos comerciais na Colônia. Segundo os dados elaborados em 1863, por Augusto Guilherme Linde, então Diretor da Colônia, existiam duas casas de negócios em Santa Isabel e no ano seguinte este número subiu para três. Em 1866, ano da emancipação, a Colônia continuava a contar com apenas três comércios, dois localizados próximos a Igreja Católica, um dos quais

funcionava em um barracão do Governo a cargo da viúva de Carlos Vicke, requisitado por cinco anos. Diante da finalização da concessão, a viúva de Vicke solicitou a transferência do estabelecimento para a região do Campinho:

A grande extensão da colônia é motivo por que os colonos são costumados de fazer suas compras aos domingos, depois do serviço divino, por isso, o estabelecimento de uma casa de negócios na vizinhança da nova casa de oração (Protestante) é no interesse da Colônia economizando assim os respectivos colonos um caminho de duas léguas de ida e volta (APEES, Livro 27:659).

Pela citação podemos levantar algumas questões que foram também encontradas na leitura dos Autos Criminais: as compras no comércio local se realizavam quando da ida ao Povoado para se cumprir os deveres religiosos; e a possibilidade de um mesmo comerciante se estabelecer tanto em Santa Isabel, quanto em Campinho, neste caso, sem ser considerado sua confessionalidade. Nestes comércios, os colonos se abasteciam dos gêneros que não produziam, como: carne seca, farinha de trigo, ferragens, couro, fazendas (tecidos), sabão e cachaça. Este último gênero foi citado como principal motivador dos delitos que se iniciaram no interior das casas de comércios.

Como já observado, dos dezessete processos, quatro se iniciaram em confrontos estabelecidos em casas comerciais da Colônia. Desses, três ocorreram no negócio de João Kill e um no de Guilherme Schwarcz, ambos alemães que se estabeleceram como comerciantes em Santa Isabel. Cabe aqui ressaltar que, quando da leitura de cada caso, observava-se que João Kill expandira seus negócios, durante o período de análise, possuindo duas casas comerciais, uma em Santa Isabel e a outra em Campinho. Ambos os locais onde funcionavam como vendas de secos e molhados e se transformaram em focos de convergência, não somente para os colonos realizarem suas compras após os cultos, mas também beberem e jogarem, o que, algumas vezes, acabava por acirrar os ânimos e dinamizar as divergências pré-existentes ou surgidas nos momentos de descontração.

Passamos então a destacar um caso ocorrido no dia 29 de junho de 1864, no estabelecimento comercial que João Kill²⁷ mantinha em Santa Isabel. A leitura do Processo nos fornece indícios interessantes do cotidiano na Colônia e demonstra relações entre os atores envolvidos. Trata-se de um conflito envolvendo um brasileiro de nome José Pereira Duarte e um alemão chamado Adão Trarbach. O caso se desenrola de forma a envolver outros membros da família Trarbach. Como testemunhas encontramos diversos colonos, em sua maioria católicos. Estando ambos bebendo e jogando no estabelecimento de João Kill, em comemoração ao dia de São Pedro, em dado momento, quando ambos já se encontravam em estado de embriaguez, Duarte agrediu Trarbach, que ensanguentado foi para a casa de seu irmão procurar o auxílio, que rapidamente fez chamar o médico da Colônia, Dr. Ernesto Mendo d'Andrade Oliveira. Não obstante, a motivação para a abertura do Processo foram os ferimentos que Pereira Duarte sofrera ao tentar fugir do flagrante.

Em seu depoimento José Pereira Duarte narra desta forma os fatos acontecidos naquele dia:

Respondeu que no dia de São Pedro ele respondente e Adão Trarbach, estando ambos embriagados, travaram-se de razões e brigaram, resultando disso ficar Adão com a cabeça quebrada de uma pancada que lhe dera ele respondente, depois do que fugira porque o quiseram prender e matarem de pancadas nessa ocasião. Internou-se pelo mato e até adormeceu um pouco; e depois, acovardando-se para sair à estrada, encontrou-se nela com Dr. Ernesto, o qual lhe disse está preso José, ao que respondeu estou sim Doutor. Então o Dr. Ernesto, que estaria a cavalo, apeou-se e junto com Pedro Rhein e Henrique deitam a correr após ele dizendo o Doutor Ernesto: não corras que eu mando atirar; e a isso respondeu ele interrogado que o matasse embora; Imediatamente,

²⁷ Catharina Kill, esposa de João Kill, e seu filho João, em outro Processo de 1873, referente à acusação do crime de agressão física teriam cometido contra Pedro Schwambach, aparecem como proprietários de um estabelecimento comercial próximo à igreja protestante, portanto, este negociante mantinha um comércio em cada povoado. Cabe destacar que a Família Kill era católica, o que não a impediu de se estabelecer em Campinho.

ouviu o Dr. Ernesto gritar atira, e logo soou um tiro que não o ofendeu e, em seguida, disse ainda outra vez atira e outro tiro fez-se ouvir, da qual o feriram dois chumbos. Nesse estado, disse logo ele respondente vossas mercês já me feriram, ao que retorquiu o Doutor Ernesto foi mesmo para ferir que mandei atirar. Continuou a fuga e lhe disseram depois Jacob Genhardt e Emílio que uma das armas, aquela que o feriu; fora de Henrique Trarbach a quem com ela atirara Pedro Rhein. Dias depois fez-lhe o Subdelegado corpo de delito nos ferimentos; mas começaram a dizer-lhe e a fazer-lhe medo de que seria preso; ali lembra-se de que passando o Subdelegado França para a Colônia a fim de proceder às indagações lhe dissera o Escrivão, digo, dissera o escrivão “Manduca” as pessoas que iam consigo que na volta o havia de levar preso; tudo isto começou a aterrá-lo de sorte que resolveu-se a pedir, como pediu a Francisco Xavier, compadre do Subdelegado Joaquim Pereira Machado, que com ele se empenhasse para vir como praça do corpo de Polícia. Isto feito, e de acordo o Subdelegado, foi ter com ele para receber o ofício que trouxe ao Delegado e aqui chegando a oito dias sentou logo praça no corpo policial.

Pelo depoimento, Pereira Duarte diz ter havido uma discussão com Adão Trarbach que termina com o ferimento deste último. O aparente caso de agressão física que se configura nesta ocasião não é levado a cabo. Não encontramos, tampouco, outro Processo referente à agressão de Duarte à Trabarch. Assim, o Processo em análise se refere aos ferimentos sofridos por Duarte, provavelmente feitos por Pedro Rhein, vinte e oito anos, casado, lavrador, natural da Prússia. Na segunda parte do depoimento, a vítima expôs sua tentativa de resistir à prisão, momento em que cita Rhein e o médico da Colônia Dr. Ernesto Mendo de Andrade Oliveira.

É importante destacar que José Pereira Duarte não nega ter havido uma confusão entre ele e Adão Trarbach, devido à embriaguez em que se encontravam, e que a fuga teria se dado por medo, muito provavelmente dos outros alemães presentes na ocasião e citados no depoimento de Adão Trarbach. Pelo contrário, Duarte afirma sem hesitar a condição e o delito criminoso, porém, por meio de juntar-se ao corpo de praças da polícia, valendo-se de um compadre do Subdelegado, teria garantias

de que não seria preso por isso. Artimanha deveras interessante em que se faz valer de uma rede de compadrio para escapar do delito, porém, não é este o caso que nos preocupa por hora. Tudo leva a crer também, que da tentativa de livrar-se de um delito anterior, teria decorrido a demora em apresentar-se para fazer a denúncia e se proceder ao corpo de delito.

No entanto, a maior parte da argumentação diz respeito ao processo envolvendo os ferimentos que sofreu, não aos que provocou. Não podemos deixar aqui de concordar com Boris Fausto (2001), referindo-se a uma problemática constante nestas fontes em que o depoimento muitas vezes é direcionado pela autoridade em torno do que realmente interessava, neste caso, quem teria disparado o tiro e se este teria sido motivado pela ordem do Dr. Ernesto. Não se tem detalhes, por exemplo, se existia alguma divergência anteriormente entre os dois, quesito que normalmente foi abordado nos casos que encontramos. Nesse sentido, a objetividade em esclarecer a situação do tiro que lhe foi desfechado, foi tônica do Processo a partir de então, e parece encobrir detalhes do ocorrido entre ele e o colono.

Cabe destacar, ainda, que o Auto de Perguntas feito a Duarte não foi realizado pelo Subdelegado de Polícia de Viana, mas sim pelo Chefe de Polícia da Comarca e, por se tratar de um Processo anterior à Reforma do Judiciário, de 1871, o mesmo tinha o poder de proferir a sentença. Duarte foi interrogado juntamente com o Dr. Ernesto, após ter sido oferecida a primeira denúncia pelo Promotor Público. Enfim, em seu segundo depoimento, bastante direto e condenatório, foram encontradas divergências entre a fala de Duarte e da maioria das testemunhas acompanhadas ao longo do Processo que, normalmente empregam a negação e a esquiva de perguntas para “defender” o médico.

À semelhança de José Pereira Duarte, o Dr. Ernesto também foi interrogado pelo Chefe de Polícia e não pelo Subdelegado, e sua versão dos fatos foi um pouco diferente, obviamente tendendo para sua defesa. Segundo o médico, ele não havia dado a ordem para que Pedro Rhein atirasse em José Duarte. Em um trecho de seu depoimento o Dr. Ernesto narra o momento em que ouvira os tiros e qual fora sua atitude:

Neste momento ouviu um tiro e após ele outro, voltou-se por que os tiros tinham partido de cima do caminho, parou, fez sinal com a mão como repreensão e dirigindo-se ao lugar onde estavam as pessoas dentre as quais partiram os dois tiros, disse-lhes – Vocês fizeram mal, não deviam atirar. A isto respondeu Pedro Rhein que fora quem disparara os dois tiros, de que, lhe disseram, servindo-se da própria espingarda e depois Henrique Trarbach, que não havia nada, porque as espingardas estavam carregadas com pólvora seca: desde pela manhã festejavam a São Pedro, santo de seu nome, com tiros dessa natureza, e demais que talvez assim amedrontasse o fugitivo e que se entregasse a prisão. É de se notar que quando foram disparados os tiros o fugitivo já tinha transposto e entrado na capoeira, dentro da qual, ouviu ele dizer, que apesar de ter chumbo nas costelas, não se entregava a prisão. Ouvindo isso, ele respondente disse em vozes altas ouvisse que se estava ferido viesse para ser tratado, e que nada lhe aconteceria, o que repetiu por mais de uma vez, mas não ouviu resposta alguma. Nisso, entretanto, havia chegado o seu portador Paulo Guill e Felipe Endlich e então retirou-se ele respondente para sua casa, em companhia destes e de Jacob Gehardt e Ernesto Wegner.

Demonstradas as versões do caso, podemos analisar mais detidamente o seu desenrolar. Destaca-se, no entanto, que algumas testemunhas foram inquiridas mais de uma vez, como comumente ocorria, pois foram interrogadas pelo Subdelegado e, posteriormente pelo Delegado e Juiz Municipal. Sendo assim, em alguns depoimentos as versões serão tratadas no mesmo momento, para evitar a repetição e digressões desnecessárias no texto.

O primeiro depoimento encontrado no Processo é do Diretor da Colônia, Augusto Guilherme Linde, quarenta e dois anos de idade, natural da Prússia. A testemunha narra o fato, por ouvir dizer, duas semanas depois de ocorrido, por João Kill, dono de um comércio na Colônia, que no dia de São Pedro, José Pereira Duarte, brasileiro, envolveu-se numa confusão com Adão Trarbach, resultando no ferimento deste último. Levado à casa de seu irmão Henrique Trarbach, onde também estava Pedro Rhein, foi “[...] chamado o médico da colônia Dr. Ernesto Mendo de Andrade Oliveira para curar o ferido”. A testemunha narra o fato da seguinte maneira:

[...] gritaram para algum alemão ao verem passar o dito Joaquim²⁸ – Ei-lo aqui – este Joaquim, ouvindo isto e estando em pequena distância destes alemães, deixou o caminho e entrou-se (?) capoeira; a tais gritos, saiu o médico da casa e dirigiu-se ao colono Pedro Rhein, que tinha na mão uma espingarda carregada e mostrando o fugitivo ele disse apressadamente atira, atira, eu sou responsável pelas conseqüências, e Pedro Rhein atirou, sobre a capoeira onde se tinha metido o dito Joaquim: segunda vez o mesmo Dr. mandou atirar repetindo diversas vezes essas palavras de sua responsabilidade e Pedro Rhein tornou a atirar, depois dos tiros ninguém se (?) com o fugitivo para ver se estava chumbado. São testemunhas destes atos Emílio Liebmann, João Gerhardt, Henrique Trarbarch. Também ele informou que, na noite do dia 12 deste mês, entrou o Subdelegado com força armada nesta colônia e prendeu o colono Pedro Rhein, que foi enviado para Viana. Depois do que acharam que soube no dia 13 do corrente em diante, por outro colono, que também Henrique Trarbarch fora preso juntamente com Pedro Rhein, a que o Dr. Ernesto voltou para a colônia com estes dois presos na noite de quatro deste mês, sendo vivas a tiros pelo caminho em demonstração da alegria de serem soltos espalhando que nenhuma acusação havia contra eles.

Este depoimento foi dado ao Subdelegado de Polícia, procedimento inicial para a formação de culpa do réu. Nele, podemos ver a afirmação da testemunha que a ordem para atirar em Duarte, partira do Dr. Ernesto e praticada por Pedro Rhein. As informações expressas desta maneira poderiam ser creditadas apenas ao fato da testemunha não ter presenciado o acontecimento e depor “por ouvir dizer”. Porém, mais do que isso, o depoimento do Diretor foi motivo de contestação e revela intrigas existentes entre os funcionários do Governo alocados na Colônia.

²⁸ Apesar de constar nos autos, Joaquim, a consonância dos demais fatos narrados com o de outras testemunhas, leva a crer que se refira mesmo a José Pereira Duarte.

Por enquanto continuemos a explorar o depoimento das demais testemunhas. Mathias Marx, cinquenta e quatro anos de idade, casado, lavrador, morador da Colônia Santa Isabel, natural da Prússia, sobre o mesmo fato declarou que:

[...] até domingo nada sabia, mas indo a Missa na Igreja Católica, ali lhe disseram que no dia de São Pedro tinha havido uma briga na casa de João Kill, entre um brasileiro e Adão Trarbach, resultou ficar Trarbach ferido, o que ao depois foram disparados dois tiros sobre o brasileiro por ordem do Dr. Ernesto pelo colono Pedro Rhein, o qual lhe disseram (sic) fora na noite de 13 do corrente; disse mais que lhe consta que o brasileiro ficou chumbado: declarou que no domingo foi para missa, digo, declarou que Dr. Ernesto no domingo passado indo para missa e sabendo no sítio de Effigen, que estava preso Pedro, voltou para sua casa, tomou o animal e foi para Viana, e voltou na noite de quatro do corrente dando vivas, (?); perguntado se sabe as testemunhas que presenciaram o fato quais são respondeu que não.

O depoimento de Nicolau Stein, trinta e quatro anos de idade, casado, lavrador, morador em Santa Isabel, natural da Prússia, não difere muito do de Mathias Marx, mostrado anteriormente. Stein mantém as versões de que a desordem teria acontecido na casa de negócios de João Kill e, que teria sabido do fato na missa de domingo. Além disso, igualmente, informa que o médico era o responsável pela ordem em atirar em Duarte.

Outra testemunha do processo, José Christo (Christ), trinta e cinco anos de idade, casado, lavrador, também morador em Santa Isabel, natural da Prússia, acrescenta alguns fatos aos já narrados. Segundo ele:

[...] três dias depois do São Pedro chegando na Igreja Católica, ouviu dizer que o filho de Pedro Trarbach estava jogando com o tal brasileiro e dali começaram a brigar e o tal brasileiro deu bordoadas em Adão Trarbach resultou ficar ferido e derramar muito sangue daí o brasileiro correu para a venda da viúva de Carlos, apoderou-se de uma espingarda e voltou ao lugar da briga, e no caminho José Neves tomou-lhe a espingarda e atirou com ela no chão para prendê-lo, e como não lhe deram cordas para isto voltou-o; e ele

correu e passando pelo sítio de Pedro Rhein, e vendo três homens na porta deste subiu para as capoeiras, e logo o Dr. Ernesto mandou dar-lhe dois tiros por Pedro Rhein, sob sua responsabilidade, o brasileiro caiu chumbado e gritou agora estou morto, podem tomar de mim o que quiserem.

Observa-se que a referida testemunha admite que apenas tomou conhecimento dos fatos três dias após ocorrerem, durante a missa na Igreja Católica. Em seu segundo depoimento, Christ acrescentou dados sobre o dia em que Pedro Rhein havia sido preso, retornou para a Colônia em companhia do Dr. Ernesto, sob comemoração com foguetes. Neste segundo depoimento, no entanto, as perguntas foram feitas no sentido de tentar desvendar a participação do Dr. Ernesto como possível mandante dos disparos. Nesse contexto, essa testemunha acrescenta que ouviu de José Francisco das Neves e José Pinto que teria sim, o doutor mandado atirar, mas conclui que: “[...] uma [pessoa] disse que o doutor foi quem mandou atirar, e outros dizem que não”. Houve contestação por parte dos réus a este depoimento sob a alegação da testemunha não estar presente.

Bernardo Stein, de trinta anos de idade, casado, lavrador, morador na Colônia Santa Isabel, natural da Alemanha, depôs apenas na segunda chamada das testemunhas e argumentou que soube dos fatos por Jacob Geraldo (Gehardt). Após narrar o ocorrido, como as demais testemunhas, Stein negou que a ordem tenha partido do Dr. Ernesto, ou mesmo sobre os foguetes em comemoração a soltura de Pedro Rhein.

Foi inquirida ainda, outra testemunha: Mathias Gills, cinquenta e três anos de idade, casado, lavrador desta Colônia, natural da Província Renana da Prússia. Porém, Mathias respondeu com o auxílio de um intérprete, que nada sabia sobre o caso.

Os envolvidos diretamente também foram ouvidos no Processo. Henrique Trarbach, vinte e cinco anos de idade, lavrador, casado, morador na Colônia Santa Isabel, natural da Prússia e irmão de Adão Trarbach, alemão agredido por Duarte, confirmou a participação de Pedro Rhein como autor dos disparos. Porém, Henrique em defesa de Rhein, declarou que a espingarda estava carregada apenas com pólvora seca, devido às comemorações que faziam em decorrência do dia de São

Pedro. Segundo o depoente, os tiros teriam ocorrido após a voz de prisão dada por Dr. Ernesto e o não cumprimento desta por parte da vítima.

Francisca Maria Trarbach, de vinte e dois anos, casada com Henrique Trarbach, natural de Santa Isabel, moradora na Colônia Santa Isabel, lavradora, “[...] respondeu que de nada sabe, por que estando ela testemunha dentro de sua casa tratando de suas obrigações, ouviu seu marido e Pedro Rhein desde a muito divertindo-se dando tiros de salva, e nada mais sabe”.

O depoimento de Adão Trarbach, vinte e um anos de idade, lavrador, casado, morador na Colônia Santa Isabel e natural da Prússia, vítima das agressões de José Pereira Duarte, não é esclarecedor sobre o que teria gerado a sua desordem com Duarte. Segundo Adão:

[...] no dia 29 de junho, estando ele testemunha no recinto da Igreja Católica, na venda de João Kill, divertindo-se com outros alemães jogando e bebendo cachaça aí chegou José Pereira Duarte travando desordem com ele testemunha por causa do jogo deu-lhe uma cacetada na cabeça do que resultou verter bastante sangue [...].

Sobre os disparos em José Pereira Duarte, o depoimento de Adão foi pouco esclarecedor, argumentando apenas que ouviu um barulho sobre a presença de José Pereira Duarte e dois tiros, mas que desde cedo seu irmão e Pedro Rhein estavam dando tiros de salva em comemoração ao dia de São Pedro.

Jacob Geraldo [Gehardt] de vinte e quatro anos, solteiro, lavrador, morador na Colônia Santa Isabel, natural da Prússia, respondeu que apesar de estar presente quando Pedro Rhein chamou ao Dr. Ernesto para auxiliar na prisão de Duarte, não viu quem disparou os tiros.

O que nos interessa nos depoimentos não são exatamente as suas versões sobre os fatos, mas sim a fala delas em si. Sem pretender fazer uma análise dos discursos, podemos notar que em sua maioria, os depoimentos centram-se na figura do doutor e não necessariamente no autor dos disparos. Até o próprio réu, quando perguntado se haveria algum fato a alegar em sua defesa, respondeu: “[...] as testemunhas que juraram nesse processo e o Doutor Ernesto Mendo de Andrade Oliveira que também estava presente”. Essa confiança nos depoimentos se justifica

na medida em que as versões das testemunhas, apesar de constar no corpo de delito ferimentos com chumbo, disseram que a espingarda estaria carregada com pólvora seca e, Pedro Rhein estava dando tiros de salva em homenagem a São Pedro. Mesmo as que afirmaram ter ele atirado, o fazem com ressalvas dizendo não saber com o que atirou, ou se Pedro Rhein teria, de fato, feito os disparos.

Notamos que todas as testemunhas nesse Processo, à exceção do Diretor da Colônia que ouviu por João Kill em sua casa, ou melhor, no comércio deste colono, revelam que souberam do fato na Igreja Católica da localidade. De fato, este é um local que aparecerá com frequência em outros casos analisados. A Igreja é um ponto de convergência dos colonos em que, além de auxílio espiritual, obtêm informações sobre outros membros da Colônia.

Mais do que isso, neste Processo encontram-se indícios que se confirmarão em outros casos analisados de que a Igreja se converteu como espaço de encontro dos colonos alemães também com os brasileiros.

Nesse sentido, encontramos uma descrição feita por Giralda Seyferth (1974) do “complexo colonial”. Na descrição da autora sobre os núcleos em que foram instalados imigrantes alemães na Colônia de Brusque em Santa Catarina, nota-se semelhanças com a situação observada em Santa Isabel. Seyferth (1974) argumenta que a Colônia de Brusque era composta por duas unidades básicas, definidas e interdependentes entre si, referente ao lote colonial recebido por cada família, e a vila como elemento de coesão entre os lotes, onde normalmente se situam as vendas, templos religiosos, busca por assistência médica e sede da administração, escolas, entre outros elementos da vida social. Vista desta forma, a vila concentra os espaços de sociabilidade dos colonos, pois é nela que efetuam a venda de seus produtos, compram gêneros necessários para o sustento, enfim, se reúnem com os demais colonos.

No caso de Santa Isabel, não parece ser muito diferente, à exceção de que a diferença de confessionalidade ajudava a traçar os limites do Povoado. Segundo Wagemann (1949), no início do século XX, Santa Isabel e Campinho eram as “zonas urbanas da colônia” e assim o era devido às diferenças religiosas entre católicos e protestantes. De fato, a localização da Igreja Católica ainda nos dias de hoje é o

centro da povoação de Santa Isabel, enquanto a Igreja Protestante, como muitas vezes é referida nas fontes, fica no centro de Campinho.

Podemos observar também, que essa rede de relações não está restrita aos próprios colonos, mas sim a brasileiros que residiam ali ou em Viana, como veremos mais adiante. No caso desse processo, encontramos dois brasileiros residentes em Santa Isabel que serviram de testemunhas e que também teriam sabido do fato ao frequentarem a igreja. Isso nos leva a outra questão: até que ponto essa Colônia de alemães estava tão isolada do resto da província?

No plano geral do Processo, podemos perceber que o réu Pedro Rhein e as testemunhas são católicas, com exceção de Jacob Gehardt e Emílio Liebmann, que eram protestantes, e Augusto Guilherme Linde, que não nos foi possível verificar sua confessionalidade. Ao relacionarmos esta informação a outros processos, vê-se que ela tem importância fundamental para nossa argumentação.

Voltando ao caso em questão, destaca-se uma outra rede de relações referente às autoridades da Colônia, e que é a tônica do processo a partir do ponto em que o Doutor Ernesto começa a ser citado para ter a culpa formada.

O Promotor a quem foi encaminhado o caso pronuncia os envolvidos, Pedro Rhein e o Dr. Ernesto Mendo de Andrade Oliveira, em tentativa de homicídio e não ferimentos leves, como ele mesmo expõe, devido à intencionalidade existente. Após esta atitude do Promotor, evidenciada nas falas dos depoimentos prestados pelas testemunhas na instância Municipal, o caso toma um rumo de intrigas envolvendo o Diretor e o médico da Colônia, levantada por este último como estratégia de defesa para livrar-se da queixa. Valendo-se de documentos assinados por autoridades locais da Vila de Viana, quais sejam o Juiz de Paz da Vila de Viana Joaquim Pereira das Neves Rangel, José Freire de Andrade Cavaleiro da Imperial ordem da Rosa (?) do Imperador e 1º Juiz de Paz de Viana, João da Rocha Pires Loureiro (não mencionando o cargo ocupado), Tenente José Porfírio de Andrade Coutinho (que mais tarde viria a ser o subdelegado de polícia de Viana) e o Capitão Joaquim de Freitas Lyra, declarando a boa conduta do médico e sua condição de cidadão exemplar e a rixa existente entre ele e o Diretor como motivo de sua pronúncia. Enfim, apesar de demonstrar que, pelo menos no que tange aos funcionários do

Governo, as redes de influência se estendem para além da Colônia, esses documentos não contêm informações sobre a causa desses conflitos e não servem, por hora, aos interesses da pesquisa. O caso acaba sendo julgado nulo, argumentando-se irregularidades no processo e não haver provas suficientes para o indiciamento dos acusados.

O segundo Processo envolvendo a venda de João Kill teve como réus sua esposa e seu filho. Catharina Kill e seu filho, João Kill, foram acusados de agredirem a Pedro Schwambach. Neste Processo, aberto em 1873, a motivação para o delito foi a construção pretendida por Pedro Schwambach no lote ao lado do estabelecimento comercial da família Kill, na localidade de Campinho.

No dia 11 de Novembro de 1872, em Campinho, na Colônia Santa Isabel, Catharina Kill, filha de Frederico Basse e Anna Catharina, quarenta e oito anos, casada com João Kill, negociante que declara como nacionalidade Prússia/Alemanha, sabendo ler e escrever; e seu filho João Kill, de dezoito anos de idade, solteiro, tropeiro, declarando ser brasileiro nascido em Santa Isabel, e sabendo ler pouco; foram indiciados por agredir a Pedro Schwambach depois de uma discussão acontecida no final de um dia de trabalho. O motivo para tais ofensas seria o fato de:

Desejando o suplicante edificar uma casa no lugar denominado – Campinho – em terreno vago anexo à casa dos acusados, acontece que eles opõem-se contra a pretensão do suplicante proibindo expressamente a não principiar a obra projetada. Mas vendo o suplicante que os acusados nenhum direito tinham no dito terreno, resolveu-se no dia 11 do corrente mês com alguns jornaleiros dar princípio a dita casa trabalhando no decurso do mencionado dia. Às 5 horas da tarde, pouco mais ou menos, horas em que o suplicante findou o seu trabalho, dirigiu-se à casa de negócios dos acusados a fim de comprar objetos de que tinha necessidade, sendo nessa ocasião injuriado com as mais ofensivas palavras, e fazendo o suplicante uso da sua costumada prudência resolveu retirar-se. Quando o suplicante voltou-se para retirar-se, aconteceu que a acusada aproveitando esta oportunidade deu-lhe com uma vara de medir na cabeça com tanta força que imediatamente o fez cair em terra, deixando um ferimento assaz profundo. Chegando ao mesmo

tempo em auxílio da acusada o seu filho João, acima mencionado, aproveitando estar o suplicante aturdido da pancada e inerte, deram-lhe mais outras que lhe feriram na testa e nas costelas do lado esquerdo, por cujas pancadas se acha o suplicante enfermo e privado de seu trabalho [...].

Como apresentado nesta parte do Processo, a briga entre estes colonos se dá a partir de uma disputa territorial de um lote, situado ao lado da casa comercial da acusada. No decorrer do Processo, entretanto, vislumbramos que existem muitas outras motivações e intrigas envolvidas, e mesmo anteriores ao dia em que a agressão foi perpetrada.

Quando interrogada sobre algum motivo particular a que atribuiria a queixa, a ré Catharina Kill demonstra uma versão que amplia nossa visão sobre a simples disputa territorial de um lote urbano. Para a ré a queixa se deve ao fato de:

[...] ser ela respondente Católica e Apostólica Romana e o autor, bem como as testemunhas constantes do presente sumário de seita protestante e serem gratuitos inimigos. Tanto assim que dias antes de dar a imaginária queixa a este juízo representaram ao Excelentíssimo Presidente de Província contra a medição e demarcação feita pelo agrimensor Lindolfo no terreno devoluto que se achava no lugar denominado Campinho o qual pertence a seu marido foi requerido por compra ao Governo Imperial, cujo terreno Pedro Schwambach, Lourenço Hepp, e as mais testemunhas julgam pertencer ao patrimônio de sua comunidade como bem deixa ver o expediente do governo publicado no Espírito Santense do mês passado.

Para João Kill Filho, também réu da acusação, o motivo da denúncia devia-se apenas a “[...] disputa de um terreno que seu pai negociou por compra ao Governo Imperial”. O filho da acusada, ao contrário de sua mãe, situou a questão estritamente na disputa do espaço que teria sido comprado por seu pai, mas que na medição feita estaria dentro dos limites destinados à comunidade dos protestantes.

Estes depoimentos são reveladores em dois pontos principais: o primeiro que a ré procura desqualificar a própria denúncia e as testemunhas que depuseram no

Processo, alegando ser ela “Católica Apostólica Romana”, e eles membros de “seita protestante” e assim serem “gratuitos inimigos”. O segundo, afirmado tanto por ela quanto pelo filho, que o terreno em questão não era propriedade de Pedro Schwambach, mas sim da comunidade protestante à qual ele e as testemunhas pertenciam.

Em relação ao primeiro ponto destacado, observa-se a diferença de níveis em que Catharina Kill situa a sua própria religião e a dos outros envolvidos. Enquanto marca o fato de ser Católica Apostólica Romana, Catharina refere-se aos demais envolvidos como membros de uma seita e não de uma religião.

No entanto, não é possível saber com certeza se o termo seita foi utilizado por Catharina ou se era mesmo a forma de se referirem ao culto dos protestantes, visto que encontramos em outros processos este mesmo termo. Enfim, mesmo com essa incerteza é nítido o fato de que ao assumir-se católica e qualificar as testemunhas e o queixoso como protestantes, a ré busca marcar um espaço de alteridade, de identidades distintas a partir do critério religioso.

Deste modo, transparece na fala de Catharina o aspecto religioso como determinante na relação entre as partes envolvidas. Como já observamos no capítulo anterior, este fato era de conhecimento das autoridades provinciais porém, no âmbito administrativo, era tratado com cautela e as reclamações dos católicos reprimidas. Já no cotidiano da Colônia, os conflitos desta ordem parecem ser uma constante. Os exemplos mostrados anteriormente nas falas das autoridades ganham uma dimensão maior, pois se manifesta através da fala de uma imigrante e não apenas de observadores. Apesar de apenas este Processo demonstrar com tanta clareza a existência desse critério de alteridade entre católicos e protestantes, trata-se de uma fonte fundamental para apreendermos esta questão como crucial nos laços humanos tecidos no interior dessa Colônia.

Este caso fica ainda mais interessante ao observarmos a defesa por escrito de Ana Catharina Kill, escrita e encaminhada muito provavelmente pelo curador nomeado no Processo para defender seu filho, menor de idade, ao Subdelegado:

Estava a suplicante mansa e pacificamente em sua casa de negócio, sita no lugar denominado Campinho, no dia 11 do corrente, seriam 6 horas da tarde pouco mais ou menos quando chegou Pedro Schwambach, alemão, também residente na ex-Colônia²⁹ acompanhado pelo seu companheiro de nome Lourenço Hepp; não com a costumada prudência, de que se acha revestida a petição de queixa das fls. 2 e 3, mas sim com a bem conhecida audácia a que constantemente é amostrado, pela força do álcool como mostra pelo documento junto; e pedindo a Suplicante uma garrafa vazia que antes havia deixado, disse-lhe que vinha de um ajuntamento por ele feito para edificar uma casa no lugar denominado Campinho; terreno ultimamente medido pelo agrimensor Augusto Lindolfo a requerimento de João Kill, pelo qual Schwambach, e as testemunhas constantes desse sumário fazem questão, supondo pertencer ao patrimônio de sua comunidade: por isso, sem o mesmo respeito ao sexo, estado e idade da Suplicante passou a insultá-la com as mais obscenas palavras ofendendo-lhe no que é de mais sagrado no santuário da honra. Segundo o art. 179 § 4º da constituição do Império, ninguém pode ser perseguido por motivo da Religião, uma vez que respeite a do Estado e não ofenda a moral pública. Pedro Schwambach não respeita a Religião Católica Apostólica Romana; e em qualquer parte que se acha pratica ações que na opinião pública são consideradas como evidentes, ofensivas da moral e dos bons costumes, que a lei considera crimes, na parte quarta, capítulo 1º art. 280 do código criminal. A acusada que assinou a presente petição foi assim injuriada por amor de nossa Santa Religião, cujo dogma Pedro Schwambach, (?) na qualidade de protestante; e tanto é verdade que não apresenta como testemunha um só católico: as constantes da petição de queixa as fls. 2 e 3 são todas da mesma seita, e interessados na acusação por serem os próprios trabalhadores de Schwambach, e assignatários da representação que contra a medição e demarcação das terras

²⁹ O termo “ex-Colônia” foi encontrado diversas vezes nas fontes a partir de sua emancipação em 1866.

dirigiram ao Exmo. Sr. Presidente da Província, como bem deixa ver o expediente do governo, publicado no Espírito-Santense no mês próximo passado.

As estratégias utilizadas pela defesa da ré não destoam das informações dadas pela mesma ao Subdelegado, no entanto, estão carregadas de dramaticidade e, em alguns pontos, demonstra como seria sua leitura perante a autoridade.

Na busca pela defesa, a imagem de Schwambach é associada ao vício da embriaguez, a provocação e a ofensa à moral pública, comum nesse tipo de caso. Apesar da constatação, a principal defesa estava na diferenciação religiosa estabelecida entre vítima e acusados. Neste caso, a ré se valia do fato de pertencer à religião oficial do Brasil para obter a absolvição. Não se pode deixar de notar, ainda, a complementação feita em tempo pelo defensor da ré, em que questiona o fato de não terem as testemunhas colocado a mão direita sobre a bíblia ao fazer o Juramento.

Enquanto a imagem de Pedro Schwambach foi associada ao rompimento da ordem e transgressora da moral pública, os demais protestantes, que aparecem como testemunhas, foram caracterizados como “mentirosos” por não terem jurado perante a Bíblia Católica. Em outras palavras, essa simbologia, não empregada em vão, demarca a visão dos atores sociais ali envolvidos e esta se situa não na condição de estrangeiros, pois todos a compartilham, mas na condição de Católicos e Protestantes.

As testemunhas a que se refere Catharina eram: Lourenço Hepp, de trinta e seis anos, casado, lavrador, natural da Alemanha; Afonso Schneider de vinte e sete anos de idade, casado, lavrador, sem indicação de naturalidade; Mathias Schneider de vinte e sete anos de idade, casado, lavrador; Nicolau Faller de quarenta e quatro anos de idade, casado, seleiro, natural da Prússia; Henrique Faller de vinte e dois anos de idade, solteiro, lavrador e natural de Santa Isabel; Pedro Geraldo (Gehardt), de vinte e sete anos de idade, solteiro, negociante, natural da Prússia. No entanto, não consta no Processo a confessionalidade das testemunhas, mas de acordo com informações encontradas no banco de dados do Projeto imigrantes Espírito Santo e nos registros matrimoniais da Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Domingos Martins, obtém-se a confirmação que, de fato, eram todos protestantes.

Destes, apenas Lourenço Hepp apresentou ao Subdelegado um depoimento mais contundente, afirmando que quem ocasionara o conflito teria sido mesmo Catharina, já os demais depoentes, tanto para o Subdelegado quanto para o Juiz Municipal, apenas confirmaram o fato de terem visto ou ouvido algo relacionado à briga a certa distância. A narração de Lourenço sobre a briga foi a seguinte:

[...] no dia onze do corrente ele testemunha foi trabalhar [para] o autor e de tarde ao lugar do serviço Pedro Schwambach, foi na casa de negócios de João Kill fazer compras e aí Catharina Kill perguntou se ainda estava com raiva, ao que respondeu que se retirasse, pois que não queria negócio com ele, pedindo nesta ocasião uma garrafa que lhe havia entregado antes, ao qual a ré jogou a garrafa na rua quebrando-a e saltando por cima do balcão agarrou os braços do autor e lhe disse que se retirasse, ao que esse supondo que não se retirava enquanto não lhe desse outra garrafa, e nessa ocasião o réu João Kill Filho, apanhou uma vara de medir e descarregou na cabeça do autor o que caiu sobre o chão, e aí a ré Catharina também deu no autor e empurrou com os pés um saco que ele tinha consigo; cuja pancada para dar valeu-se de uma tranca de porta e uma enxada.

Porém, a testemunha mudou sua versão na instância municipal do julgamento e cerca de sete meses depois de ocorrido o fato, alegando a falta de conhecimento do intérprete quando procedeu a leitura de seu primeiro depoimento. Em sua primeira versão, o referido depoente narrou os fatos a partir do que teria ocorrido no final do dia, apontando certa intolerância por parte de Catharina Kill a Pedro Schwambach, responsabilizando os réus por iniciarem o conflito. Já na sua segunda versão, com mais riqueza de detalhes, Hepp descreveu que a divergência teria ocorrido logo no início do trabalho e consumada a discussão no final do dia, além de falar que teria sido Schwambach quem provocou a desavença. O Processo foi julgado improcedente pelo Juiz Municipal e pelo Juiz de Direito da Comarca.

O terceiro caso envolvendo o comércio de João Kill, ocorrido em 13 de janeiro de 1884, Guilherme Frederico, de trinta e seis anos, solteiro, filho de pais desconhecidos, natural da Prússia, lavrador, envolve-se em uma briga com os irmãos Estevão e Ernesto Effgen. Neste Processo, Guilherme Frederico foi apontado

como vítima, enquanto Ernesto Effgen foi qualificado como réu. Segundo algumas das testemunhas, a briga se iniciou na venda de João Kill, devido a provocações de Guilherme Frederico aos irmãos Effgen, sendo que os últimos se retiraram para a casa de negócios de Ovídio Braga e Cia, momento em que foram seguidos pela vítima.

A testemunha Luiz Klein Sobrinho, de dezenove anos de idade, solteiro, lavrador, natural e morador de Santa Isabel, presenciou o fato de dentro de uma casa comercial em que se encontravam Guilherme, Estevão e Ernesto narra assim o fato, apesar de ter sido contestado pelo réu:

[...] que estando na casa de negócios de Ovídio Braga e Companhia no dia 13 do corrente aí chegou Guilherme Frederico e em presença de muita gente bateu nos peitos e desafiou ao acusado e seu irmão, digo nos peitos e proferiu as seguintes palavras quem quiser alguma coisa venha, e viu Estevão Effgen e Guilherme Frederico agarrados um com o outro, porém não viu quem deu a cacetada em Guilherme.

A versão da vítima é mais sucinta e não especifica os motivos por que teriam entrado em conflito, deixando apenas transparecer que haviam rixas anteriores entre agressor e agredido.

[...] havia alguma inimizade entre ele respondente e Ernesto Effgen e seu irmão Estevão Effgen e quando hoje depois da missa entraram em questão com ele respondente, resultando Ernesto deu-lhe uma cacetada publicamente no meio da rua que produziu o ferimento que apresenta.

A sentença proferida pelo Promotor Público, em 30 de setembro de 1884, beneficiou ao réu, sob alegação dos ferimentos encontrados em Guilherme Frederico terem sido identificados no Corpo de Delito como leves, o que previa a continuidade do Processo ser feita pela própria vítima. O Promotor ainda tentou argumentar que Frederico não possuía meios de prosseguir com a acusação, no entanto, parece que o Processo foi encerrado com o Despacho do Promotor, não sendo encontrados demais documentos referentes ao caso.

O mais interessante quando da análise proferida, diz respeito à identificação das duas casas de comércio. Para situarmos melhor, o ocorrido se deu na sede de Santa Isabel, portanto, diferentemente do caso anterior, a venda de João Kill mencionada era a que ficava perto da Igreja Católica.

O último Processo envolvendo uma casa comercial, especificamente a casa do negociante Guilherme Schwarcz, trata-se de uns dos poucos documentos que fazem menção a escravos na Colônia. Apenas em duas outras ocasiões, quais sejam os registros matrimoniais de Santa Isabel e a lista de devedores do comerciante Pedro Gehardt, encontramos nas fontes referência à existência de escravos na Colônia.

O Inquérito Policial ex-officio, aberto na Subdelegacia de Santa Isabel em 1887, teve como objetivo investigar as circunstâncias em que se deu a morte do escravo Antonio, propriedade de Joaquim de Novaes Campos. As testemunhas do Processo – Henrique Simon, Jacob Christo Sobrinho, José Pereira da Victoria Salles e Tito Pinto de Siqueira – como demais depoentes – Antonio Joaquim Affonso, Aprígio Rangel de Araújo, Viriato Esperidião Pinto, Guilherme Schwarcz – foram unânimes em seus depoimentos, narrando que o escravo entrara no comércio já bêbado e ali pediu aos presentes que lhe pagasse cachaça. Pelos depoimentos e leitura do Corpo de Delito, a única conclusão obtida, no Inquérito, foi que o escravo bebera e após sair do estabelecimento faleceu sem outra motivação a não ser a bebida.

O ocorrido parece ter se dado em um final de semana, pois várias testemunhas teriam ido à venda de Guilherme Schwarcz. Como vimos, o final de semana era utilizado pelos colonos para irem às vendas comprar produtos que não produziam na Colônia. Além disso, verifica-se pelas falas das testemunhas Viriato Esperidião Pinto, de dezesseis anos de idade, solteiro, lavrador, natural da Freguesia de Cariacica e Jacob Christo (Christ) Sobrinho, de dezoito anos de idade, solteiro, lavrador, morador e natural da freguesia de Santa Isabel, o primeiro afirmando que o episódio se deu as três e meia da tarde, enquanto o segundo, ao ser perguntado se antes de Antonio beber a garrafa de cachaça já estava embriagado, “respondeu que viu Antonio sentado cantando, porém não sabe se ele estava ou não embriagado”.

Nota-se ainda a predominância de brasileiros como testemunhas no Processo, o que indica que suas relações pessoais e de trabalho eram mais estreitas com os

nacionais do que com os alemães. Neste sentido, Aprígio Rangel de Araújo, de vinte anos de idade, solteiro, natural da vila de Viana, lavrador, que estava na venda de Guilherme Schwarcz e também foi solicitado por Antonio para pagar-lhe uma garrafa de cachaça, ao ser perguntado pelo Subdelegado se sabia se Antonio tinha o vício de embriaguez “[...] respondeu que durante o pouco tempo que o conhecia e que com ele trabalhava nunca o viu bêbado”.

Antonio Joaquim Affonço, de vinte e cinco anos, solteiro, natural de Portugal, negociante, também depôs no caso envolvendo o escravo Antonio, apesar de dizer que soubera da morte do escravo apenas no outro dia pela manhã, pois estava de viagem. O auto de corpo de delito foi realizado na casa do Português, pois, ao que parece, a morte do escravo teria se dado em sua casa. Além disso, podemos pensar que houvesse algum parentesco entre o proprietário do escravo (Antonio Joaquim Campos) e o depoente, já que ele declarara ser filho de Antonio Joaquim Affonço e Manoela Novais Campos. Quando perguntado sobre como teria se dado a morte, Antonio Joaquim Affonso respondeu que:

[...] sabe por ouvir dizer, que a morte foi causada por uma embriaguez tomada em casa do negociante Guilherme Schwarcz, e que estando Viriato Esperidião Pinto, dois filhos de Fellipe Victorino Pinto, João e José, e Aprígio Rangel de Araújo em casa do mesmo negociante Schwarcz, aí estava o escravo Antonio um pouco embriagado dizendo que ainda podia beber duas inteiras garrafas de cachaça e que Viriato mandou por Schwarcz fornecer uma garrafa de cachaça e (?) bebendo por três vezes, uma após outra ficou um instante sentado, porém em grande embriaguez, e em estado tal a que o parceiro Thimotheo o trouxe para casa nas costas e aí resultou (?) e amanheceu morto.

Das falas das testemunhas, apreende-se que o escravo Antonio possuía ligações mais próximas com os brasileiros que estavam instalados em Santa Isabel. Ele aproveitava seu momento de lazer no meio da tarde para freqüentar o comércio do alemão Schwarcz para conversar e beber com companheiros a quem pedia para comprar-lhe cachaça. No depoimento de Antonio Joaquim Affonso fica nítido que os brasileiros conheciam e conviviam com o escravo e acabaram por ceder a seu pedido. Em contrapartida, os estrangeiros que depuseram no processo aparecem

como pessoas que estavam de passagem no estabelecimento e não tinham ligações tão estreitas com o escravo.

Dentre os registros de matrimônio pesquisados não encontramos nenhum caso de casamentos de escravos na Igreja Luterana, já na Igreja católica foram encontrados 5 registros de matrimônios sendo que em 2 deles, as duas partes são escravos e nos outros 3 são de escravos com brasileiros. Destes últimos, em dois casos um escravo desposa uma brasileira e no outro um brasileiro desposa uma escrava. Em 4 registros foram identificados como propriedade de mulheres brasileiras, sendo uma proprietária identificada como viúva, e em uma ocasião não foi informado o dono do escravo.

Já nos registros dos devedores de Pedro Gehardt³⁰, considerando apenas os 99 fregueses com dívidas variando entre 2 a 600 mil réis, em sua maioria não ultrapassando o valor de 50 mil réis, encontramos 6 casos em que aparecem nomes de escravos, muitos deles constantes também nos registros de casamentos. Em duas ocasiões verificamos serem dívidas pequenas de escravas com valores abaixo de 10 mil réis, e uma no valor de 39 mil réis. Dois escravos devendo 81 e 93 mil réis e uma escrava de nome Cândida que devia um valor considerável de 300 mil réis.

Para o estudo aqui proposto, o referido Inquérito e os registros matrimoniais corroboram quanto ao aspecto dos imigrantes não utilizarem escravos como mão de obra ou mesmo os desposarem, apesar das mencionadas fontes comprovarem o contato entre teutos, brasileiros e escravos. Para além disso, vislumbramos que, apesar dos laços sociais dos escravos serem mais próximos com brasileiros do que com alemães e descendentes, existiam relações comerciais entre os negociantes e os próprios escravos que não dependiam dos senhores dos mesmos.

Nos outros casos em que o conflito se desenvolveu em espaços públicos, o que mais se destaca foi o referente ao assassinato de Gustavo Bungestab, em 25 de junho de 1863, no Paço do Quartel de Polícia de Santa Isabel, vitimado durante uma

³⁰ Coletânea Documentos e Fotografias Museu Histórico de Domingos Martins. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2000. Cd-Rom.

confusão que envolvera soldados e colonos alemães. Antes de narrar o fato, torna-se relevante descrever um pouco sobre a trajetória de Gustavo Bungestab na Colônia.

A primeira informação relevante sobre Bungestab, se refere à sua conversão ao catolicismo. Em 13 de abril de 1857, o Frei Wendelin Gaim, então Diretor da Colônia, enviou um Ofício ao Barão de Itapemirim, então Presidente Provincial, no qual constava:

O portador Gustavo Bungestab, fez no dia 4 de Abril a profissão de fé católica em segredo, assistindo em lugar de V. Ex^a e do Sr. Susano dois alemães. A causa de se celebrar esse ato em segredo o mesmo portador, o novo filho da Santa Mãe Igreja Católica, descobrirá. Peço a V. Ex^a. se digne, como testemunha e padrinho, assinar-se neste auto, que a esse fim lhe enviada (sic) honra tenho; também peço a V. Ex^a. se compadeça da nossa escola, e unindo aos muitos favores também este de nos dar este moço, o portador por professor, porque muito me prometo pro futuro das qualidades que ele possui (APEES, Livro 17:6).

Pela passagem, observa-se que existia uma perspectiva quanto à capacidade de Gustavo em assumir alguma posição na Colônia. Já no ano seguinte de sua conversão, o mesmo Bungestab se encontrava como Superintendente da Colônia, fato que pode ser verificado a partir de correspondências remetidas por ele ao Presidente de Província (APEES, Livro 17:7-13). A partir destes documentos verifica-se que Bungestab detinha o conhecimento da língua portuguesa. Tais fatores, em parte contribuíram para que Gustavo fosse assassinado em 1863.

No dia 25 à tarde se dera entre Carlos Vicke, 1º Substituto de Subdelegado, e Luis Vieira Machado, Cadete Comandante do Destacamento existente em Santa Isabel, uma questão particular que ganhou cunho público, e acabou por provocar o confronto entre colonos alemães e soldados. Pelos testemunhos, o Cadete vendera a João Christ um cavalo, mas quem recebera foi Carlos Vicke, a quem o Cadete devia algum dinheiro pela hospedagem em seu estabelecimento. Deste fato, se desenrolou uma confusão, na qual o Substituto do Subdelegado mandou convocar alguns colonos, entre eles Gustavo Bungestab:

[...] a fim de tomarem as armas dos praças do destacamento e a chave do quartel, em cuja porta deu-se então a luta dos alemães e os seis soldados que constituíam o corpo do destacamento, luta esta em que se via ao princípio o (?) do pau e ao depois o estampido das armas de fogo, eram 5 para 6 horas da tarde e nessa hora a luta já apresentava um cadáver, era o de Gustavo Bungestab e a um tal desastre (?) a tranquilidade (APEES, Livro 27:87-88).

Quando da leitura do Processo em si, observa-se que Bungestab fora convocado para escrever um Ofício delatando a insubordinação dos soldados para com o substituto do Subdelegado. Quando lá estava, mediante as trocas de ofensas entre os soldados e os alemães, Bungestab acabou sendo baleado.

O ocorrido revela a instabilidade entre o emprego da ordem a partir do Governo Provincial, neste representado pelo Quartel e a presença de soldados, e a nomeação de colonos para cargos administrativos, como de Subdelegado e Superintendente. Quando o conflito particular ganha a esfera pública, nota-se que houve a junção dos grupos a partir da identidade, ou seja, os alemães do lado de Carlos Vique e os soldados brasileiros dando suporte a Luiz Vieira Machado. No final do Processo, o réu Paulo Ferreira, um dos soldados que fora acusado de atirar na vítima, foi inocentado.

Nos demais processos que se desenrolaram em espaços públicos, cinco ocorrências em vias públicas e uma iniciada na Igreja Católica, que também ganhou o espaço das ruas, complementam as informações de que em locais de encontros entre os colonos, os conflitos ficavam mais evidentes.

No caso iniciado com uma discussão durante a missa na Matriz Católica, se configurou em Inquérito Policial, de 1883, produzido para investigar os crimes de resistência e ofensas a autoridade, cometidos pelos seguintes colonos: José Francisco de Medeiros e Joaquim Graúna ou Joaquim José de Lacerda, Manoel Barbosa da Conceição Filho, João Pedro Trarbach, Salustiano Alves dos Santos e João Antônio de Freitas (vulgo João Luiz).

Conforme depoimento da testemunha Francisco Ruphino das Chagas de trinta e quatro anos de idade, casado, lavrador, morador desta freguesia, natural desta Província:

[...] respondeu que estando na noite do dia 24 para 25 do mês próximo passado na porta da Igreja Matriz desta freguesia em ocasião da missa aí chegou José Francisco de Medeiros e encontrando sentado a Antonio Francisco Martins de Jesus, deu-lhe um tapa sobre o chapéu e mandou que fosse à merda, nesta ocasião foi repellido pelo Subdelegado que aquele lugar não era propício e que se retirasse com suas palavras para mais longe a que Medeiros continuou mandando igualmente o Subdelegado a merda que ele falava em outro lugar quanto mais com este subdelegado de merda, nesta ocasião chegou Antonio (?) do Sacramento e pediu que atendesse ao menos a seu padrinho estava presente foi por ele respondido que só atendia a seu pai, e mais ninguém. Depois de finda a missa ela testemunha e seu irmão Manoel sendo intimados a ordem do Subdelegado a o acompanharem, e chegando à casa da viúva Kill deu ordem de prisão a José ao que acudiu Joaquim Graúna, Manoel Barbosa da Conceição Filho e João Luiz e pegaram no preso que o soltasse que eles ficavam responsáveis, nesta ocasião João Luiz lançou mão de uma faca e distribuindo facadas em Manoel Mathias Ferreira da Silva, dizendo o acusado que ali não havia homem que o prendesse. Quanto aos réus Salustiano e João Pedro Trarbach de nada sabe.

Pelo teor do testemunho, observa-se que José Francisco de Medeiros foi quem provocou a confusão. Não obstante, o Processo contém apenas o Inquérito Policial sem a pronúncia dos acusados.

Nota-se que após o confronto inicial, alguns dos personagens seguiram para o estabelecimento comercial da então viúva Catharina Kill e lá o Subdelegado proferiu ordem de prisão a José Francisco. Pela informação, em 1883, João Kill já havia falecido e, sua viúva assumira os estabelecimentos comerciais da família.

Mesmo identificando o conflito em espaços públicos, os processos que se desenvolveram em vias públicas, se revestem de cunho particular, por serem

confrontos motivados, na maioria dos casos, por pendências pré-existentes entre os envolvidos. Ao contrário do que ocorrera nos crimes perpetrados nas vendas, a motivação da bebida não foi verificada nas investigações dos processos que tiveram como cenários as ruas e estradas da Colônia. Portanto, diante da predominância da relação particular como motivadora do conflito, alguns destes casos serão analisados no próximo tópico.

3.3 Família e Propriedade: a vida privada dos teutos em Santa Isabel

“Flores, mulheres de avental, horta, pomar, são indícios de colonização alemã (ROCHE, 1968:255).

A epígrafe, retirada do livro de Jean Roche (1968) expõe, de forma ímpar, algumas características que envolviam a vida particular dos teutos, além de servir para diferenciá-los dos brasileiros. Com a fundação de Santa Isabel, em 1847, se fundou também o sistema de colonização familiar, com distâncias consideráveis entre as propriedades, o que compactuou para que a família germânica convergisse para si a principal responsabilidade pelo êxito ou fracasso da Colônia.

Portanto, a família se constituiu como célula social do imigrante, ambiente de homogeneidade, e de sua coesão dependia o êxito individual do colono e o coletivo da Colônia. Era a família, extensiva aos vizinhos e amigos, onde o colono encontrava auxílio nos períodos do plantio e da colheita, momentos em que o trabalho se acentuava. Foi a família teuta responsável por perpetuar em solo capixaba a cultura alemã, sendo também a responsável pela manutenção e transmissão dos valores e hábitos germânicos para os descendentes aqui nascidos.

[...] a família germânica repousa sobre uma tradição de coesão e de disciplina que foi transferida ao Brasil pelos imigrantes. Sua religiosidade reforçou os laços entre esposos ou entre pais e filhos, apesar ou talvez mesmo por causa das dificuldades encontradas pela organização dos cultos após a transplantação (ROCHE, 19868:246).

A transferência da família germânica e sua cultura, mencionada pelo autor, em alguns aspectos, se confrontou com a realidade brasileira. Como já mencionado, de acordo com cultura germânica, o filho mais novo herdava o lote e a casa onde os pais estavam estabelecidos, ato que recebia a denominação de morgadio, em que se evita a fragmentação da propriedade familiar ao mesmo tempo em que o filho mais moço ficava responsável em prover aos pais a sobrevivência durante a velhice. Esta tradição era contrária à Legislação do Brasil, que previa a igualdade da divisão da herança entre todos os filhos. No intento de preservar a tradição respeitando a lei brasileira, muitos colonos, como já exposto, trataram de adquirir outros lotes para estabelecer todos os filhos, cada um em seu pedaço de terra. Complementa Jean Roche (1968:247) que: “A quase totalidade das famílias de descendência de imigrantes alemães é ainda rural, fiel às suas tradições, submissa às normas religiosas e morais, isolada frequentemente pelo relevo e pela distância”.

Wagemann (1949:1), ao visitar Santa Isabel em 1913, observou que a cultura germânica sobrevivera a três gerações nascidas no Brasil. Porém, diante da busca por melhores condições de vida, o colono se fixava sem pretensões de retornar à sua pátria:

Se os colonos ainda se sentem alemães, depois de haver três gerações que estão radicados em terra brasileira, não expressam, por isso, nenhuma saudade pela velha pátria, ou a consciência de a ela pertencer culturalmente. Pelo contrário! Muitas vezes, ouvi dizer que se vive de maneira infinitamente mais saudável e melhor no Espírito Santo, no Brasil, do que na Alemanha.

No entanto, excetuando o primeiro momento de fundação da Colônia de Santa Isabel, em que houve maior necessidade de contato entre os imigrantes e os brasileiros e seus hábitos, dependendo da adaptabilidade dos primeiros para com a alimentação e clima do país, mais tarde ficaria evidente a transposição cultural. Elemento esse que foi fundamental na permanência de muitas famílias germânicas no Espírito Santo.

A possibilidade de manter alguns aspectos trazidos da pátria de origem amenizou a saudade dos colonos, que acabaram por formar em uma pequena região, uma sociedade nitidamente alemã. A análise de Wagemann (1949:76), ao descrever os

hábitos dos colonos, emprega uma série de adjetivos positivos destacando o cuidado dos imigrantes. Quanto à moradia, por exemplo, o autor afirma:

Os colonos teutos, em regra, transplantaram para a nova pátria os velhos costumes relacionados com o lar. Sua morada proporciona uma impressão amável e limpa, ao contrário das habitações da população rural brasileira. Quando muito, certos suíços superam os alemães à esse respeito. O italiano dá muito menos importância ao aspecto externo e ao interior da casa.

Os “velhos costumes” não dizem respeito tanto à arquitetura, mas sim aos cuidados e à preocupação com a aparência interna e externa, tanto da moradia quanto do sítio. Além disso, destaca alguns hábitos que permaneceram como, por exemplo, a opção de se usar cobertores grossos de penas apesar do clima temperado. Jean Roche (1968:55) argumenta que a casa do colono representa a sua própria imagem, constituindo como importante material de estudo do modo de vida de seus habitantes: “Quando se percorrem algumas dezenas de quilômetros nas colônias alemãs, fica-se impressionado com o ar de parentesco que têm todas as casas e pode-se afirmar, desde logo, que tal ou qual é tipicamente teuto-capixaba”. Diante da afirmativa, conclui-se que neste espaço privativo de convívio familiar, estava nítida a ascendência teuta. Na próxima figura, têm-se um exemplo de como estava dividida a propriedade do colono alemão em Santa Isabel, com destaque para a casa.



Figura 9: Lote e habitação do colono Christoph Werner em Santa Isabel, Espírito Santo, 1860.
Fonte: Foto de Victor Front, Acervo Fotográfico APEES.

Como demonstra a imagem, apesar da simplicidade das construções, o colono mantinha em sua propriedade praticamente tudo que necessitava para a sobrevivência de sua família. Competia aos homens o trabalho de abrir espaços para a plantação, o cultivo das lavouras e a construção e manutenção da casa e demais anexos. Às mulheres estavam delegadas as tarefas do lar, a confecção das roupas de toda a família, o cultivo da horta e do jardim, bem como o tratamento dos animais. No entanto, elas também trabalhavam na lavoura quando a situação assim o requeria ajudando a apanhar café, roçar pastos, ou mesmo cuidar de negócios. A todos os membros da família competia ajudar no trabalho diário da lavoura. No momento da colheita todos participavam, inclusive as crianças, o que gerava, por parte delas, o abandono das escolas nestas épocas.

A título de comparação, a próxima figura demonstra que mesmo no caso do prazo do Diretor da Colônia, a simplicidade da construção prevalecia, mas sempre mantendo alguns detalhes como a cerca que separava a casa do restante da propriedade. Nesta imagem, observa-se que o processo de desmatamento para o

cultivo já havia se iniciado. Outro detalhe, a irregularidade do terreno pode ser notada pela Figura 10.



Figura 10: Casa do Diretor da Colônia em Santa Isabel, Espírito Santo, 1860.
Fonte: Foto de Victor Front, Acervo Fotográfico APEES.

Quanto ao vestuário, segundo Wagemann (1949), os colonos normalmente possuíam roupas para o trabalho e outras reservadas para ocasiões especiais, em geral ligadas às atividades religiosas, como a confirmação³¹ dos filhos, e cerimônias de casamento. Os sapatos eram utilizados apenas durante ocasiões especiais, enquanto o chapéu de feltro, diferente do de palha utilizado pelos homens brasileiros, era peça indispensável do vestuário masculino cotidiano.

A respeito da alimentação, o mesmo autor descreve o consumo de muita carne, feijão, farinha, batata inglesa, mandioca, arroz, verduras frutas e pão. Não obstante,

³¹ O termo confirmação aqui pode indicar que ele fala, principalmente dos protestantes, pois este termo designa o ato de reafirmação do batismo para a Igreja Evangélica, semelhante à crisma para os católicos. Hoje o termo “crisma” também é utilizado por muitos protestantes.

a adaptação aos hábitos alimentares dos brasileiros se deveu, em grande parte, à falta de opção quando da chegada dos primeiros imigrantes.

O clima e o relevo obstaculizavam a inserção de lavouras de alguns dos produtos consumidos na Alemanha. “A adaptação ao clima e aos recursos locais, em especial aos alimentos ‘brasileiros’, como o feijão preto e a farinha de mandioca, parece, pois, ter se efetuado muito rapidamente” (ROCHE, 1968:27).

Destarte, logo que conseguiram algum sucesso, os colonos retomaram alguns hábitos alimentares de origem germânica, um bom exemplo, a utilização da carne de porco em maior volume que a de boi, revela uma diferença de preferência com relação aos brasileiros. Fato que pode ser observado atualmente, durante as festividades dos descendentes de imigrantes alemães nos locais onde foram fundadas as antigas colônias.

Corroborando com a informação, ao analisar os hábitos dos colonos, Wagemann (1949) afirma: “Verifica-se, em última análise, que os colonos no vestuário, na alimentação e na moradia, conservaram, tanto quanto possível, os costumes da velha pátria”. Neste ponto o autor não traça diferenciações de confessionalidade, utilizando o termo colono alemão.

Quando da análise dos processos criminais, algumas questões envolvendo a vida particular foram observadas, como a divisão do trabalho entre homens e mulheres; a importância da propriedade privada e conseqüentemente, a necessidade de ser protegida de qualquer ameaça; os laços de solidariedade firmados entre parentes; costumes e rotina dos colonos; entre outros.

Por exemplo, a relação da mulher com o trabalho na lavoura ganha vulto no caso envolvendo os casais: Carlos e Emília Tranfrelter (Trantortter)³², ele com 30 anos de idade, casado, filho de Carlos Tranfrelter e de Ida Crucius Tranfrelter, natural da

³² No banco de dados do Projeto Imigrantes Espírito Santo não consta o sobrenome Tranfrelter, no entanto, encontra-se o registro de Carl Trantortter casado com Emílie Springrer, ambos alemães que teriam chegado em Julho de 1876. Pela semelhança dos sobrenomes e correspondência dos nomes acreditamos tratar-se do mesmo casal.

Alemanha e lavrador; e Miguel Schneider e Guilhermina Schneider³³, ele filho de Miguel Schneider e Maria Elisabeth, 33 anos, casado, lavrador, brasileiro (descendente de alemães), ela filha de Wilhelm Kempin e Frederica Kempin, 29 anos, lavradora, natural da Alemanha. Segundo consta do Sumário Crime de 22 de Fevereiro de 1883.

Voltando da roça no dia 22 do mês passado [janeiro de 1883], pelas 11 horas da manhã Emília Tranfrelter, que com seu marido Carlos Tranfrelter, cultivam um prazo nessa localidade, ao chegar ao prazo que é cultivado por Guilhermina Schneider e seu marido e lhe fica vizinho, entrou ela a ser por este maltratada com palavras injuriosas; e, como a escondida estivesse aparecido seu marido Carlos Tranfrelter que lhe ouviu a voz (?) na divisão dos ditos prazos, a fechar com uma tranqueira e o aconselhasse a que se deixasse do barulho e recorresse à justiça que tudo decidiria, – ainda com palavras indecorosas a mesma justiça – acometeu a Schneider de facão em punho, de qual facão conseguiu enfim Tranfrelter desarmá-lo na luta que entre ambos se travou. Tudo parecia já concluído entre os dois, sem que desgraça alguma houvesse a lamentar, quando sobrevindo Guilhermina armada de uma foice, fez com ela na pessoa de Emília Tanfrelter os ferimentos constantes no auto de corpo de delito.

Observa-se, de acordo com a hora do delito (11 horas da manhã), que os envolvidos se encontravam trabalhando no cultivo de suas respectivas terras. As mulheres citadas ajudavam seus maridos nos afazeres da propriedade e, provavelmente, devido à arma empregada na agressão, roçavam pasto, ou mesmo estariam limpando uma área de “capoeira”, para que se pudesse começar o preparo da terra para o plantio.

³³ O sobrenome de Guilhermina seria Kempin, porém, segundo o costume dos teutos, após o casamento a mulher passava a possuir apenas o sobrenome do marido, neste caso Schneider.

Quanto à relação da mulher com o trabalho, também merece destaque a trajetória de Catharina Kill, caso mencionado no capítulo anterior dando ênfase na desavença da referida personagem com Pedro Schwambach. No Auto de Qualificação, lavrado em 15 de novembro de 1872, quando inquirida sobre sua profissão, Catharina afirma ser negociante. Porém, no interrogatório, quase dois anos mais tarde, de 15 de Junho de 1874, Catharina voltou atrás, declarando que: “[...] vive dos rendimentos de seu marido que é negociante no mesmo lugar”. Cabe ressaltar que neste Processo, Catharina figurava como ré, portanto foi intimada a prestar depoimento por pelo menos quatro vezes no decorrer de dois anos, mais ou menos, e apenas no último depoimento declarou ser sua fonte de sustento, os rendimentos de seu marido. Nos demais, a mesma declarara ser negociante. Outra declaração proferida pela referida ré diz respeito a quanto tempo residia em Santa Isabel, tendo dito ali se encontrar desde 1846, ou seja, trata-se de uma imigrante vinda na primeira leva, mas que já havia se firmado no ramo comercial na década de 1870, possivelmente por causa do casamento com João Kill.

Pode-se concluir que Catharina efetivamente ajudava seu marido nos trabalhos do comércio que possuíam e assume, à semelhança da viúva de Carlos Vicke, os negócios do marido quando este falece. Assim, provavelmente orientada por seu advogado, Catharina prefere, em juízo, afirmar que vivia dos rendimentos de seu marido para se adequar ao estereótipo esperado da mulher na sociedade brasileira. Segundo Roberto da Mata (Apud CARNEIRO, 2004:88) “A identidade social da mulher tinha como referência básica a esfera privada, ou seja, o lar núcleo em que se concretizavam duas virtudes básicas: a fidelidade ao marido e a predominância do instinto materno, consubstanciado no desvelo pelos filhos”.

Em relação ao cotidiano, os domingos aparecem, nas narrativas dos Processos Criminais, como dias em que a rotina de trabalho era quebrada. Ia-se à igreja, à venda, visitavam-se os parentes, cobravam-se as dívidas, enfim, deixam-se o âmbito privado das casas, muitas vezes situadas nos lotes, e partem para o ambiente público onde o contato com outros colonos e nacionais eram tecidos.

Felippe Klippel da Colônia de Santa Isabel vem respeitosamente perante V. Sra. queixar-se do colono Pedro Schwambach que sendo no domingo próximo passado foi a mulher do suplicante lhe fazer

uma visita em casa do seu vizinho pelas 5 horas da tarde e sendo que o suplicante faz buscar sua mulher e já indo de retirada para sua casa, com um menino de 3 anos de idade nos braços, vem o suplicado montado num animal e chegando perto suplicante deu-lhe uma bofetada no seu rosto e outro na nuca dos quais ficou bastante ensangüentado, e quando a mulher do suplicante, que tinha outra criança nos braços gritou pelo socorro, o suplicado não satisfeito ainda com as barbaridades que tinha feito ao seu marido deu esporadas.

A briga envolvendo Felipe Klippel, com idade de vinte e seis anos, casado, filho de João Klippel, natural do Grão Ducado do Hesse e lavrador; e Pedro Schwambach, de vinte e oito anos, casado, tendo o ofício de sapateiro, mas empregando-se também na lavoura, estrangeiro (natural da Alemanha), sabendo ler e escrever apenas em alemão; revela mais do que o momento do conflito em si. O mesmo Pedro Schwambach que havia se envolvido em um conflito com Caharina Kill, por causa de um lote em Campinho, em 1872, anos antes, em 1863, estava sendo acusado de agredir o colono Felipe Klippel. Assim, a situação corrente no segundo caso, apresenta que acusador e acusado eram vizinhos de lote e enfrentavam problemas aparentemente comuns na Colônia e, por isso, não limitados ao indivíduo, mas a toda família. Pois, nos dizeres de Felipe: “[...] já havia outras desavenças provocadas pelo queixado na pessoa de seu irmão”.

A situação familiar e de compadrio vivida por cada uma das partes, se expõe de forma ambígua neste Processo. Felipe Klippel³⁴ e sua esposa Amanda teriam ido visitar o pai do queixoso e, na saída da visita, Felipe disse ter visto Schwambach “[...] passar num animal a toda corrida [...] e ouviu os gritos da mulher do autor e chegando-se a eles viu o autor botando bastante sangue dos lábios”. Já Amanda afirmou que: “[...] viu o autor passar com sua mulher e após dele o Réu; e como já estivessem rixados ela testemunha veio atrás a fim de ver se entre eles havia

³⁴ Trata-se aqui não do autor, mas de uma testemunha que declara ser primo do mesmo. Quanto à Amanda Klippel julgamos que este não seja seu sobrenome original, pois declara no Processo ser casada com um primo do autor (possivelmente o mesmo Felipe de que tratamos aqui).

alguma desordem: como de fato assim aconteceu pois veio o Réu dar um soco ou cascudo na nuca do autor”. Ambas as testemunhas eram parentes do autor e apoiavam sua denúncia. Ao contestar os mencionados testemunhos, Schwambach argumentou que a testemunha Felipe Klippel era “[...] inimiga dele desde que para o Brasil vieram, pois são vizinhos e assim como outras testemunhas que por intrigas depuseram neste processo”.

Se por um lado nota-se certa estabilidade na família dos imigrantes, a convivência na Colônia comportava arranjos que parecem um pouco diversos. O casamento entre parentes não necessariamente garantia a amizade entre outros parentes envolvidos, como veremos.

Ao prestar depoimento no caso exposto, Friederich Fischer, com idade de cinquenta e oito anos, casado, natural da Alemanha, lavrador, residente na Colônia de Santa Isabel, disse não ter parentesco com o autor (Felipe Klippel), e nem inimizade alguma, apenas um filho dele testemunha era casado com a irmã do réu (Pedro Schwambach). Apesar de se declarar como parente do réu e se esperar dele um depoimento de defesa, o ocorrido foi justamente o contrário. Friederich Fischer conta, em seu depoimento que “[...] convidado para uma visita na casa de um vizinho onde também se achava o autor e sua mulher, na volta desta visita, encontrou com o Réu, que conhecendo o autor apressou seu animal passando por cima, e assim de um pequeno que o mesmo trazia nos braços [...]”. A relação conflituosa vivida entre Schwambach e Fischer fica ainda mais evidente na contestação do depoimento em que Schwambach disse “[...] que a testemunha, é compadre do autor, e parente do mesmo, além de ser inimigo dele Réu”. Na visão de Schwambach o fato de sua irmã ser casada com o filho de Fischer não os aproximava. Antes disso, ele afirma que Fischer é na verdade parente do autor, e não dele, e na verdade seria seu inimigo.

Em outro caso, envolvendo aspectos privativos das relações sociais, ocorrido no ano de 1886, fica nítida algumas adaptações dos costumes teutos a partir do contato com os brasileiros. Segundo o Inquérito Policial, aberto em 09 de fevereiro de 1886, José Figuel, tirolez, no dia 11 de janeiro:

[...] estando a examinar uma garrucha que se achava carregada, que então disparou, indo sua carga impregnar-se em sua filha Maria Angelina Figuel que se achava na direção do cano da mesma garrucha. Não há uma só testemunha que diga que houve dolo por parte do acusado, ao contrário, todos eles e a própria ofendida afirmam sem desconfiança que não houve intenção alguma da parte do mesmo em praticar tal ato, filho apenas de sua imprudência em examinar uma espingarda daquela posição e sem ter prática de fazer uso de armas de fogo. Ora como se evidencia por isso que o seu crime foi o do art. 19 na sua 2ª parte da lei nº 2033 de 20 de Setembro de 1871 e os ferimentos [...] tenham sido consequência de um tiro disparado como se vê no corpo de delito à folha 4, punido portanto com o máximo de seis meses de prisão, requeiro que se archive o presente processo, por não caber no caso a ação pública, que tem lugar no caso do art. 205 do código criminal, em virtude da pena não [...] de fiança e em desobediência do art. 74 § 4 do código de processo criminal.

A parte as circunstâncias que se deram o fato, uma das testemunhas, Francisco Bispo da Silva, de vinte e quatro anos de idade, casado, lavrador, natural do Ceará, confirmou ser genro do acusado e marido da vítima. Cabe aqui destacar a união entre um brasileiro migrante e uma descendente de imigrante, fato não muito comum nos primeiros anos da fundação de Santa Isabel. Outra característica deste casamento é o fato de Angelina Figuel ter apenas dezessete anos, contrariando a regra de que o normal era as alemães se casarem com mais de vinte anos. Na cultura alemã a mulher estaria preparada para assumir seus afazeres domésticos e participar, ao lado do marido de tarefas produtivas, após alcançar certa idade que variava entre 23 a 26 anos, enquanto os rapazes precisavam dar provas de que conseguiriam prover uma família, por isso casavam também após os vinte anos. Ao contrário, na cultura brasileira as mulheres muito cedo, ainda meninas, assumiam núpcias, na maioria, contratadas pelo pai.

Em outro Processo, aberto em 1880, fica evidente a importância da família mesmo quando da prática de algum delito. Luiza Wanchert apresentou uma queixa na Subdelegacia de Santa Isabel, contra seu vizinho Nicolau Simer. Segundo consta na autuação:

A queixosa [...] possuindo umas benfeitorias em uma posse trazida por compra feita a Fernando Thomas e sua mulher, acontece que no dia 6 do corrente mês [outubro de 1880], às 10 horas da manhã pouco mais ou menos, apresenta-se Simer com mais pessoas de sua família que além de já haver no dia antecedente estragado uma casa que a queixosa possui no referido terreno, furta-lhe uma grande quantidade de café e faz-lhe outros estragos mais ou menos valiosos; e como a queixosa julga semelhante procedimento criminoso em face das leis que nos regem e incorra o réu nas penas dos art. 257 e 266 do código criminal vem por isso dar a presente queixa a fim de que V. S. se digne a mandar citar não só o réu como as testemunhas constantes do rol junto para a primeira audiência que V. S. se dignará marcar. Assim espera que se proceda o sumário citando-se o réu e as testemunhas para a ele assistirem.

As testemunhas arroladas no Processo, pronunciaram-se em defesa do réu, não constando, no entanto, o desfecho do caso em análise. A leitura do Processo corrobora com as questões levantadas no segundo capítulo, a respeito dos problemas advindos da demarcação dos lotes e até mesmo das invasões das propriedades e benfeitorias. Os comprometimentos quanto o respeito da propriedade privada tinham como limites as relações sociais em conflito, ou seja, o bom relacionamento entre vizinhos respaldava o respeito para com a propriedade alheia, caso contrário, era possível invadir com intuito de usurpação, plantações e benfeitorias de outros.

Como exposto, alguns traços marcantes da cultura teuta que se desenvolviam no espaço privativo. No entanto, a relação que mais imprimira os costumes teutos foi o casamento, tratado até aqui como pano de fundo para as demais relações. Antes de mais nada, deve-se ter em mente que a contratação de núpcias, em qualquer cultura, se apresenta permeada de simbologia e significado. Trata-se de um compromisso assumido entre duas famílias que se ligam a partir da união de seus filhos. No caso dos alemães, estas uniões também estavam carregadas de traços representativos do modo de vida que mantinham em Santa Isabel, muitas vezes com a marca da religião fortalecendo estes traços.

Ao verificarmos os registros de casamentos da Igreja Luterana de Campinho e da Igreja Católica de Santa Isabel, podemos notar que a endogamia estava presente tanto nas famílias católicas quanto nas protestantes. Com relação aos protestantes, encontramos 145 registros compreendidos entre os anos de 1870 a 1889. Quanto aos registros anteriores a 1870 não possuímos informações, pois o livro estava em péssimas condições, impossibilitando a pesquisa. Em Santa Isabel os registros são mais completos, indo do ano de 1849 a 1889. Encontramos 251 registros referentes a este período.

Ao proceder à análise dos registros, buscamos identificar a nacionalidade e a região de origem da família do colono em questão, tendo como referência o banco de dados do Projeto Imigrantes Espírito Santo. Isso porque muitos dos nomes encontrados, principalmente a partir de 1870, são referentes aos descendentes dos imigrantes instalados em Santa Isabel. Quanto à religião, e conseqüentemente a identificação de casamentos mistos, os dados se mostraram insatisfatórios para uma conclusão mais precisa, visto que em muitos casos a religião dos imigrantes não consta nas fontes compiladas no banco de dados do Projeto.

Nos registros da Igreja Protestante encontramos apenas 4 cônjuges brasileiros casados com colonos alemães ou seus descendentes, sendo que apenas um casamento se refere a um colono desposando uma mulher brasileira. Os outros 3 registros são de brasileiros casados com mulheres descendentes de família alemã. Considerando-se apenas os registros que conseguimos identificar, isso significa que o índice de casamentos entre teutos predominou com o percentual de 96,8%

TABELA 8
Registros de casamento Campinho: Cônjuges masculinos em relação aos cônjuges femininos

País	Cônjuges masculinos	Cônjuges Femininos			
		Mesma região	Regiões diferentes	País diferente/ Brasileiros	Não identificados
Alemanha	115	21	60	13/3	21
Áustria	1			1	
Brasil	3			3/1 ³⁵	
Holanda	1				1
Itália	1			1	
Suíça	7	2		5	
Não identificados	17				17
Total	145	23	60	23	39

Fonte: Livros de Casamentos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Domingos Martins.

Pela tabela apresentada, a região de proveniência do imigrante não foi decisiva na escolha dos cônjuges. Por exemplo, o número de alemães e descendentes de regiões diferentes (60) que contraíram matrimônio, entre 1870 e 1889, supera em três vezes o número de matrimônios entre alemães originários de uma mesma região (21). Possivelmente, o fator mais provável para explicar tal diferença seja a condição de protestante. Mesmo pertencendo a regiões diferentes a confessionalidade pode ter atuado no sentido de aproximar os teutos no que tange às relações matrimoniais. Reforça esta hipótese o fato de existirem matrimônios com italianos valdenses, ou seja, não católicos. Este fato ganha respaldo a partir das considerações feitas por Renzo Grosselli (2007:447), referindo-se à área da ex-Colônia Santa Leopoldina, sobre as difíceis relações matrimoniais entre italianos e alemães quando afirma que “[...] as duas comunidades viveram mais de cem anos lado a lado, praticamente ignorando-se: sem combater-se, sem confundir-se”.

³⁵ Nesse caso trata-se de um brasileiro que desposa uma alemã.

Da mesma forma, uma passagem na obra de Tschudi (2004:156) ajuda a elucidar que os critérios de nacionalidade ou mesmo a região de origem, não eram decisivos para a relação de novos imigrantes às comunidades já instaladas. Antes disso, para o autor, destacar-se-iam a língua e a religião.

Podemos também observar que a maior parte dos suíços são provenientes dos cantões de língua alemã, que os sobrenomes predominantes são de origem germânica e que a religião da maioria era protestante. Tais fatores contribuíram para uma aproximação junto aos demais grupos étnicos que chegaram depois à Santa Leopoldina e aos que já estavam em Santa Isabel, permitindo-se o entrecruzamento das famílias e convivência em um ambiente comunitário. O que, não se pôde verificar com os suíços do Rio Novo que, além de estarem desprovidos de serviço religioso, entre outros, foram inseridos em um meio cultural mais heterogêneo, distantes de centros habitados e desprovidos de vias de comunicação, fatores que a priori dificultaram a socialização e desenvolvimento da Colônia que, diante das dificuldades de seu desbravamento, muito dependia do espírito comunitário e da força do trabalho familiar.

Em Santa Isabel o número de casamentos entre teutos e brasileiros é bem superior, mas ainda assim predomina a endogamia. Contabilizamos 12 casamentos de cônjuges masculinos com alemães ou descendentes de família alemã, e um de família suíça. Em outros dois casos não conseguimos identificar a nacionalidade do cônjuge. No caso de cônjuges femininos encontramos 10 mulheres brasileiras que desposaram cônjuges alemães, ou descendentes, e mais três casamentos referentes a imigrantes ou descendentes da Bélgica, Luxemburgo e Suíça. Assim, o índice de casamentos entre brasileiros e teutos aproxima-se de 10%.

TABELA 9

Registros de casamento em Santa Isabel: Cônjuges masculinos em relação aos cônjuges femininos

País*	Cônjuges masculinos	Cônjuges Femininos			
		Mesma região	Regiões diferentes	País diferente/ Brasileiros	Não identificados
Alemanha	89	22	36	14/10	17
Áustria	3	1		2	
Bélgica	2	1		1/1	
Holanda	1			1	
Itália**	17	1		2/1	14
Luxemburgo	3			3/1	
Polônia	5	1		3	1
Suíça	3	1		2/1	
Brasil	111			12	99
Não identificados	17				17

* Os casos envolvendo escravos foram tratados acima. Aqui todos foram considerados como brasileiros.

** Dos 17 registros encontrados para italianos, 10 são referentes a outras colônias como Rio Novo e Castello.

Fonte: Livros de registros matrimoniais da Igreja Católica, em Santa Isabel, Domingos Martins.

A diferença entre os números pode ser explicada pelas razões apontadas anteriormente, quais sejam, a afinidade religiosa e o compartilhamento de espaços sociais como a igreja e a escola, mais comum entre os católicos do que entre os protestantes.

Para finalizar o estudo gostaria de destacar um caso atípico, pautados pelas constatações de Thompson (2001:235). O autor sugere que a partir de casos singulares podemos notar certas regras que atuam numa dada realidade. Na realidade estudada, o critério religioso teve grande influência no que tange à escolha do cônjuge, a manutenção da língua alemã, bem como do grupo social de relações dos imigrantes.

No dia 10 de Julho de 1883, em Santa Isabel, Pedro Goinsberg (Ginsberg), filho de Frederico Goinsberg e Margarida Goinsberg, vinte e quatro anos, solteiro, lavrador, brasileiro descendente de suíços, não sabendo ler, enfrentava a justiça devido ao

assassinato de José Rodrigues de Oliveira (vulgo José Pedro), natural da Província de Minas. Segundo as testemunhas, José Rodrigues de Oliveira era um indivíduo “rixoso” não só com toda a família de Pedro, pois tivera uma discussão com seu pai Frederico Ginsberg, mas também com outros moradores da região.

Pedro estava trabalhando no sítio de seu pai Frederico, situado no sertão de Sapucaia, juntamente com um italiano de nome João Potin a quem ele havia pedido ajuda para trabalhar em uma roçada. Até este ponto, vemos que no ambiente privado, Pedro aparece como um imigrante típico, que, ainda solteiro, trabalha no lote do pai, com a ajuda de um companheiro de trabalho que, provavelmente, seria pago também com a ajuda de Pedro em seu sítio.

No entanto, no dia 9 de julho daquele ano, indignado com o fato de Frederico o ter denunciado à polícia pela discussão que tiveram, José Rodrigues de Oliveira dirigiu-se para sítio de Frederico para tirar satisfações. No caminho, encontrou-se com Pedro, que havia saído para pedir ajuda no trabalho a um brasileiro de nome João Brás, com quem brigou. Armado de uma foice, Pedro não conseguiu deter José Rodrigues de Oliveira e, correndo, foi até a entrada do sítio onde deixara sua espingarda de caça, utilizada para matar uma jacutinga, e não tendo José Rodrigues de Oliveira atendido às suas advertências para parar, desfechou-lhe um tiro que acabou por matá-lo. No dia seguinte, acompanhado de seu pai, apresentou-se na Subdelegacia de Santa Isabel onde foi preso.

As testemunhas João Potin, de trinta e quatro anos de idade, solteiro, lavrador, morador desta freguesia, natural da Itália; Tragino Bernardo da Luz, de trinta e oito anos de idade, viúvo, lavrador, morador desta freguesia, natural do Ceará; Florêncio José de Barros, de vinte e oito anos de idade, casado, lavrador, morador desta freguesia, natural do Ceará; Francisco Victorino Pinto, de vinte e cinco anos, solteiro, natural da província do Espírito Santo e residente em Santa Isabel, negociante; foram unânimes em defender Pedro Ginsberg alegando que ele teria sido ofendido por José Rodrigues de Oliveira e reforçando o fato de que o mineiro era um indivíduo que buscava confusão com vários moradores da região e tendo a fama de já ter dado umas facadas, quando ainda residia na Província de Minas. João Potin chega a afirmar “[...] que conhece de perto o réu presente que goza de merecida

reputação, sim que é de um procedimento louvável e muito cuidadoso de seu serviço”.

A única testemunha que não atesta a boa conduta de Pedro Ginsberg é Pedro Geraldo (Gerhardt), de trinta e oito anos, casado, natural da Alemanha, residente em Santa Isabel, negociante, que em seu depoimento diz que soube, por João Potin, do caso apenas passados dias, pois morava longe do réu, e como esta outra testemunha diz que Ginsberg teria apenas se defendido. Quando perguntado sobre o procedimento e bons costumes do réu, no entanto, respondeu que este possuía desavenças com alguns colonos, pois “[...] por ouvir João Jerônimo Bermond sabe que o réu e toda a família tiveram uma desordem com ele Bermond [...]”.

Enfim, entre as testemunhas notamos que os brasileiros, alguns deles migrantes, atestam que a morte de José Pereira Duarte deu-se em situação de legítima defesa e reforçam características positivas como a boa índole e a dedicação ao trabalho de Pedro Ginsberg, fatos que acabariam por serem levados em consideração pelo júri que o absolveu por unanimidade de votos. A única testemunha que não compartilhava da mesma visão dos brasileiros que depuseram no Processo, era Pedro Gerhardt, colono alemão, que afirmara em seu depoimento que o réu possuía desavenças com outros colonos. Assim, podemos ver que neste processo há uma predominância de testemunhas brasileiras que defendem o réu enquanto a única testemunha alemã não se posiciona a seu favor.

Para entender as peculiaridades encontradas no Processo existem, em outras fontes, indícios que podem esclarecer melhor o caso. Em seu relatório de 1860 Tschudi (2004:31) narra a situação do colono suíço Frederico Ginsberg, pai de Pedro. Segundo ele:

Ginsberg, Friedrich, de Mettmenstetten, Cantão de Zürich, quatro pessoas. Segundo me asseguraram, os capuchinhos lhe prometeram, no primeiro ano após sua chegada, auxílio e assistência se ele se convertesse ao catolicismo; Ginsberg se deixou levar e mudou de confissão; mas, como acontece geralmente nesses casos, se viu rejeitado pelos católicos e pelos protestantes; como também não é bom trabalhador, até agora pouco progrediu.

Verificando também os registros matrimoniais da Igreja Católica de Santa Isabel, encontramos o registro de casamento, datado de 1858, de Frederico Ginsberg com Margaretha Trarst. De acordo com os dados do Projeto Imigrantes Espírito Santo, Frederico já teria partido da Suíça casado com uma mulher de nome Margaretha, o que indica que ele, ao converter-se ao catolicismo, teve de receber novo sacramento, uma vez que, no Brasil, os casamentos protestantes não eram reconhecidos. Quanto a Pedro Ginsberg, em 1886, aos 27 anos, casou-se com uma brasileira, branca, de nome Guilhermina Clara da Conceição. Um ano antes, sua irmã Cristina Ginsberg casara-se também com um brasileiro, de nome Mariano Lourenço Marques.

Possivelmente, o fator religioso possa novamente nos ajudar a entender a situação não só do processo, mas também dos arranjos sociais tecidos na Colônia. Como já mencionado, entre os imigrantes a diferença religiosa foi, muitas vezes, mais importante que o país ou região de origem no que concerne a sua relação com os grupos sociais existentes na Colônia. Ao relatar a situação de um colono protestante suíço que havia se convertido ao catolicismo, Tschudi afirma que tal conduta era reprovada por ambos os grupos, católicos e protestantes, e repercutia diretamente na imagem desse indivíduo perante os outros colonos.

Assim, para a família Ginsberg, tal como apontado por Tschudi, a conversão para o catolicismo influenciou nas relações entre eles e os demais imigrantes da Colônia, no sentido de afastá-los dos padrões estabelecidos da cultura teuta no que tange às relações matrimoniais e também às redes de amizade e compadrio.

Quanto ao matrimônio, enquanto a regra seria desposar um imigrante ou descendente teuto, Pedro e Cristina Ginsberg, filho e filha de Frederico Ginsberg, casaram-se com brasileiros, demonstrando que esse não era o único arranjo possível. Já nas relações sociais, percebe-se que a imagem de Pedro, entre os protestantes, possivelmente estava marcada pelo fato da conversão de sua família, o que ajuda a explicar o posicionamento de Pedro Gerhardt colocando-o como um imigrante que se envolvia em desavenças. Destaca-se, a partir das informações obtidas com relação à família Ginsberg, que se a regra era a manutenção de relações matrimoniais e sociais mais estreitas entre imigrantes e descendentes havia a possibilidade de outros arranjos.

Deste modo, decorridos mais de vinte anos da visita de Tschudi, e de suas considerações sobre a família Ginsberg, a diferença de confessionalidade pode ter atuado como fator de exclusão dos grupos teutos. Por outro lado, esse fator, aliado ao tempo de vivência na colônia, ajudaria a sedimentar relações entre imigrantes e nacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização deste trabalho, foi percorrido um longo e tortuoso caminho de levantamento e transcrição de fontes que permitissem entender melhor a formação do primeiro núcleo colonial de imigrantes do Espírito Santo. Esta não foi uma tarefa fácil, pois em determinados momentos as fontes pareciam “esconder-se” em livros mal conservados, letras muitas vezes ilegíveis dos escrivães, informações sobre incêndios que teriam destruído documentos, enfim, uma série de dificuldades que apenas o desejo de conhecer melhor o passado é capaz de superar.

Apesar disso, com o que foi encontrado, buscou-se destacar as condições em que foram instalados os imigrantes em Santa Isabel e as justificativas das autoridades para tal empreendimento: a baixa densidade demográfica, grande extensão de terras devolutas e falta de vias de comunicação com outras províncias. Neste sentido, a imigração, até 1880, aparecia como uma alternativa para o desenvolvimento econômico da Província. As áreas ocupadas, dentre elas a de Santa Isabel, tornaram-se novas fronteiras agrícolas, baseadas na pequena propriedade e na agricultura familiar. Propriedade familiar no sentido da extensão e predominância dos membros das famílias no trabalho. Apesar da semelhança com as colônias estabelecidas na Região Sul do país, Santa Isabel, no Espírito Santo, se distinguia daquelas pelo predomínio da produção para o mercado externo, através do plantio de café, principal produto de exportação do país.

No entanto, muitos foram os percalços enfrentados pelas autoridades e por imigrantes no momento inicial de sua instalação: a pobreza do solo de algumas partes da Colônia, a falta de recursos para o estabelecimento de vias e acessos, bem como melhorias nos núcleos urbanos. Acrescenta-se que muitas vantagens previstas nos contratos não foram cumpridas, sendo motivo de críticas dos cônsules europeus. No entanto, em Santa Isabel, algumas vezes, notamos o empenho da administração em atender às necessidades mais urgentes através da extensão das diárias em até um ano ao estipulado no contrato.

À medida que se tornou mais nítido o fim da escravidão, através da aprovação de leis que concediam mais direitos aos escravos, os proprietários buscaram alternativas de mão de obra e a orientação da política imigratória começa a mudar.

Alguns subsídios para a instalação de imigrantes foram retirados, tendo como intenção redirecionar a imigração para as grandes fazendas produtoras de café, estabelecidas principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro.

Ao longo do trabalho nota-se que, apesar de apresentar entradas irregulares e não tão expressivas de imigrantes, Santa Isabel gozou de prestígio entre os administradores que sempre expressaram opiniões positivas em seus relatórios, até sua emancipação. Como se denota pela leitura dos capítulos, o desenvolvimento da Colônia se vinculava a capacidade produtiva de seus colonos.

O desenvolvimento econômico como meta do governo, também era a motivação dos contingentes humanos que deixavam seus países de origem para tentar a vida em outras paragens. Empregando-se nas obras públicas e trabalhando em seus lotes, os personagens em cuja vida adentramos, trabalhavam para construir suas casas, suas plantações de café, sustentarem sua família, enfim, para sobreviver e prosperar.

O imigrante fazia sentir sua presença na nova realidade, nem sempre de maneira harmônica. Observamos ao longo do trabalho, que apesar da procedência e da aproximação linguística de muitos imigrantes, a religião foi motivo de conflito no núcleo em questão, assim como em outras regiões que receberam imigrantes teutos, pois nem todos professavam o mesmo credo.

Neste sentido, as localidades de Santa Isabel (vila) e de Campinho, simbolizadas pela presença das Igrejas, Católica e Protestante, respectivamente, configuraram-se como os principais espaços públicos em que as relações sociais se desenvolveram, seja como “redutos” confessionais, palco de conflitos, ambiente das relações comerciais, entre outros. Nestes espaços, a religião, sem dúvida, demarcou a cisão entre católicos e protestantes, influenciando também em outros campos como o da educação e o cultural. O pastor e o padre se encarregavam tanto das tarefas religiosas quanto da instrução dos colonos, predominando o ensino apenas do idioma alemão entre os protestantes e o ensino bilíngue para os católicos. A presença de intérpretes em processos datados do final da década de 1880, bem como as considerações de Wagemann, demonstram que o idioma foi transmitido aos descendentes, principalmente entre os protestantes.

O relativo isolamento, não impediu que os colonos de Santa Isabel mantivessem contatos com a população brasileira, tanto de capixabas quanto de migrantes nordestinos e mineiros instalados na Colônia. Vislumbramos situações em que alemães e seus descendentes, principalmente católicos, mantinham relações sociais entre si e com brasileiros, através do comércio e da freqüência à igreja, sendo estes os principais pontos de encontro para se divertirem, cumprirem seus deveres religiosos, encontrar parentes e obter informações sobre os acontecimentos.

Por outro lado, a família teuta aparece, em todo o recorte da pesquisa, como uma célula social fechada, centrada na figura do pai, que, para garantir a unidade territorial de seu lote, trabalhava com toda família objetivando adquirir novos lotes e cedê-los aos filhos mais velhos assim que estes constituíssem suas próprias famílias. Além disso, o convívio familiar numa mesma casa, ampla para abrigar todos os membros, permite a transmissão da língua, hábitos, tradições, costumes e valores. Em âmbito público possui a característica de ser expandida a vizinhos, amigos, membros da mesma religião e por vezes, até aos empregados que auxiliavam em tarefas como a construção da casa e trabalhos na lavoura. Em grande medida, esta conformação pode ser atribuída à endogamia que, como demonstrado, está presente tanto nas famílias protestantes quanto católicas.

Diante dos exemplos encontrados nas fontes, pode-se concluir que a religião influenciava em vários aspectos da vida dos colonos. As relações sociais, estabelecidas principalmente nas casas de comércio e na Igreja, e os arranjos familiares tecidos através do casamento, na maioria entre os colonos teutos e descendentes, favoreciam a perpetuação de características culturais.

Enfim, como constata Stuart Hall (2003:33) “[...] a diferença, sabemos, é essencial ao significado, e o significado é crucial para a cultura”. Ao olharmos para a Colônia como um todo, mesmo com sua limitação de comunicação com outras freguesias, o próprio ambiente esteve marcado pela disputa de grupos de imigrantes que, embora compartilhassem muitas características, não eram homogêneos. A alteridade não se voltada para o elemento nacional, antes disso, permeava a própria heterogeneidade do grupo imigrante. A presença de brasileiros, como mostram os documentos de concessão de prazos e o número de registros de casamentos efetuados na Igreja Católica, era bastante significativa, o que nos leva a questionar sobre ter sido, o

isolamento geográfico, o principal fator a permitir a manutenção endogâmica das famílias e a transmissão de costumes.

Ao enveredar pelo caminho de prestar atenção nas diferenças que tangenciam a homogeneidade, percebemos o imigrante, não apenas como instrumento de uma política que visava o desenvolvimento econômico, mas como indivíduo que possuía seus próprios anseios, embora marcado pelas limitações que esta condição lhe impunha. O colono atuava no sentido de garantir a sobrevivência da família e de suas raízes culturais.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

ARQUIVO DA IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE DOMINGOS MARTINS (CAMPINHO). Livros de Registros de Casamentos (1870-1889).

ARQUIVO DA IGREJA CATÓLICA DE DOMINGOS MARTINS (SANTA ISABEL). Livros de Registros de Casamentos (1849-1889).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Banco de Dados do Projeto Imigrantes Espírito Santo.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo Governadoria. Série 383. Livro 17. *Ofícios Recebidos pelo Presidente da Província do Espírito Santo e Repartição de Terras Públicas do Diretor e Superintendente da Colônia de Santa Isabel: 1860-1866.*

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo Governadoria. Série 383. Livro 27. *Ofícios Recebidos pelo Presidente da Província do Espírito Santo e Repartição de Terras Públicas do Diretor da Colônia de Santa Isabel: 1860-1866.*

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo Polícia. Série Inquéritos Policiais. (1859-1888).

Processo nº 152 (153), Cx. 665, 15/10/1859. Sumário de culpa ex ofício Francisco Estraf acusado de Agressão Física na pessoa de Henrique Bausat.

Processo nº 214 (233), Cx. 669, 25/06/1863. Sumário de culpa Ex ofício Soldado Paulo Ferreira acusado do homicídio de Gustavo Bungestab.

Processo nº 222 (229), Cx. 669, 09/09/1863. Sumário de culpa contra Pedro Schwambach acusado de Agressão Física na pessoa de Felipe Klippel.

Processo nº 244 (261), Cx. 670, 29/07/1864. Auto de Perguntas feito a José Pereira Duarte.

Processo n° 397, Cx. 679, 11/02/1873. Sumário Crime contra Catharina Kill e seu filho João Kill.

Processo n° 583, Cx. 691, 06/10/1880. Queixa pelo crime de furto dada por Luiza Wanchert contra Nicolau Simer.

Processo n° 707, Cx. 699, 24/12/1882. Inquérito Policial ex officio para apurar o crime de responsabilidade e ofensa a autoridade contra José Francisco de Medeiros, Joaquim José de Lacerda, Manoel Barbosa da Conceição Filho, João Antônio de Freitas, João Pedro Trabach, Salustiano Alves dos Santos.

Processo n° 711, Cx. 700, 22/01/1883. Sumário Crime instaurado contra Guilhermina Schneider e seu marido Mathias Schneider pelos crimes de injúria, agressão física e tentativa de homicídio na pessoa de Emília Tanfrelter e Carlos Tanfrelter.

Processo n° 402, Cx. 679, 09/07/1883 (1873). Inquérito Policial ex officio instaurado contra Pedro Goinsberg (Ginsberg) pelo homicídio de José Rodrigues de Oliveira.

Processo n° 801, Cx. 706, 13/01/1884. Auto de Corpo e Delito procedido na pessoa de Guilherme Frederico.

Processo n° 909, Cx. 712, 09/02/1886. Inquérito Policial ex officio instaurado para apurar o ferimento produzido por uma arma de fogo em Maria Angelina Figuel, cujo autor foi seu pai José Figuel.

Processo n° 959, Cx. 715, 13/03/1887. Inquérito Policial ex officio instaurado para apurar o assassinato de Antonio, escravo de Joaquim Novais Campos em que são acusados Viriato Esperidião Pinto e Guilherme Schwarcz.

Processo n° 979, Cx. 716, 13/11/1887. Sumário Crime contra Miguel Trabach pelo crime de agressão física cometido em Guilhermina Schade.

Processo n° 970, Cx. 715, 31/12/1887. Autuação Medição de terras devolutas na ex colônia de Santa Isabel.

Processo n° 1010, Cx. 718, 01/02/1888. Inquérito Policial ex officio instaurado para apurar a invasão de lotes coloniais cujo denunciado é Manoel Vicente Firmo.

Processo n° 985, Cx. 716, 18/02/1888. Inquérito Policial contra Pedro Schwambach pelo crime de injúria cuja vítima é Francisco Brandão Subtil.

Processo n° 991, Cx. 717, 06/10/1888. Sumário de Crime contra Agostinho de tal pelos crimes de ameaça de morte e injúrias contra Nicolau Faller 2° Suplente de Subdelegado de Santa Isabel.

DAEMON, Basílio Carvalho. Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. Vitória: Tipografia Espírito-Santense, 1879.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província. *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo o Doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 1° de Março de 1848*. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2008.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província. *Relatório com que o Exm° Sr. Dr. Antonio Pereira Pinto entregou a Presidência da Província do Espírito Santo ao Exm°. Comendador José Francisco Monjardim, 1849*. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2008.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província. *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo o Desembargador Antonio Joaquim de Siqueira na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 11 de Março de 1849*. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2008.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província. *Relatório com que o Exm° Sr. Felipe José Pereira Leal Presidente da Província do Espírito Santo abriu a sessão ordinária da respectiva Assembléia Legislativa no dia 25 de julho de 1850*. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2008.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província. *Relatório com que o Exm° Presidente da Província do Espírito Santo o bacharel José Bonifácio Nascentes d'Azambuja dirigiu a Assembléia Legislativa da mesma Província na sessão ordinária de 24 de maio de 1852*. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2008.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província. *Relatório com que o Exm^o. Presidente da Província do Espírito Santo o Dr. Evaristo Ladislau e Silva dirigiu a Assembléia Legislativa da mesma Província na sessão ordinária de 23 de maio de 1853.* Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2008.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província. *Relatório com que o Exm^o. Sr. Dr. Sebastião Machado Nunes Presidente da Província do Espírito Santo abriu a sessão ordinária da respectiva Assembléia Legislativa no dia 25 de maio de 1854.* Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2008.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província. *Relatório com que o Exm^o. Sr. Dr. Sebastião Machado Nunes Presidente da Província do Espírito Santo abriu a sessão ordinária da respectiva Assembléia Legislativa no dia 25 de maio de 1855.* Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2008.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província. *Relatório com que o Exm^o. Sr. Barão de Itapemirim, Primeiro Vice-Presidente da Província do Espírito Santo entregou a administração da mesma ao Exm^o. Sr. Dr. José Maurício Pereira de Barros no dia 08 de Março de 1856.* Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2008.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província. *Relatório com que o Exm^o. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo o Dr. José Maurício Pereira de Barros passou a administração da Província ao Exm^o. Sr. Comendador José Francisco Monjardim no dia 13 de Fevereiro de 1857.* Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2008.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província. *Relatório com que o Exm^o. Sr. Barão de Itapemirim Primeiro Vice-Presidente da Província do Espírito Santo apresentou na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 25 de maio de 1857.* Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2008.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província. *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo o Bacharel Pedro Leão Velloso na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1859.* Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2008.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província. *Relatório com que o Exm^o. Sr. Dr. Antonio Alves de Souza Carvalho ex-Presidente da Província do Espírito Santo passou a administração da Província da mesma ao Exm^o. Sr. Dr. João da Costa Lima e Castro 1^o Vice-Presidente no dia 11 de Março de 1861.* Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2008.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1861, pelo Presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior.* Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2008.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1862, pelo Presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior.* Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2008.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província. *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo o Bacharel André Augusto de Pádua Fleury na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 20 de outubro de 1864.* Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2008.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo na abertura da sessão ordinária no dia 21 de Fevereiro de 1864 pelo 1^o Vice-Presidente Dr. Eduardo Pindahyba de Mattos.* Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2008.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província. *Relatório apresentado pelo ex 1^o Vice-Presidente Dr. Eduardo Pindahyba de Mattos na ocasião de entregar a*

administração da Província ao Exm^o. Presidente Dr. José Joaquim do Carmo 1865. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2008.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1865 pelo Presidente Dr. José Joaquim do Carmo.* Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2008.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1866 pelo Presidente Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves.* Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2008.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província. *Relatório apresentado pelo Exm^o. Presidente Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves por ocasião de passar a administração da Província ao Exm^o. Sr. 1^o Vice-Presidente Dr. Carlos de Cerqueira Pinto, 1867.* Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.

MUSEU HISTÓRICO DE DOMINGOS MARTINS. Coletânea Documentos e Fotografias Museu Histórico de Domingos Martins. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2000. Cd-Rom.

NAGAR, Carlo. *O Estado do Espírito Santo e a imigração italiana* (fevereiro de 1895). Relato do Cavalheiro Carlo Nagar, cônsul real em Vitória/Carlo Nagar; Tradução de Nerina Bortoluzzi Herzog. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1995. (Coleção Canaã ; v.1)

TSCHUDI, Johann Jakob Von. *Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860.* Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004. (Coleção Canaã; v.5)

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Luís Felipe de e RENAUX, Maria Luiza. Caras e Modos dos Imigrantes In: NOVAIS, Fernando (coord.). *História da Vida Privada no Brasil – Império: a Corte e a Modernidade Nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ALTMANN, Lori. Cristianismo e arte: O imaginário Protestante. In.: *Protestantismo em Revista*. Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo (NEPP) da Escola Superior de Teologia Volume 07, mai.-ago. de 2005. p. 51-61. Disponível na Internet: <http://www3.est.edu.br/nepp/revista/007/ano04n2.pdf>. Acessado em 09/06/2010.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ALVIM, Zuleika. Imigrante: A vida privada dos pobres no campo. In: NOVAIS, Fernando (coord.). *História da Vida Privada no Brasil – República: da Bella Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BARTH, Frederik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Trad. De John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BASTOS, Fabíola Martins. *Relações Sociais, Conflitos e Espaços de Sociabilidades: formas de convívio no município de Vitória, 1850-1872*. Dissertação de Mestrado. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Conflitos, Crimes e Resistência: uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (Juiz de fora – 1858/1921)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

CARVALHO, Enaile Flauzina. *Política e Economia nas Terras do Espírito Santo (1790 a 1821)*. Dissertação de Mestrado. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

_____. *A Formação das Almas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Regina Hees. *Santa Maria de Jetibá: Uma comunidade teuto-capixaba*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: mimeo, 1978.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. - Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.

COSTA, Emília Viotti. *Da Senzala à Colônia*. 4ª Edição. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

DREHER, Martin Norberto. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2003.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Organizado por Michael Schröter. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Editado por Michael Schröter. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. / SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FARIAS, Juliana Barreto. A pátria no estrangeiro. *Revista Nossa História*. Ano 2. nº 24. Outubro 2005. p. 30-32.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

_____(org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. 2ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

FERREIRA, Gilton Luís. *Um Desejo Chamado MetrÓpole: A modernização urbana de Vitória no limiar do século XX*. Dissertação de Mestrado. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

FREIRE, Mário Aristides. *A Capitania do Espírito Santo: Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822)*. Vitória: Editora Flor e Cultura, 2006.

GROSSELLI, Renzo M. *Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênets e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900*. Tradução Márcia Sarcinelli. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2007. (Coleção Canaã. vol. 6)

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 01, nº 1, p. 5-27, 1988.

HALL, Michael M. e STOLCKE, Verena. A Introdução do trabalho livre nas fazendas de café em São Paulo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol 6. set. 1983, p.80-120.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organizado por Liv Sovik. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

HERÉDIA, Vânia. A Imigração Européia no Século Passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. In: *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Editora Universidad de Barcelona*. Barcelona: Scripta Nova. Nº 94 (10), 2001.

JAKOB, Jorge Kuster. *A Imigração e Aspectos da Cultura Pomerana no Espírito Santo*. Coleção Memórias. Vol.3. Vitória: Departamento Estadual de Cultura, 1992.

JOCHEM, Tony Vidal. *A Formação da Colônia Alemã Teresópolis e a atuação da Igreja Católica (1860 – 1910)*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

LESSER, Jeffrey. *A Negociação da Identidade Nacional: imigrantes, minorias e luta pela etnicidade no Brasil*. Trad. de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

MATOS, O. N. de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Saindo das Sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998.

NEVES, Margarida de Souza e HEIZER, Alda. *A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. Maria Helena Simões Paes, Marli Rodrigues (coord.). São Paulo: Atual, 1991.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O Brasil dos Imigrantes*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

PETRONE, Maria Teresa Schorer. Imigração In.: FAUSTO, Boris. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano Sociedade e Instituições (1889-1930)*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1990.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 21ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

QUEIROZ, E. *A imigração como força civilizadora*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1977.

ROCHA, Gilda. *Imigração Estrangeira no Espírito Santo (1847-1896)*. Vitória: [s.n], 2000.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã no Espírito Santo*. Trad. Joel Rufino dos Santos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

SALAMONI, Giancarla. ACEVEDO, Hilda Costa. ESTRELA, Lígia Costa (coord.). *Valores Culturais da Família de Origem Pomerana no Rio Grande do Sul – Pelotas e São Lourenço*. Rio Grande do Sul: Editora Universitária, 1995.

SALETTTO, Nara. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 1996.

_____. *Trabalhadores Nacionais e Imigrantes no Mercado de Trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996a.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

SEVECENKO, Nicolau. O Prelúdio Republicano, astúcias da ordem e desilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando (coord.). *História da Vida Privada – República: da Bella Époque à Era do Rádio no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEYFERTH, Giralda. *A Colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1974.

_____. Colonização e conflito: estudo sobre 'motins' e 'desordens' numa região colonial de Santa Catarina no século XIX. In: *PPGAS, Comunicação*, 10, 1988.

_____. *As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 18, 1992.

_____. A Identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia / VASCONCELLOS, Naira [Ed.] *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas, Ed. ULBRA, 1994.

_____. A idéia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. *Horizontes antropológicos* [online]. 2004, vol.10, n.22, pp. 149-197.

_____. A imigração alemã no Rio de Janeiro. In: GOMES. Ângela de Castro (Org.). *Histórias de Imigrantes e Imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. Emergindo do silêncio: libertos e afro-descendentes no pós-abolição (1888/1930). 4º. *Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura. Universidade de São Carlos. Disponível em: <<http://www.labhstc.ufsc.br/iv-encontro/pdfs/comunicacoes/LuciaHelenaOliveira.pdf>>, Acessado em: 25 de julho de 2009.

SOARES, Geraldo Antonio. Os limites da ordem: respostas à ação da polícia em Vitória ao final do século XIX. *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro, volume 10, número 19, jul.-dez. 2009.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça de Minas Gerais - século 19*. Bauru, SP: EDUSC: ANPOCS, 2004.

VELLASCO, Ivan de Andrade. Policiais, pedestres e inspetores de quarteirão: algumas questões sobre as vicissitudes do policiamento na província de Minas Gerais (1831-50). In: CARVALHO, José Murilo de Carvalho (org.). *Nação e Cidadania no Império*: Novos Horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 237-265.

WAGEMANN, Ernst. *A Colonização Alemã no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1949.